BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO

ANO XI - N.º 20-21

biDRIA

FL
908
141

BIBLIOTECA MUNICIPAL AVEIRO

OFERTA

BIBLIOTECA
municipal de aveiro
FUNDO
LOCAL

INTERDITO
AO
EMPRÉSTIMO

BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO

bibRIA

bibRIA

«Relativamente a Aveiro, coligi diversos apontamentos históricos, só por mera curiosidade. Não tinha a mínima tenção de dar muitos deles à estampa. Entendi que, para tal, não tinham mérito e que seria melhor que, depois da minha morte, alguém se encarregasse de inutilizá-los. E por isso não guardei, ao coligi-los, a ordem cronológica nem topográfica. E nem era fácil. À maneira que os podia obter, tratava de escrevê-los em cadernos, unicamente para uso próprio.

Alguns amigos instaram para que eu publicasse tais apontamentos, dando a estes a forma, que mais regular ser pudesse, para haverem de ficar como em repositório, para a todo o tempo se aproveitar o que aproveitável fosse.»

bibRIA

Rangel de Quadros

(Do Prefácio de *«Aveiro - Apontamentos Históricos»*)

BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO

Publicação Semestral de Índole Cultural e Informativa

Ano XI - JUNHO DE 1993 - N.º 20 - 21

bibRIA

BOLETIM N.º 20-21

DIRECÇÃO: Presidente da Câmara Municipal de Aveiro — Vereador do Pelouro da Cultura

PROPRIEDADE: Câmara Municipal de Aveiro

REDACÇÃO: Praça da República — Aveiro — Tel. 24081 — Fax 22787

SUPERVISÃO: Assessor Cultural da C.M.A.

CAPA: Jeremias Bandarra (Design)

TIRAGEM: 1.000 exemplares

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: Tipave — Indústrias Gráficas de Aveiro, Lda.

Depósito Legal n.º 12 442/86

ISBN 972-9137-13-7

Sumário

Abertura – Prof. Celso dos Santos 7

Santa Joana – A beatificação há 300 anos – Mons. João G. Gaspar 9

Influências da Ria no Folclore Ribeirinho – Severim Marques 11

Duas coisas no mesmo ser – Lima Vidal 15

A Mulher da Murtosa – Bartolomeu Conde 16

A Procissão de Cinza em Aveiro – Mons. Aníbal Ramos 17

Homenagem a Homem Christo 23

O Ensino Técnico e Profissional em Aveiro
– Dr. Manuel Ferreira Rodrigues 25

Zé Portugal – João Evangelista Campos 49

O Gabão de Aveiro – Da Foz do Vouga à Foz do Mondego
– Dr. Manuel dos Santos Oliveiros 53

Moliceiros – Dr. Alberto Souto 56

1993 – Efemérides 57

Duas doações significativas 59

Homenagem ao aveirense Rangel de Quadros – J. Gaspar 60

Homem Christo e a Instrução 63

Notícias breves 64

Novas publicações 65

Geminação 72

Noticiário 73

«Nasci sob a alta protecção da Senhora da Guarda, minha madrinha...»
– Homem Christo 93

bibRIA

bibRIA

Os textos assinados são da responsabilidade dos autores.

Os artigos publicados podem ser transcritos, total ou parcialmente, desde que se indique a origem.

Abertura

Mercê de variadas circunstâncias, que involuntariamente atrasaram a edição deste número, o **Boletim Municipal de Aveiro** está finalmente nas mãos dos leitores. Há mais de dez anos que ele iniciou a tarefa de ser portador de estudos, investigações, reflexões, análises, notas históricas ou biográficas, simples notícias... tudo o que possa interessar a Aveiro e que não saia fora dos parâmetros do Pelouro da Cultura, de cujos Serviços directamente depende.

Ao folhear as páginas deste Boletim, que abarca o segundo semestre de 1992 e os primeiros seis meses de 1993, logo se depara, no início, com a alusão a uma data que não podia esquecer-se: o terceiro centenário da beatificação da Padroeira de Aveiro. É um facto que não nos era permitido olvidar, uma vez que a Filha de El-Rei D. Afonso V escolheu a nossa Terra para viver e morrer. Nessas palavras vai a expressão do nosso agradecimento, a juntar ao preito da nossa devoção e à atitude da nossa admiração pela "mui excelente Princesa e mui virtuosa Senhora".

Todavia, em lugar próprio, anotámos as principais efemérides, já celebradas no período a que nos reportamos ou a celebrar no ano em curso; assim, entre outros, recordamos os centenários do nascimento do Dr. Francisco Ferreira Neves e do Dr. António Gomes da Rocha Madail, da inauguração do farol da Barra de Aveiro e da criação da Escola Industrial; os cinquentenários da morte do Dr. Francisco Manuel Homem Christo e do Dr. Lourenço Simões Peixinho; e ainda o 75.º aniversário do falecimento de José Reinaldo Rangel de Quadros Oudinot e do início do traçado da avenida que projectou a nova concepção urbana de Aveiro.

biblRIA

Não desejamos que estas palavras iniciais sejam apenas uma "abertura", como o correr de uma cortina ou o franquear de uma porta. No exame da paisagem ou no percurso pelas laudas escritas, o leitor terá experimentados guias: Severim Marques na influência da ria no nosso folclore, Marques Gomes e Mons. Aníbal Ramos na procissão das cinzas, João Evangelista Campos nos versos do alfaiate Zé de Portugal, Dr. Manuel dos Santos Oliveiros na expansão do gabão de Aveiro, e Dr. Manuel Ferreira Rodrigues na fundação e nos inícios da nossa Escola Industrial e Comercial. O novo edifício da Biblioteca Municipal, cuja inauguração se fez com relevo, não necessita de qualquer cicerone, porque se encontra, de portas abertas, bem no centro da cidade.

Por Aveiro continuamos esta tarefa gratificante. Aos colaboradores dirigimos a nossa sincera gratidão, expressa no tradicional "Bem hajam" — tão ao jeito do povo português.

Aveiro, 30 de Junho de 1993.

O Vereador do Pelouro da Cultura

(Prof. Celso dos Santos)

bibRIA

Santa Joana

— A BEATIFICAÇÃO HÁ TREZENTOS ANOS

Mons. João Gonçalves Gaspar

Foi no dia 4 de Abril de 1693 que o Papa Inocêncio XII, depois de sancionar o culto imemorial prestado à Princesa Santa Joana, publicou o breve "Sacrosancti Apostolatus cura"; por ele, permitiu o Sumo Pontífice que se celebrasse liturgicamente a sua memória no dia 12 de Maio de cada ano, não só em Aveiro, mas também em todo o Reino e na Ordem Dominicana. Perfez-se agora o terceiro centenário.

A devoção à Filha de el-Rei D. Afonso V remonta aos princípios do século XVI, uns trinta anos após a sua morte em 1490, segundo alguns depoimentos prestados em 1626, no primeiro processo, por pessoas de avançada idade. No dia 12 de Maio, celebrava-se então a sua festa com a liturgia do "Comum dos Santos", ornamentava-se o coro de baixo onde fora sepultada, cobria-se o sepulcro de flores, acendiam-se velas e queimava-se incenso; as freiras, após os ofícios corais, desciam em procissão até ao túmulo — antes campa rasa — ante o qual e sobre uma mesa expunham o retrato de Santa Joana em trajo de corte; as ditas religiosas, no mesmo dia, em vez de entoarem responsos pela defunta, cantavam antífonas, salmos e hinos de louvor a Deus por aquela que consideravam venerável.

Secundando e acompanhando a comunidade do Mosteiro, à igreja de Jesus acudia uma pequena multidão de devotos que seguiam as cerimónias, cumpriam promessas em acção de graças e rogavam novos favores; o culto, prestado sem decreto nem permissão apostólica, tinha frequentemente a presença de prelados regulares e seculares. Além disso, a Princesa continuava a ser retratada iconograficamente, para ser exposta tanto em Aveiro como nos conventos masculinos e femininos da Ordem dos Pregadores.

Esquecido o primeiro processo, foi finalmente admitida a causa, em 1687, completando-se, confirmando-se e esclarecendo-se então as informações anteriores. Procedeu-se a novos interrogatórios; ouviram-se declarações interessantes sobre a santidade da Venerável; produziram-se depoimentos históricos acerca da antiguidade do culto; narraram-se factos julgados prodigiosos; examinaram-se peças do seu vestuário, quadros representativos, relíquias e o túmulo; visitaram-se os lugares e salas onde habitou e onde faleceu; chegou-se à conclusão de que o culto era efectivamente anterior a 1525. As diversas peças do processo, que se desenrolou em Aveiro, Coimbra, Évora e Lisboa, foram enviadas para Roma, com o parecer favorável do bispo-conde de Coimbra.

Depois da beatificação, logo surgiu o desejo da canonização; contudo, as dificuldades diplomáticas surgidas entre D. João V e a Santa Sé de 1720 a 1723, desencorajaram os ânimos. Só em 1746 se pensou seriamente no respectivo

GLÓRIA

processo, que viria a iniciar-se três anos depois; decorreram os depoimentos sobre os escritos a seu respeito e sobre a fama de santidade, examinaram-se novamente o sepulcro e os restos mortais e viram-se os objectos que lhe haviam pertencido — o que tudo se finalizou em 1752. Após a revisão rigorosa do processo, em Roma, o Papa Bento XIV, em 1756, aprovou o parecer do promotor da fé, em ordem à prossecução do mesmo; agora era necessário completá-lo com os capítulos das virtudes para a decisão final. Mas ficou por aí, em face das novas dificuldades entre Portugal e a Santa Sé, do rumo da política nacional durante a administração pombalina e do azedume entre o Marquês e o bispo-conde de Coimbra, D. Miguel da Anunciação.

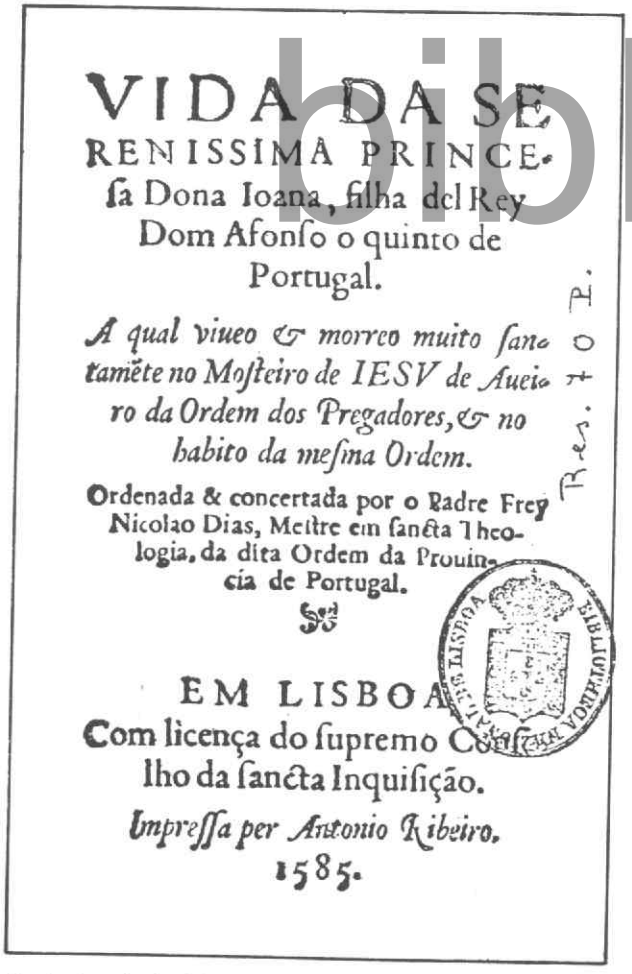
Todavia, sobretudo a partir da criação da Diocese de Aveiro e das vicissitudes temerosas motivadas pelas invasões francesas nos princípios do século XIX, Santa Joana começou a ser invocada e venerada como celeste protectora das nossas terras e das nossas gentes. Finalmente, em 1965, o Papa Paulo VI, ultrapassando todos os obstáculos canónicos por não ser canonizada, declarou-a como padroeira da Cidade e da Diocese.

Para os católicos desta região — e não só — no meio de quem a Princesa viveu e ficou sepultada, o seu túmulo não é apenas um mero objecto de museu; consideram-no principalmente como termo de piedosas peregrinações e rodeiam-no com flores, velas, incenso e preces. As personagens eminentes do passado serão tanto mais válidas no presente, quanto mais a sua memória inesquecível e o seu testemunho singular se tornarem patentes na vida de todos os dias. Por isso, lembramos o tricentenário da beatificação da Princesa Santa Joana.

J. Gaspar

NOTA: As festividades religiosas do dia 12 de Maio de 1993 também acentuaram a passagem do 3.º centenário da beatificação da Padroeira de Aveiro

biblRIA



VIDA DA SE
RENISSIMA PRINCE-
ſa Dona Ioana, filha del Rey
Dom Afonſo o quinto de
Portugal.

A qual viueo & morreo muito ſan-
tamẽte no Moſteiro de IESV de Aueir-
ro da Ordem dos Pregadores, & no
habito da meſma Ordem.

Ordenada & concertada por o Padre Frey
Nicolao Dias, Meſtre em ſancta Theo-
logia, da dita Ordem da Prouin-
cia de Portugal.

EM LISBOA
Com licença do ſupremo Conſel-
lho da ſancta Inquiſição.
Impreſſa per Antonio Ribeiro.
1585.

Rosto da primeira biografia impressa de Santa Joana, escrita em português (1585).

HISTORIA
DE LA VIDA
Y OBRAS MARA-
VILLOSAS DE LA RELIGIOSA
Princesa Doña Iuana, hija de Don Alonso
el Quinto de Portugal.

Por Fray Hieronymo Roman Auguſtino.

AVE MARI A GRATIA PLENA DOM

En Medina del Campo, por Sanctiago del Canto.
M. D. LXXXXV.

Rosto da primeira biografia impressa de Santa Joana, escrita numa língua estrangeira (1595).

Influências da Ria no Folclore Ribeirinho

Severim Marques

1.°) O ALASTRAMENTO DAS ÁGUAS MARINHAS, EM PARTE, NAS REGIÕES HOJE DENOMINADAS DO "VALE DO VOUGA" E DO "VALE DO ÁGUEDA", E UM POUCO DA SUA HISTÓRIA.

O Mar-Oceano, como então era conhecido nos tempos proto-históricos, estendia braços marinhos, constituindo longos esteiros que, no hoje conhecido como vale do Vouga, ao tocar nas falésias escarpadas de Almear e, ladeando as suas faldas para nascente, ainda então um dos braços ia banhar uma zona nos contrafortes do princípio das elevações, onde hoje se localiza a povoação de Macinhata e, consequentemente, ao encontro do Rio Vouga. Do mesmo modo, outro braço marinho um pouco mais para o sul, contornando a base do vértice da escarpa de Almear, estendia-se até às portas onde se situa Águeda, também ao encontro do Rio então conhecido por Alfusqueiro, hoje o Águeda. O mesmo braço marítimo alastrando por todo o vale, foi encontrar o Rio Cértima ou Cértoma, a montante da actual Pateira de Fermentelos, antiga Lagoaça como era conhecida, e na época já depois em que o local era coberto de espessos arvoredos por onde o Cértima ainda corria no seu leito, sem embaraços.

Provas concludentes constataram-se por volta de 1910, aquando das sondagens para a construção das estruturas da ponte metálica entre Travassô e Eirol, destinada ao Caminho de Ferro do Vale do Vouga. Tais sondagens que foram a uma profundidade de 25 metros, permitiram conclusões concretas acerca da presença daqueles braços marinhos naquelas aludidas paragens, com o aparecimento em tais profundezas de seixos rolados, conchas marinhas de várias espécies e outros achados alusivos à vida marítima. O mesmo aconteceu em 1983 quando se procedia à pesquisa de águas no lugar do Paredão, entre os Rios Vouga e Águeda, junto à foz deste último, através de um furo artesiano com cerca da mesma profundidade de 25 metros, que se destinariam à Portucel, em Cacia, não esquecendo as marinhas de sal que ainda existiram em Alquerubim, S. João de Loures e Eixo nos princípios do século XI.

Também o nome de Almear terá provindo de Al-Menara (nome de origem árabe) que queria dizer "facho ou fogo para sinais ao longe"; daí o ter existido em tempos remotos, um farol ou construção com fins análogos em Almear que, com a sua luz, facilitaria o desvio de rumos à navegação durante a noite, quer para nascente através do vale do Vouga, quer para Sul através do vale do Águeda e do Cértima.

Ora, durante séculos, verificou-se o recuo dos braços marinhos do Mar-Oceano, deixando atrás de si profundos sulcos por onde as águas dos Rios Vouga, Águeda e Cértima deslizaram até ao encontro das águas salgadas, não esquecendo que na Idade Média a foz do Vouga distanciava do Oceano cerca de 20 quilómetros, isto é, deveria localizar-se precisamente por alturas de Almear, desaguando ainda no referido braço marinho, tal como devia acontecer com os Rios Águeda e Cértima, que, só com a continuidade do recuo do braço marinho e a partir daí, as águas dos últimos engrossavam as do Vouga.

2.°) UM PEQUENO RESUMO HISTÓRICO DA ORIGEM DA RIA

A Ria de Aveiro ou Laguna, como primeiro foi chamada, estende-se desde o Carregal, em Ovar, até às cercanias de Mira, ou seja, até ao Poço da Cruz, com uma extensão de cerca de 47 quilómetros e uma toalha de águas com uma superfície não inferior a 6.000 hectares.

Dizem-nos as enciclopédias e outras publicações compulsadas que a sua conformação estrutural apresenta diferenças marginais pelo menos desde o quaternário até aos tempos históricos, dando-nos conta de que a sua evolução foi diversa.

Presume-se que a origem da Laguna terá tido o seu início em época posterior ao século XI, altura em que o cabedelo vindo dos areais de Mira, já no século XIII chegado à Gafanha, crescia para o norte.

biRIA

Apesar destes elementos que mais ou menos nos dão conhecimentos elucidativos quanto à formação da Laguna, há geógrafos que aceitam a ideia de que o seu início tenha sido calculado rondando os 25 séculos.

Seja como for, a verdade é que as águas da Laguna provenientes do mar e dos rios, já depois do referido braço marinho ter recuado até ao Mar-Oceano, em que este investindo aqui ou acolá tanto abria roturas entrando águas como as fechava, não as deixando, portanto, sair, estagnavam provocando febres palustres e outras que dizimavam as populações ribeirinhas, levando-as a abandonar os povoados que ao longo da Ria já estavam formados, factos que aconteceram até à abertura da Barra em definitivo, a 3 de Abril de 1808. Assim, até à referida abertura da Barra, verificaram-se várias roturas nos areais conforme já aludimos, que permitiam a entrada das águas do mar, mas passados tempos eram obstruídas novamente pelas areias trazidas pelas correntes marinhas; senão vejamos:

Por volta de 1200 a barra esteve aberta na direcção da Murtosa;

Por volta de 1500 idem na direcção de S. Jacinto;

Por volta de 1584 idem na direcção da Costa Nova;

Por volta de 1643 na direcção da Vagueira;

Por volta de 1685 na direcção da Q.ta do Inglês;

Por volta de 1756 na direcção perto de Mira.

Nesta última barra de Mira, ainda em 1750 com a entrada quase obstruída, conseguiu entrar uma embarcação e outra, a última, em 1753.

Apesar da situação irregular da barra nesta região, já em 1752 tinha sido escolhido o local para a abertura da barra nova, em frente ao farol velho, sonho que somente se concretizou em 1757 após a abertura de um regueirão, na Vagueira, para o qual forma utilizadas 80 juntas de bois e mais de 200 homens. O regueirão tinha 20 braças de largura, isto é, mais de 600 metros e demorou a romper-se 7 semanas; a barra foi aberta em Fevereiro daquele ano, para pouco tempo depois ser obstruída. Não desistindo o Capitão-Mor de Ílhavo, João de Sousa Ribeiro da Silveira, que, tal como tinha iniciado, a expensas suas continuou com o aprofundamento da vala durante mais alguns meses, o que conseguiu em Agosto do mesmo ano de 1757, mas só em 8 de Dezembro se concretizou de novo a abertura da barra, mas com altos e baixos, de modo que mais tarde se voltou a encerrar.

Deste modo, após estudos projectados pelos Eng.os Reinaldo Oudinot e Luís Gomes de Carvalho, a nova e actual Barra, depois de porfiados trabalhos, foi aberta definitivamente em 3 de Abril de 1808, com uma embocadura de 120 braças de largo e 35 palmos de profundidade e capaz de toda a navegação.

3.º) O RIO VOUGA E SEUS AFLUENTES A DESAGUAR NA RIA, E UM POUCO DA SUA HISTÓRIA

Depois de já nos termos espraiado em considerações acerca do braço do Mar-Oceano que penetrou no interior até às portas de Macinhata do Vouga, e para as bandas de Águeda pela parte sul, vamos ocupar-nos um pouco sobre o Rio Vouga, esse Rio por excelência português, que com tanto carinho abraça a sua Ria.

O Rio Vouga com 165 quilómetros de comprimento, desde a Serra da Lapa até à Laguna, foi em tempos, algumas décadas atrás, navegável até Pessegueiro do Vouga com barcos de grande lotação e, em tempos de antanho, também, por navios até à vila de Vouga, hoje modesta povoação da freguesia de Lamas do Vouga que foi sede de concelho desde tempos muito remotos, e extinto em 31 de Dezembro de 1853.

Em Novembro de 1778 chegou-se a averiguar a possibilidade da navegabilidade do Rio Vouga desde S. Pedro do Sul até Aveiro, quando já era navegável até Pessegueiro. Tal projecto ainda foi discutido à volta do segundo quartel do século XIX.

Na Idade Média a foz do Vouga, como já foi relatado,distava do Mar-Oceano cerca de 20 quilómetros, isto é, a sua foz deveria localizar-se na zona de Almear, onde desaguava o Rio Vouga já no mencionado braço marinho.

Os Romanos chamavam ao Rio — Vacua
Na Idade Média « « « — Vauca
No século XVI « « « — Vouca.

No século XII o Rio Vouga ainda despejava directamente no mar, considerada, portanto, barra aberta, não existindo, pensa-se, em toda a sua grandeza, a chamada Laguna de Aveiro.

O Rio Vouga tem como afluente principal o Rio Águeda, conhecido antigamente como Rio Alfusqueiro, e este tem também como afluente o Rio Cértima ou Cértoma. Foram os aluviões dos Rios Águeda e Cértima, amontoando-se na sua confluência, que represaram a corrente do último, começando assim, a formar a Lagoa — hoje Pateira de Fermentelos — na curva do Rio perto da Igreja-Matriz de Requeixo e, daí, o alastramento das suas águas.

O Rio Vouga, que num passado distante corria por sulcos profundos deixados pelo braço marinho, permitia ver com dificuldade através das variantes das suas margens e da rasteira

bibRIA

vegetação, o gigo colocado no topo do mastro dos barcos, anunciando o peixe e o sal que transportavam para venda. Veja-se o seu leito profundo de então, hoje quase totalmente assoreado.

Além das águas do Rio Vouga e dos seus afluentes que desaguam na Ria, hoje e noutros tempos tal acontece, também, com as águas do Rio Antuã e seu afluente Ul, e de algumas ribeiras e riachos como o do Boco ou Rio Salgado, ao sul de Vagos, e as ribeiras de Ovar, Pardelhas e Cabanões, ao norte.

4.°) O REPOVOAMENTO DOS PALHEIROS ADJACENTES À RIA, O DESBRAVAR DAS DUNAS E O APROVEITAMENTO DOS AREAIS

Com a abertura da Barra Nova — actual — em 3 de Abril de 1808, tornou-se possível uma flutuação das águas da Ria, que além de as tornar salutares, enriqueceu a Laguna com as várias espécies de peixes e a proliferação de algas (moliço), chamou de novo e com mais acuidade ainda, as populações afugentadas a formarem pequenos povoados para, através das águas da Ria, buscarem o seu sustento e, ao mesmo tempo, a comercialização dos excedentes não só nos povoados ribeirinhos, como para fora dessas zonas.

Ora, tudo terá começado precisamente num pequeno acampamento, que terá tido o seu início por volta do segundo quartel do século XVII, que veio mais tarde a denominar-se GAFANHA.

A primeira colónia de agricultores processou-se antes de 1677 e teve lugar na CHAVE, onde mais tarde foi construída a capela de N.ª S.ª da Nazaré.

Até aí seria um areal inculto e desprezado, no mesmo local — mais ou menos — onde hoje se situa a Gafanha da Nazaré, uma vila promissora que naturalmente muito se orgulha do seu passado e das suas gentes de antanho que conseguiràm transformar as ubérrimas areias em pão e não só, factos que lhe deram estes foros de grandeza, de que hoje com toda a merecida galhardia tem vindo a disfrutar.

Acerca da origem do nome da GAFANHA, relata-nos o grande etnógrafo que foi, o autor da Monografia da Gafanha, Pe. Vieira Resende, que o nome "Gafanha" estará na origem da GADANHA, instrumento de roçar ervas e outras vegetações que era utilizada para "gadanhar" o junco. O povo distorcendo a ortografia e os sons, dizia mais tarde, vamos gafanhar o junco, para depois dizer, vamos à gafanha ao junco. Assim, discorda o autor que a origem do nome GAFANHA venha de GAFARIA, opinião perfilhada, também, por Pinho Leal.

E foi aí, entre o mar e o cordão das areias que o Homem-Gafanhão arrazou dunas, revolveu areias, foi à Ria com o ancinho apanhar o moliço, e do fundo da Laguna com a enxada de pá larga arrancava a lama. E era com essa mistura adubada da lama com o moliço, que enxameavam as areias revolvidas, com esse estrume marinho que a enxada e mais tarde também o arado fomentavam as culturas com o melhor resultado nas colheitas, sobretudo e ao tempo com o milho, feijão e mais tarde outros produtos hortícolas que aquelas bafejadas areias sempre produziram.

O Gafanhão foi considerado homem persistente no seu querer, teimoso no trabalho e inquebrantável na fé de vencer, além de ser paciente. Isto nos relata o Pe. Vieira Resende na sua Monografia da Gafanha.

Assim, a Gafanha foi considerada já no século XIX como uma grande arca nacional de pão, tendo em conta o labrego rude, que transformou as areias em pão para sustento de tantas populações, que então já do caixão do milho das Gafanhas se socorriam.

A primeira capela, bastante pobre, foi construída em 1818 na Cale da Vila (actual Gafanha da Nazaré), com adobos de barro ou misturado com conchas de berbigão ou de ostras ou felga (estes, eram chamados adobos de palhão). Como os adobos não tivessem chegado para a construção da torre sineira, não havia, portanto, sinos para o chamamento dos fiéis, a fim de assistirem às cerimónias religiosas; daí o ter havido necessidade de resolver o assunto, improvisando um SACRISTA que de manhã e à noite, subindo as dunas, utilizasse lá do alto, o chamado sino dos pobres, que consistia nos fortes sopros num enorme búzio. Mas deixai que se transcreva, por histórico e poético, o texto ditado pelo Rev.° Pe. Resende:

> ..."Ao dealbar do dia ou à tarde ao mergulhar suave e majestoso do sol, nas águas do Oceano, conforme a convocação se fizesse para o Santo Sacrifício ou para as Orações da manhã ou da noite, um repolhudo gafanhão, improvisado de sacrista, dirigia-se para o templozinho cheio de misticismo, descalço, de cuecas a cair sobre a rótula, cingidas pelo cós com um só botão às ancas espadaúdas. De barrete pendente sobre a orelha, contas ao pescoço sobre a baeta da camisa, e de gabão velho, esburacado, deixava fustigar pelo vento da madrugada as canelas magras e nuas.
> Este bom e anafado gafanhão, ia eu dizendo, assim descrito, tal qual era na

bibRIA

BIBLIOTECA
municipal de aveiro
PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS

primitiva Gafanha, soprava desesperadamente num enorme búzio, cujos sons cavos, profundos e compassados, iam quebrar-se de encontro às cordilheiras solitárias das dunas ou espraiar-se pela "argentinea" superfície do Oceano infindo".

5.º) O TRÁFEGO ENTRE A LAGUNA, RIO VOUGA E SEUS AFLUENTES ARRIBA

Naturalmente que, com o repovoamento da Ria, a intensificação de embarcações através da laguna, desenvolveu-se um tráfego não só bordejante, como de carácter mercantil constante e intenso, permitindo a promoção de trocas e vendas de produtos agrícolas, obrigando as populações a uma expansão negocial mais dilatada, com a sua navegabilidade mais alargada na sua rede de vendas e consequentemente de compras de géneros, que na sua lavra não existissem. Este comportamento obrigou as gentes marinheiras a sair das margens da Ria e a infiltrarem-se pelo Rio Vouga acima até Pessegueiro, derivando, também, na foz do Rio Águeda, na Ponte da Rata, para montante, até ao Cais das Laranjeiras, da já Vila de Águeda. Antes, porém, do mesmo modo, ao subir o Rio Águeda, nos subúrbios de Requeixo rumavam, também, para o Rio Cértima.

Os barqueiros de então, sabendo das necessidades mais prementes das gentes do interior, carregavam os barcos, além e sobretudo do peixe que era a sardinha e o chicharro, por vezes o berbigão e o cristalino sal das marinhas que não vendiam só às regateiras do mercado de Águeda, como saltavam do barco para venderem pelas ruas, ruelas e carreiros. As mulheres apresentavam-se com a canastra e os homens com a vara ao ombro suspendendo em cada extremidade um gigo. Obviamente que no regresso como recovagem, carregavam tudo aquilo que necessitavam e que as areias não produziam, como acendalhas que era a carqueja para acender o lume na lareira e no fogão, a lenha-achas, o carvão, o vinho e seus derivados, além de géneros que mercavam nos lugares do percurso, onde a paragem era possível mas, com mais afluência, na praça e comércio de Águeda. O certo é que a maior parte do carregamento do retorno destinava-se a ser vendido não só nos povoados ribeirinhos, sem esquecer as bandas da Murtosa, de onde a maior parte dos barcos e barqueiros eram oriundos, e na própria vila/cidade de Aveiro.

Na via directa do Vouga, isto é, até Pessegueiro, daí apenas vinha lenha, carvão e carqueja, cujos carregadoiros no rio daquela paragem serrana quase sempre se processavam junto de agrestes penhascos e pedregulhos.

O mesmo já não acontecia com os carregamentos no Cais das Laranjeiras, em Águeda. A lenha — as chamadas achas — vinha das abas serranas em carros antigos de bois, o carvão e a carqueja eram transportados por almocreves que calcorreavam, descalços, ásperos e longos caminhos serranos, trazendo para baixo aqueles carregamentos sobre os seus burricos e por vezes também às costas e, no regresso para cima, levavam a sardinha, o chicharro e o sal.

Ainda me lembro muito bem da "ti Maria Rosa" da serra e lugar das Talhadas, que saindo de madrugada de sua casa, ainda bastante escuro, em direcção a Aveiro, a pé, calcorreava caminhos ásperos através de montes e vales durante cerca de 50 quilómetros — (100 Km ida e volta) — para chegar a tempo de mercar a sardinha e o chicharro, e logo regressar ajoujada com a canastra e o peixe, serra acima; ultimamente já o seu transporte era feito às costas, pois que a sua coluna vergada pelo peso da idade não permitia que a sua cabeça enrodilhada aguentasse a carga que habitualmente transportava.

6.º) O INTERCÂMBIO MERCANTIL E CULTURAL

Ora, aqueles barqueiros e familiares que faziam do leito do barco moliceiro ou mercantel e da proa a sua humilde habitação, onde cozinhavam, lavavam, e dormiam, não transportavam somente sal, peixe, lenha, carqueja e cascos de vinho, mas também da Borda d'Água levavam como traziam parcelas de cultura diversificada, sobretudo danças e cantigas e por que não outras tradições que ao tempo seriam o encanto e o regalo dos nossos avoengos, nos serões, nos arraiais ou romarias, nas sachas dos campos, nas eiras, nas esplanadas, nos terreiros ou nos adros das igrejas, não esquecendo os melodiosos cânticos religiosos dessas encantadoras paragens que essa humilde e honrada gente (os barqueiros) assimilava desde a várzea à parte serrana da zona baixa do Caramulo.

Era todo o agregado que ajudava a barqueação do barco através desses percursos por vezes cansativos e penosos, onde surgia muitas vezes o desânimo, que seria suavizado pelo encanto e frescura de frondosas árvores marginais e também pelas cristalinas e puras águas doces dos rios, factos que infelizmente hoje já não se verificam.

Tempos saudosos, em que tudo era harmonia, melodia e festa, onde até na exígua proa dos barcos se dançava, cantava e tocava quando cruzavam as águas da Ria para as festas da Senhora da Saúde, na Costa Nova do Prado; Senhora das Areias, em S. Jacinto; São Paio, na Torreira... e muitas vezes subiam o Vouga

bibRIA

para outras festividades, nomeadamente para a Senhora da Saúde, em Fermetelos, Santos Mártires, em Travassô.

Mas não era só nos barcos que esgrimiam até ao último fôlego das suas forças com as danças; a sua actuação também tinha lugar em terra onde caldeavam coreografias do litoral salgado com as da várzea e montanha, como se fossem filhos natos da região.

Razão tinha o Dr. Jaime de Magalhães Lima quando dizia que o Baixo-Vouga, em consonância com a Ria, tinha uma veia-mãe em Ílhavo e outra na Murtosa.

E era paralelamente, com o aumento do intercâmbio mercantil, que crescia o intercâmbio cultural através do folclore entre as gentes da marinha — mais notadas as das bandas da Murtosa — e os povos da várzea e da montanha, que nos seus rastos deixavam nos ouvidos os sons agudos do búzio anunciador do peixe, e levavam o sussurro das quedas de água do Vouga, em Pessegueiro, e os melodiosos gemidos das noras do Rio Águeda.

Abril de 1993

Severim Marques

DUAS COISAS NO MESMO SER

bibRIA

«Eu nasci em Aveiro, ao que suponho na proa de alguma bateria. Fui baptizado à mesma hora, nas águas da nossa Ria. Abriram-se-me os ouvidos ao som cadencioso dos remos no mar, ao pio estridulo das famintas gaivotas, ao praguedo inocente dos pescadores. Encheu-se-me o peito à nascença do ar salgado da maresia. S. Francisco de Assis chamava a estas coisas irmãos, chamava a estas coisas irmãs: o irmão Vouga, o irmão luar que à noite o prateia, os irmãos peixes, as irmãs espumas, areias, estrelas.

Mas aqui há mais do que uma simples fraternidade, há mais do que a suave harmonia da natureza e da alma de Aveiro; chego a crer que há uma verdadeira encarnação, o encontro de duas coisas no mesmo ser.

Nós, os de Aveiro, somos feitos, dos pés à cabeça, de Ria, de barcos, de remos, de redes, de velas, de montinhos de sal e areia, até de naufrágios. Se nos abrissem o peito, encontrariam lá dentro um barquinho à vela, ou então uma bóia ou fateixa, ou então a Senhora dos Navegantes.

Assim plasmado de Aveiro, com os beiços a saber a salgado, a pingar gotas da Ria por todo o corpo, por toda a alma, (...) eu sou uma nesga, embora minúscula, desta deliciosa aguarela de Aveiro; eu sou um pedaço da nossa terra (...)».

D. João Evangelista de Lima Vidal

(«Correio do Vouga», 8-11-1952, pg. 1)

A Mulher da Murtosa

Bartolomeu Conde

Presente na memória a minha avó marinhoa, que me criou e que todas as noites me aconchegava ao corpo a roupa da cama!...

A Câmara, em devido tempo, erigiu na Torreira um Monumento dedicado «À Mulher da Murtosa», como preito de homenagem à **Mãe**, **à Mulher** e à **Lutadora!** No Largo que remata a Avenida Hintze Ribeiro, — a que o povo, mui propriamente, chama o Largo da Varina — lá está uma bela estátua de bronze, em corpo inteiro, assente numa peanha cilíndrica de pedra granítica, rodeada na base por um pequeno círculo de flores.

É uma estátua que põe em evidência a murtoseira de épocas não muito recuadas, uma rapariga jovem, formosa de corpo, cintura de formiga, perna forte e torneada... ali está a noiva haurida em sub-consciência, mão na canastra, a outra em equilíbrio desembaraçado — um verdadeiro ex-libris da beleza feminina marinhoa! O escultor apanhou--a como flor aberta ao sol da juventude — promessa de amor — e alindou-lhe o peito, aformoseou-lhe as ancas, deu-lhe ao braço estendido um ar gracioso de ballet! E, para que o gingar do corpo também ficasse «escrito» na escultura, marcou a cinzel três pregas oblíquas nas costas da blusa! (Pormenor artístico bem achado!)

O escultor pensou (ou sonhou), assim, a marinhoa! Mas essa extraordinária mulher, no horizonte do seu percurso na vida, não está numa estátua: as formas esculturais do seu corpo cedem à sobreposição das recônditas riquezas de alma! Ela é, depois de casada, a mulher de seu homem, a conformada parideira de uma ninhada de filhos! Companheira fiel, submissa, escrava da família: gerar e amamentar a prole, tratar de todos, escorchar e salgar o peixe para o inverno, acudir às redes se tanto for necessário! E, se a pesca fosse farta e permitisse o comércio, lá vai ela, canastra à cabeça, vender peixe a dez ou a quinze quilómetros arredados de casa! A pé, da Torreira ao Cais do Guedes, a atravessia da Ria, de barco até à Bèstida, daí a bútes até ao Chegado, aí nova travessia do braço da Ria e daí, finalmente, para os povoados de Sarrazola, Vilarinho, Cacia e algumas vezes até Taboeira!...

Oh mulheres d'um raio! Sempre ligeiras, saracoteando-se no seu corre-que-anda, naquela lufa-lufa de chegar mais além, de vender o peixe: **éh sardinha da Torrêra, do nosso mar!** Ou então: **éh sardinha da traineira, mas é fresquinha e boa!** Eram sinceras para a freguesia e para si próprias. Era-lhes impensável vender, como "do nosso mar", peixe que vinha das traineiras de Matosinhos!

Depois da venda feita, às vezes já com o véu da noite a adivinhar-se na serra, ali se juntavam todas à beira da Capela de S. Bartolomeu, em Sarrazola, a esperar a chegada das restantes companheiras para que o grupo se juntasse e regressasse a casa. Nessa espera, era vê-las a assar umas sardinhas numa paveia de caruma, ali mesmo ao canto da capela, no chão, e comê-las gostosamente com uma côdea de boroa ganha na permuta com peixe.

Experimente a mais pintada das nossas atletas de corta-mato, sair da Torreira com uma canastra carregada de peixe — uns quinze ou vinte quilos! — pôr aquela tralha à cabeça, fazer todo o trajecto já descrito sempre a pé, às vezes com a barriga cheia — não de vento, nem de comida, mas de um ser em gestação... — ou até, pasmai oh gentes, com um bébé de meses, envolvido em saiotes velhos, a um canto da canastra! Experimentai!

Ah murtoseiras d'uma cana! Eram assim essas **moiras-de-trabalho** — as marinhoas de há cinquenta anos! Felizmente já acabou essa violentada maneira de viver. Muitos casos dramáticos se passaram com estas mulheres.

Lembro-me, como muita gente se há-de lembrar, da Ananor, uma dessas peixeiras que vinham a Cacia, de cabeça ao lado por deformação da carga, sempre com filhos no carrego da cabeça. Foi uma das últimas, como a ti-Francisca e a A-dos-Anjos, a deixar aquele modo de vida. Pois a Ananor, um dia, quando regressou ao lar, em vez da filhinha doente que trouxera da Torreira, ela, com lágrimas a correr no seu rosto seco, levava na canastra um cadáver para casa!

Como aconteceu, ao contrário da Ananor, com a avó do actual pároco da Torreira, marinhoa também, e também grávida, que teve uma robusta menina num ermo dos campos de percurso, e que, ali mesmo, se teve de haver com os cuidados necessários. Quando regressou a casa, rezando a Deus pelo caminho, levava de prenda, entre os panos da canastra, muito bem enroladinho, um rebento a pedir mama! Esta criança, baptizada com o nome de Belmira, teve como padrinho um farmacêutico de Cacia, o alto, magro e surdo Taborda. E foi esta criança, feita mulher, que deu à Murtosa um dos seus ilustres filhos, que no jornalismo e no sacerdócio tem vincada a sua personalidade de intelectual — o Padre Manuel Caetano Fidalgo!

Por tudo isto, e sem deixar de louvar a Arte da estátua dedicada «À Mulher da Murtosa», acho que o escultor olhou mais para a inefável beleza da murtoseira que para a riqueza das muitas virtudes que ela possui: — falta na estátua, além da característica algibeira, e ao lado da cabeça de peixe que se vê, a cabecinha duma criança a espreitar o mundo do alto da canastra!

A **Mãe Murtoseira** é disso credora!

GLORIA

A Procissão de Cinza em Aveiro

Descrição de andores e vida de santos

Mons. Aníbal Ramos

Aveiro deixou de ser uma cidade orgulhosa das procissões que realiza, embora estas vão diminuindo em número e esplendor.

D. João Evangelista pintou, em tela admirável, os homens da beira-mar na sua faina, "de ceroulas arregaçadas, de peito ao léu, cheios de escamas, gritando a todo o pulmão" e depois, na procissão, "irrepreensivelmente" bem postos, de fato preto, de calçado a luzir, de gravata branca e de luvas brancas, de opa de seda com cordão e borlas d'ouro".[1]

Como é óbvio, há pormenores que variam, de procissão para procissão. Cada uma delas tem a sua própria identidade, as suas insígnias, as suas vestes, a sua cadência, o seu espírito. Assim, a procissão dos Passos não se confunde com a de Cinza, nem a do Santíssimo Sacramento, no outrora designado Corpo de Deus, com a de Santa Joana, Princesa de Portugal e Padroeira de Aveiro.

Eduardo Cerqueira, observador atento e cronista-mor das gentes e terras de Aveiro, dizia-me certa ocasião que distinguia ao longe cada uma das procissões desta cidade pelo som cadenciado do compasso. E tinha razão.

A Procissão de Cinza era inconfundível pelo número e a imponência dos seus 13 andores, pelos hábitos escuros dos terceiros, pela figuração das cenas bíblicas, pelo grande itinerário que percorria, subindo a Avenida de Lourenço Peixinho e cortando para a Rua do Carmo, onde se impunha e cumpria uma estação para descanso dos pés fatigados e refresco das gargantas por demais sequiosas.

Com a decadência espiritual da Ordem Terceira de S. Francisco e a progressiva falta de irmãos, a Procissão começou a ter dificuldade em vir para a rua, sem perder a indispensável dignidade. Ultimamente, para que os andores pudessem ser levados aos ombros, os mesários viram-se na necessidade de recorrer aos soldados do Regimento de Infantaria N.° 10, vizinho da igreja de S. Francisco, onde se organizava e donde saía a Procissão. A devoção a S. Francisco e o amor à tradição não foram capazes de evitar o inevitável. Nestas circunstâncias, não chega a surpreender que a Mesa da Franternidade da Ordem Terceira de S. Francisco, após séria reflexão sobre o modo como se vinha fazendo a Procissão nos últimos anos, tenha decidido suspender a realização deste acto litúrgico.[2] E a Procissão deixou de sair, com grande mágoa de todos, quer da cidade quer dos arredores, que na Quarta-Feira de Cinzas enchiam Aveiro de cor e movimento e lhe davam um certo ar penitencial que marcava efectivamente o fim do Carnaval e o início da Quaresma.

Nem tudo desapareceu, felizmente. Ainda há quem venha nesse dia a Aveiro, mesmo sem haver Procissão; ainda há quem evoque esse acontecimento religioso com saudade; ainda há até quem pense em restaurar a Procissão sem irmãos terceiros... ou mesmo com eles, após a restauração da Ordem Terceira.

Diziam os antigos romanos que as palavras voam e os escritos permanecem: *verba volant, scripta manent.*

Saiu a público em 1900, na Tipografia do "Campeão das Províncias", um precioso opúsculo intitulado *A Procissão de Cinza em Aveiro.* Segundo informação fidedigna, é da autoria de Marques Gomes e contém uma descrição completa da ordem da Procissão, incluindo, além disso, um resumo da vida dos santos de cada andor.

Posso testemunhar que esta narração poderia ser feita, sem mudar uma vírgula, em meados deste século ou mesmo depois, pois correspondia inteiramente à Procissão que era "imponente não só pelo merecimento artístico da maior parte das imagens que nela vão, como pela compostura com que se apresentam todos os irmãos", como afirmou o mesmo Marques Gomes nas suas *Memórias de Aveiro.*[3]

Ler Marques Gomes na reprodução que agora se oferece aos leitores, é ver desfilar diante de si essa interminável e impressionante Procissão de Cinza, onde a pregação maior se fazia através das imagens de grande porte, que calavam fundo no coração dos crentes e se impunham sem esforço à veneração de todos.

A. Ramos

[1]. Lições da Natureza e dos Homens, Coimbra, F. França Amado, 1914, pp. 37-38.

[2]. Correio do Vouga, 30 de Janeiro de 1970. A última Procissão realizou-se no dia 19 de Fevereiro de 1969.

[3]. Tipografia Comercial, Aveiro, 1875, p. 147.

biblRIA

A PROCISSÃO DE CINZA

EM

AVEIRO

Dissertação de andores e vida de santos

AVEIRO
TYP. DO «CAMPEÃO DAS PROVINCIAS»
1900

bibRIA

PROCISSÃO DE CINZA

Abre a procissão o estandarte da Ordem Terceira, de damasco roxo, com as armas d'ella e as iniciaes A. M. N. («arma melitiae nostrae») bordadas a oiro. Seguem-se duas figuras representando Adão e Eva, lançados fora do paraiso, levando esta a arvore dos pomos e aquelle uma enxada. Em seguida vem o cherubim empunhando a espada de fogo e versatil para recordar que áquelles foram cerradas as portas do paraiso, e com ellas as portas da immortalidade por desobedecerem às ordens do Senhor.

1.º andor

Nossa Senhora da Conceição

«Cairá o Libano e os seus cedros; mas rebentará uma vergontea do tronco de Jessé; d'aquellas ruinas brotará uma flor, onde repouse o espirito de Deus.» Estas palavras do propheta exprimem a cara e suave esperança que ao fim de quatro mil annos deu em resultado nascer sem mancha e sem peccado a nova Eva, Maria, a mãe purissima do Salvador.

«Maria foi concebida sem a macula do peccado original.»

Esta doutrina da egreja catholica relativa a primeira das prerogativas de Maria, esta crença da immaculada conceição da Virgem, foi em todos os tempos, e sempre com o maior enthusiasmo, defendida pela ordem franciscana. Tornou-se principalmente notabilissima, assombrosa, a defesa da immaculabilidade da Virgem feita perante a Universidade de Par z por um dos seus frades, João Duns Scoto que mereceu áquella doutissima corporação o titulo de «doctor subtilis!» Por isto e porque os terceiros de S. Francisco, do mesmo modo que toda a ordem franciscana tomaram a Virgem sob o privilegio da sua Conceição Immaculada, por sua padroeira, é este o primeiro andor.

A Virgem, que vae sobre um globo de nuvens d'uma das quaes surge um serafim de joelhos offerecendo-lhe uma assucena, tem aos pés a infernal serpente de que nos fallam os livros santos.

*

Apóz este andor vae a Cruz da Ordem, e logo dois irmãos terceiros com salvas de prata cheias de cinza— «Pulvis es et in pulverem reverteris.»

2.º andor

Nosso Senhor dos Passos e S. Francisco

Jesus caminha para o Golgotha levando aos hombros o instrumento ignominioso do martyrio —a cruz—. S. Francisco procurando imital-o segue-o, levando tambem sobre os hombros a cruz, não já instrumento ignominioso mas sim, symbolo augusto da redempção.

S. Francisco nasceu em Assis, na Umbria em 1282. O seu verdadeiro nome era João Bernardono, mas a facilidade com que fallava a lingua franceza, que seu pae, Pedro Bernardono lhe mandara ensinar para melhor poder gerir os negocios da sua grande casa commercial, tornou o geralmente conhecido pelo nome de «François» d'onde veio o ser vulgarmente chamado Francisco d'Assis. Seguindo a carreira de seu pae, Francisco até os vinte e quatro annos foi um moço cheio de vivacidade, gastador, amando o prazer e todas as distracções mundanas. Os pobres, porem, mereceram-lhe sempre compaixão e carinho, não sendo elles com que menos gastava. Esta virtude que o tornara sympathico e querido aos olhos dos seus conterraneos, levou o depois para um caminho melhor. De dessipação em dessipação, de prazer em prazer, operou-se de repente em Francisco uma transformação enorme.

Vencido quando orava, por uma força sobrenatural julgou ter visto em pessoa a Jesus Crucificado. A sua prece foi então mais ferverosa do que nunca, ao Salvador pedio com todo o enthusiasmo da sua alma ardente, que lhe indicasse o meio mais seguro da sua regeneração e, n'este

momento, pareceu ecoar-lhe aos ouvidos aquelle preceito do Evangelho que diz:—«Se me queres seguir, nega-te a ti mesmo, toma a tua cruz, e segue-me».

D'ahi em deante, Francisco abandonou por completo a sua vida passada, dedicando-se inteiramente á praticas de obra de piedade e a prégar a religião de Christo, de que veio a ser um dos mais fervorosos apostolos.

3.º andor

S. Lucio e Santa Bona

Lucio, que era commerciante abastado dos arrabaldes de Florença, e que por mais d'uma vez entrevira nas questões que se gladiavam entre os guelfos e os gibelinos, abandonou o commercio e a politica depois de ter ouvido prégar S. Francisco d'Assis, para se consagrar unicamente ao serviço de Deus e do proximo. Acompanhou-o nos mesmos sentimentos sua mulher Bona, receberam ambos de S. Francisco a regra e o habito da Ordem Terceira, que este acabava de fundar, distribuindo em seguida toda a sua fortuna, que era grande, pelos necessitados. Tratavam de continuo os enfermos nos hospitaes, visitavam e defendiam os presos nas cadeias e soccorriam as familias d'uns e d'outros quando eram desvalidos. O tempo que lhe restava d'estas obras de caridade, empregavam-n'o os dois na oração, vivendo sempre na mais santa harmonia. Bona morreu primeiro que o marido, que tambem pouco lhe sobreviveu. O seu culto foi authorisado por Innocencio XII em 1694.

4.º andor

Santa Rosa de Viterbo

Nasceu esta virtuosissima filha da Ordem Terceira na cidade de Italia, de que tomou o nome. Tão formosa como modesta, principiou desde os mais tenros annos a entregar-se a exercicios de piedade e aos rigores da penitencia. Teve um extasi quando contava perto de dez annos, julgando ver a Virgem, Mãe de Deus, que lhe indicava que vestisse o habito de terceira de S. Francisco, o que ella cumpriu gostosissimamente. Fallava com grande facilidade e com a eloquencia nascida do coração, dirigia-se ás massas com uma cruz na mão prégando como qualquer apostolo a penitencia, a morigeração dos costumes, condemnando tambem em certa epocha a guerra que ao papado fazia Frederico II d'Allemanha, o que lhe valeu ser açoutada e proscripta, e confiscados os bens de sua familia que como ella, teve de soffrer as agruras do exilio, em Soriano. A morte do imperador que ella perdisse poucos dias antes, abriu-lhe as portas da patria e regressando a Viterbo continuou ahi a sua vida toda abnegação e penitencia até que expirou com os olhos postos no seu crucifixo, a 6 de março de 1256. O papa Clemente IV canonisou a, designando o dia 4 de setembro para a sua festa.

Vae vestida de terceira franciscana e coroada de rosas brancas, simbolo da sua pureza e sustenta na mão esquerda um crucifixo.

5.º andor

Santa Margarida de Cortona

Tomou o appelido de Cortona por haver escolhido esta cidade de Italia para ahi passar os seus ultimos dias, e com effeito lá morreu em 1297. A sua terra natal foi Alviano na Toscana. Parte da sua mocidade passou-a Margarida na libertinagem. O assassinato d'um dos seus amantes, cujo cadaver já em putrefacção foi encontrar por indicações d'um pequeno cão que ella muito estimava, impressionou-a por tal forma, que em breve trocou a vida licenciosa que até ahi levara, pela maior das austeridades. Cortados os cabellos e deixadas por uma vez as suas joias, vestiu-se de burel, e descalça e com uma corda ao pescoço, foi collocar-se ás portas dos templos pedindo perdão áquelles que julgara haver escandalisado com os seus maus exemplos. Tres annos depois recebia em Cortona o habito de Terceira Ordem da Penitencia, que soube honrar como poucos. O resto da vida passou-o Margarida fazendo penitencia, orando e soccorrendo os desvalidos. Abraçada ao seu crucifixo, de que se não separava nunca, falleceu sem agonia a 22 de fevereiro de 1297. Foi canonisada pelo Papa Benedicto XIII, e a egreja resa d'ella a 22 de fevereiro, anniversario da sua morte.

Vae vestida de terceira e com os olhos rasos de lagrimas, contempla a imagem de Christo Crucificado, que leva na mão esquerda. Na direita leva uma caveira.

6.º andor

S. Luiz, rei de França

Filho e successor de Luiz VIII, chamado Coração de Leão, nasceu em 1215 e subiu ao throno de França em novembro de 1226. Assumiu então a regencia do reino, sua mãe a rainha Branca de Castella, que ao mesmo tempo que cuidava com um tino governativo verdadeiramente excepcional e uma energia que ficou lendaria na casa real de França, de todos os negocios publicos, pois pacificava revoltas e continuava sem treguas a guerra contra os albigenses, entregava se como mãe amantissima á educação de jovem rei, em cujo espirito soube incutir, a par da mais absoluta e rigorosa obediencia, os sentimentos da mais ardente e fervorosa devoção, que fizeram d'elle um bom rei e um santo varão.

biblRIA

Apoz uma doença grave, que lhe sobreveio quando depois de ter vencido a liga dos barões de Poiton, ajudados por Henrique III de Inglaterra, se dispunha a marchar contra os inglezes, Luiz IX resolveu tomar parte na cruzada, no que pensava ha muito e no que era bastante contrariado pela maioria dos seus conselheiros. Embarcou em Aignes Mortes a 28 d'agosto de 1248 com destino á ilha de Chypre, pois desejava principiar pela conquista do Egypto. Foi feliz nos primeiros recontros, chegando a entrar victorioso em Damieta, mas detido aqui por uma cheia do Nilo e commetidos varios erros de tatica, viu o seu exercito derrotado em Mousourah de que resultou o ficar prisioneiro com a maior parte dos seus. O. rei recuperou a liberdade em troco da perda d'aquella cidade e da entrega d'uma quantia importante em dinheiro, mas ficou ainda durante quatro annos na Palestina occupado em reparar as praças maritimas que estavam em poder dos cruzados, voltando só a Pariz quando a morte de sua mãe, que foi quem durante a sua ausencia ficou governando o reino, o obrigou a vir assumir as redeas do governo. D'ahi por deante votou-se completamente aos interesses da França e sobretudo aos da paz, reconciliando-se para isso com os adversarios, e estreitando alianças para afastar todos os motivos de guerra. Iniciou assim um grande periodo de quietação e prosperidade que soube aproveitar habilmente para o estabelecimento de muitas reformas uteis que o tornaram lembrado e querido pelos seculos alem. O santo rei presidia aos grandes tribunaes, e querendo fazer justiça ouvia diariamente todos os que o procuravam, sentando-se para isso muitas vezes debaixo d'um carvalho no bosque de Vincennes.

Em 1270, commovido em extremo com as noticias dos desastres que no Oriente vinham soffrendo os christãos, resolveu pôr de novo em pratica a sua antiga ideia de libertar os Logares Santos, partindo para a nova cruzada. Embarcou como da primeira vez em Aigues Mortes, indo agora desembarcar na costa de Carthago, onde a peste que quasi logo lhe assalteou o exercito o victimou a 25 d'agosto d'esse mesmo anno de 1270. O seu cadaver foi conduzido em triumpho a Pariz e o papa Bonifacio VIII canonisou-o solemnemente.

Vestido em trajes de côrte, pende-lhe dos hombros o manto real. Leva uma lança na mão direita e na esquerda a corôa de espinhos e os tres cravos, aos pés, a coroa real e sceptro.

7.º andor

Santo Ivo

Nasceu n'um departamento de França em 1253 e cursou com notavel distincção, o direito e a theologia nas universidades de Pariz e Orléans. Havendo-se ordenado, foi parocho em Tredry e Lohanneex, grangeando as simpathias de todos pela austeridade da sua vida e continuas obras de caridade que praticava. Tomou o habito da Ordem Terceira, mas permaneceu sempre clerigo secular. Prégava a miudo e percorria a pé os differentes logares das suas parochias ensinando e cathequisando os povos. Os pobres e os encarcerados tinham n'elle um desvelado protector, pelo que mereceu o cognome de «advogado dos pobres». Falleceu a 19 de março de 1303 e foi canonisado pelo Papa Clemente VI.

Vae vestido d'abitos talares levando na mão esquerda um livro contendo a «Regra da Ordem Terceira de S. Francisco» e na direita o barrete de clerigo. Aos pés vê-se a borla e o capello de doutor com as cores «branca» e «verde» designando as faculdades de theologia e canones em que foi eximio.

8.º andor

S. Roque

Nasceu e morreu em Montpelier, vivendo desde 1296 a 1327. E' considerado com inteira justiça como um dos heróes da milicia christã. Havendo perdido seus paes, quando contava vinte annos, distribuiu pelos pobres a maior parte do patrimonio herdado, e tomando o habito de peregrino, dirigiu-se á Italia ao tempo assolada por uma horrivel peste. Foi alli enfermeiro desvelado de centenares de pestiferos, cahindo afinal em Florença, victima da sua dedicação. Retirou-se então para um ermo, para não incommodar ninguem, mas logo que se viu curado, voltou a empregar se com o mesmo santo zelo, n'aquella cruzada do bem.

Extincta a epidemia, voltou S. Roque a França, mas tão desfigurado vinha, que não foi reconhecido, na sua cidade natal, onde foi preso por espião e encerrado n'uma fortaleza, onde esteve até que morreu a 16 d'agosto de 1327. Depois da sua morte é que se reconheceu o erro e foram taes os prodigios obrados por sua intersecção que todos principiaram a apelidal-o de santo, até que mais tarde o papa Urbano VIII o inscreveu no catalogo dos santos.

Vestido de romeiro leva junto de si o cão que o ia acariciar quando abandonado de todos, se refugiara nos arredores de Florença.

9.º andor

Santa Isabel

Rainha de Portugal pelo seu casamento com el-rei D. Diniz, Santa Isabel nasceu em 1271 sendo seus paes D. Pedro III, rei d'Aragão e a rainha D. Constança. Juntando a uma notavel beleza, uma grande e justa reputação de virtude, foi pedida em casamento por varios principes da Europa. Coube porem a Portugal a dita de a ter por rainha. O seu casamento realisou-se a 24 de junho de 1282 e as arrhas que recebeu foram as maiores que a rainha portugueza até então tivera. Esta abundancia de bens porem, só lhe ser-

biblRIA

viu para augmentar o patrimonio dos pobres, para fundar hospitaes, egrejas e conventos, para acolher em fim sob o seu regio manto todos os desvalidos.

A sua missão em Portugal foi toda de paz, de amor e caridade. Interveio nas discordias entre D. Diniz e seu irmão D. Affonso, nas que por duas vezes se levantaram entre seu marido e seu filho D. Affonso, e mais tarde na guerra travada entre este já rei de Portugal, e seu neto o rei de Castella Affonso XI, pacificando tudo, conciliando a todos como iris da bonança, anjo da paz que sempre foi. A tudo isto juntava ainda a santa rainha uma resignação verdadeiramente evangelica, acolhendo e educando como mãe estremosa á aluvião de filhos bastardos com que o marido enchia o Paço, engrandecendo com honras e favores.

Viuva, acompanhou o cadaver de D. Diniz até ao convento de Odivellas d'onde passou ao de Santa Clara de Coimbra que fundara, e ahi tomou o habito de clarista, pois o de terceira já ha muito que o recebera, não chegando comtudo a professar por assim lh'o rogarem os grandes do reino. Retirada mundo, continuou como até ahi a exercer a caridade na mais longa escala, isto é, a proteger os pobres e os opremidos, a visitar os enfermos nos hospitaes, a velar pelos engeitados, a enchugar em fim todas as lagrimas. Tantas virtudes congobladas n'um só coração, bem depressa lhe trouxeram o cognome de rainha santa com que ainda em vida principiou a ser conhecida e respeitada. O seu vulto simpathico e bom está aureolado de lendas qual d'ellas mais poetica e meiga, sendo aquella que a diz surprehendida pelo esposo indignado da sua prodigalidade em esmolas, o oiro que levava no regaço se transmudou em rosas, a escolhida para a apresentar á veneração das fieis n'esta procissão.

Beatificada por Leão X a 15 d'abril de 1516, foi solemnemente canonisada por Urbano VIII a 25 de maio de 1625.

10.º andor

S. Clara

Esta grande auxiliar da obra de S. Francisco viu como elle a luz da vida em Assis. Pertencente a uma familia nobre e rica, os Scefi, recebeu uma educação esmeradissima. Apar das lições dos mestres mais cultos da sua cidade natal, a jovem patricia recebeu os exemplos e as lições de sua mãe Hortulana, uma santa e heroica mulher que vesitara como peregrina os Logares Santos, e que com os cuidados domesticos sabia aliar como ninguem os exercicios da maior piedade.

Desde os annos mais tenros Clara entregava-se largo tempo a oração, e amava muito os pobres repartindo com elles tudo quanto podia. Obrigada pela sua posição a trajar vestidos luxuosos occultava sob as sedas e os brocados asperos cilicios.

Um dia ouvindo fallar com enthusiasmo da obra iniciada por S. Francisco d'Assis e a que este dedicava toda a sua vida, foi ouvil-o quando elle pregava, e reconhecendo que a sua doutrina era a mesma que ella abrigava em seu coração, declarou logo que havia encontrado o seu guia.

Dias depois acompanhada por uma sua parenta Bonna Guelfuccio procurou S. Francisco, para este lhe indicar como poderia entregar-se a Deus. O santo patriarcha descobriu logo que o coração de Clara era um deslumbrante thesouro de inocencia e d'amor divino, e que ella seria a coadjutora que ha muito ambecionava para fundar a ordem que tinha em projecto, a ordem femenina da pobresa.

Clara voltou por varias vezes a encontrar-se com o santo patriarcha, assentando afinal os dois em que ella recebesse o habito.

O domingo de Ramos, 18 de março de 1212, foi o dia escolhido por S. Francisco, para Clara ser recebida na ordem Na tarde d'esse dia, a santa ricamente vestida, dirigiu-se á egreja de Nossa Senhora dos Anjos, onde a esperava á porta S. Francisco com os seus companheiros, todos com tochas accesas e cantando psalmos. Depois de breve oração, foram lhe cortados os cabellos, recebendo em seguida o habito junto do altar, um grosseiro saco cingido por uma corda. Acompanhada pelo santo patriarcha foi depois para um convento de religiosas benedictinas. Ahi foi sua familia para a dessuadir de ser relegiosa, e querendo leval-a por violencia, a santa affirmou resolutamente que não sairia mais para o mundo, dizendo:

«Ficae sabendo que nunca terei outro esposo que não seja Jesus Christo e nem vestirei outro habito que não seja o saial da penitencia».

A heroica resolução de Clara fez não só com que a familia desistisse do seu proposito, mas até que uma sua irmã se lhe fosse juntar. As duas instalaram se pouco depois n'uma pequena casa comprada por S. Francisco, junto á egreja de S. Damião que o mesmo reedificara, e ahi deu Clara começo á celebre ordem de freiras franciscanas, «claristas», approvada pelo papa Innocencio III n'esse mesmo anno de 1212 e depois confirmada pelo seu successor Honorio III. A vida de Clara foi uma longa e não interrompida serie de todas as virtudes christãs, por isso Deus que quiz mostrar lhe ainda em vida quanto a estimava obrando por intervenção sua muitos prodigios, depois da morte a premiou de certo ainda melhor no ceu quando a chamou a si aos 14 d'agosto de 1293.

Clara foi canonisada solemnemente dois annos depois da sua morte pelo papa Alexandre IV. A santa que veste o habito negro das «claristas» leva na mão esquerda o baculo, insignia da sua dignidade de abbadessa, e na esquerda uma custodia com a hostia, recordação d'um prodigio operado em Assis quando esta cidade esteve prestes a cahir em poder das tropas do imperador Frederico II d'Allemanha, que a sitiavam, e que precipitadamente levantaram o cerco.

LUSORIA

11.º andor

S. Francisco e S. Domingos

(os santos patriarchas)

S Domingos nasceu em Calahorra, Hespanha, em 1170 e affirmam alguns dos seus biographos que na occasião do seu baptismo lhe resplandecia na fronte uma estrella fulgentissima. Desde muito creança deu evidentes provas d'uma intelligencia extraordinaria,e que mais se evidenciou, cursando os estudos superiores na Universidade de Palencia, onde se doutorou. Muito piedoso e extremamente caritativo, aos vinte e cinco annos estava conego da cathedral de Osma. Acompanhou pouco depois a Pariz o bispo d'esta diocese que alli foi n'uma missão diplomatica, e por essa occasião pregou com uma eloquencia assombrosa e presuasiva, tanto n'aquella cidade como em Tolosa, combatendo os erros dos albigenses. Indo em seguida a Roma foi altamente louvado pelo papa Innocencio III que o encarregou de continuar a missionar em França no que alcançou um exito extraordinario para a egreja e que fez com que se lhe agregassem logo diversos companheiros anciosos de compartilharem os seus trabalhos apostolicos e se lhe aplanasse o caminho para a realisação d'uma obra em que pensava ha muito, a fundação d'uma ordem monastica cujos fins seriam a pregação do Evangelho, a conversão dos hereges, a defeza da fé e a propagação do christianismo. O ideal de S Domingos tornou-se em realidade, pois a 22 de dezembro de 1216 era approvada pela Santa Sé, a nova ordem dos frades prégadores cuja regra o mesmo elaborara e não foi este o ultimo serviço prestado por elle ao catholocismo que o venera desde a sua morte, succedida em 6 d'agosto de 1241, como um dos seus maiores luminares. A canonisação de S. Domingos realisou-a o papa Gregorio IX em 1234. S. Francisco d'Assis, depois da visão em que pela primeira vez julgou ver Jezus Christo despojou-se de todas as suas roupas d'homem do mundo, distribuindo-as pelos pobres. e coberto d'andrajos retirou-se para uma solidão d'onde só sahia para ir curar os leprosos nos hospitaes e mais tarde para emprehender por suas proprias mãos a reedificação de mais d'um templo em ruinas. Mais tarde, como que illuminado por uma luz sobrenatural, julgou que devia ir mundo em fóra prégar a penitencia. Foi felicissimo logo nos primeiros ensaios, pois a multidão corria de toda a parte pressurosa a ouvil-o acceitando contricta os seus conselhos.

Alguns seus compatriotas quizeram imital-o e recebidos fraternalmente por elle formaram uma especie de congregação, que ficou sendo conhecida pelos «Penitentes d'Assis». Foi esta a origem da ordem franciscana a quem S. Francisco dictou uma regra que depois foi confirmada a instancias suas e não sem muitas contrariedades pelo papa Innocencio III.

Foi prodigioso o desenvolvimento que adquiriu a nova ordem monastica o que foi attribuido por todos a favor do Céu. S. Francisco continuou com o mesmo ardor na sua obra,não o deslumbrando nem ensoberbecendo os progressos d'ella, antes pelo contrario tornando o cada dia mais humilde e mais penitente.

E' este andor chamado o dos patriarchas por serem S. Domingos e S. Francisco os fundadores das duas ordens monasticas que mais serviços prestaram á egreja e á humaninade, e relembra o encontro dos dois em Roma quando o segundo se dirigira alli para obter do papa a confirmação da sua ordem.

12.º andor

S. Francisco no monte Alberne

D'entre os diferentes extasis que teve S. Francisco narra-se um succedido no Monte Alberne pouco depois da sua malograda viagem á Syria durante o qual o santo patriarcha julgou vêr Christo crucificado despregar o braço direito da cruz e apertal-o em doce amplexo.

O facto que deu motivo a mais d'um quadro celebre é o assumpto representado n'este andor.

13.º andor

S. Francisco a receber as Chagas

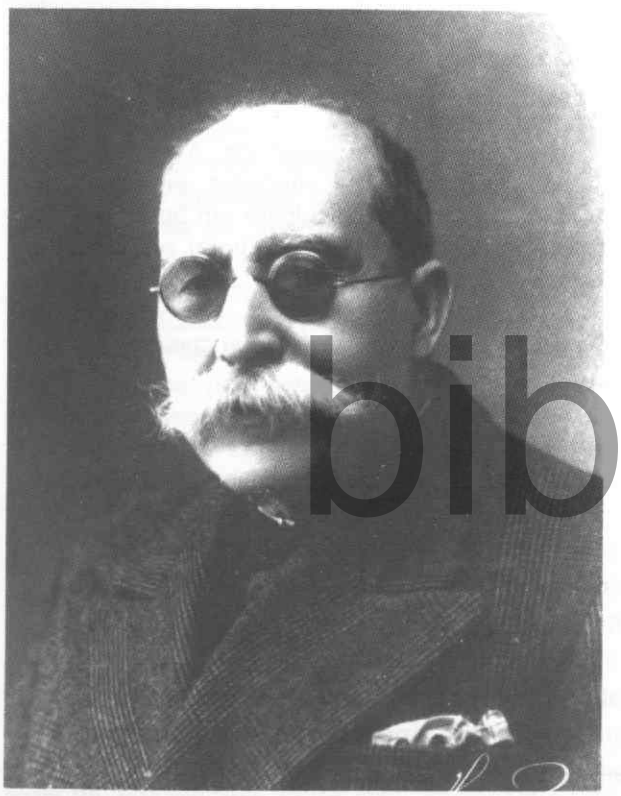
No ultimo quartel da vida reconhecendo que a morte se avesinhava S. Francisco, depois de resignar o cargo de geral da sua ordem retirou se para o Monte Alberne onde tivera o extasi que fica referido. Em 1224, dia da festa d'Assumpção, estando a orar em uma visão lhe apareceu de novo Jesus Christo crucificado sob a forma d'um serafim. Desde esse dia em diante ficaram lhe impressas nas mãos e nos pés e no lado direito do peito as cinco chagas do proprio Jesus.

*

Apoz este andor segue a mesa da Ordem Terceira e logo o palio sob o qual vae o vigario do culto divino da mesma ordem com uma reliquia em cruz de prata.

biblRIA

Homenagem a Homem Christo



Francisco Manuel Homem Christo

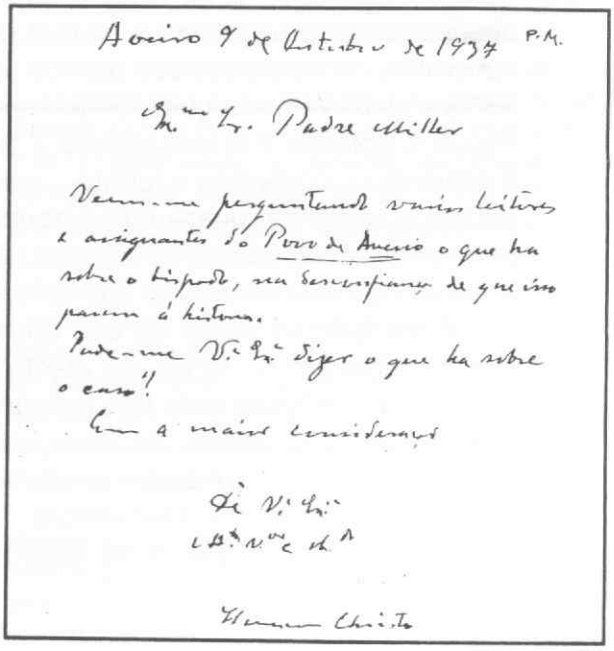
Como foi anunciado, tanto no último número deste Boletim como em diversos meios da comunicação social, a Câmara Municipal de Aveiro deliberou prestar homenagem ao emérito aveirense Francisco Manuel Homem Christo, na ocasião do cinquentenário da sua morte. De facto, nos dias 25, 27 e 28 de Fevereiro de 1993, a efeméride foi celebrada com a concretização de um programa elaborado e preparado durante algumas semanas.

No primeiro daqueles dias — data exacta do falecimento, ocorrido em 1943 — efectuou-se uma romagem à sua campa, no Cemitério Central de Aveiro, com a participação da Autarquia, entidades diversas e familiares; foi um momento expressivo e enriquecido pelas palavras de circunstância, proferidas pelo Dr. Vasco Branco, que recordou a vida do homenageado, enalteceu as suas qualidades de lutador incansável pela justiça, fraternidade e democracia, e sublinhou o que mais o distinguiu, sobretudo no campo do jornalismo panfletário e na defesa da sua terra.

Na mesma cerimónia, o Dr. José Girão Pereira, como Presidente da Edilidade, acompanhado de um neto de Homem Christo, depôs uma coroa de flores sobre a campa; por fim, foram declamados alguns poemas.

Seguidamente, o Governador Civil do Distrito descerrou uma lápide toponímica na rua do Dr. Homem Christo, que se estende ao longo do canal do Cojo, na freguesia da Glória.

Nos dias 27 e 28, em duas sessões evocativas, efectuadas no salão cultural do



Aveiro 9 de Outubro de 1937 P.M.

Ex.mo Sr. Padre Miller

Vem-me perguntando vários leitores e assignantes do Povo de Aveiro o que ha sobre o bispado, na desconfiança de que isso parece á historia.

Pode-me V.ª Ex.ª dizer o que ha sobre o caso?

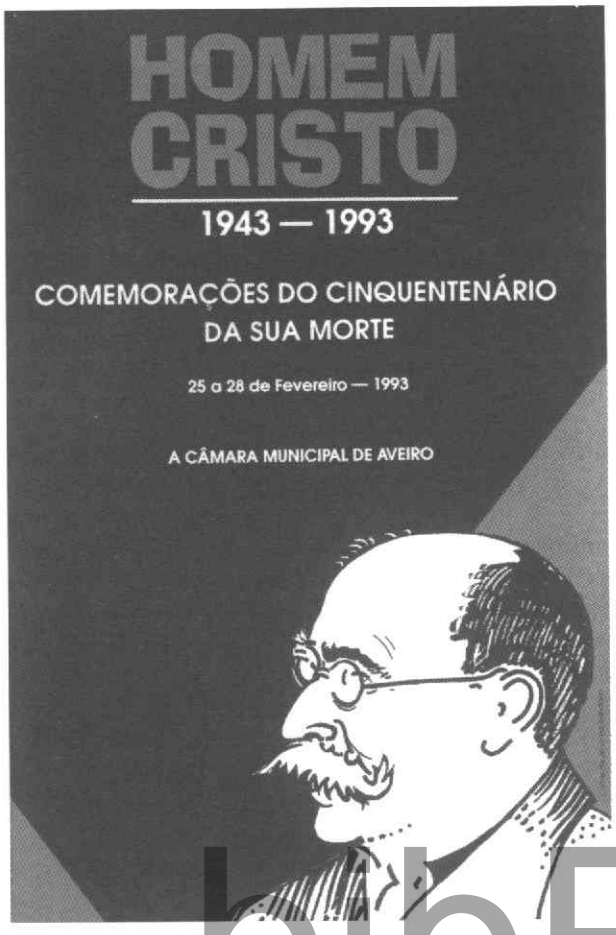
Em a maior consideração

De V.ª Ex.ª

Homem Christo

Autógrafo de Homem Christo

bibRIA



Município, diversos oradores falaram sobre Homem Christo e a sua época, versando os seguintes temas:

— Liberalismo, Democracia e Socialismo na História Contemporânea de Portugal (Professor Doutor Amadeu Carvalho Homem); Homem Christo Desconhecido (Luís Marques Homem Christo); Homem Christo Pedagogo (Professor Doutor Filipe Rocha); Homem Christo e a Diocese (Mons. João Gonçalves Gaspar); Homem Christo e a Grande Guerra (Doutor Nuno Severiano Teixeira); Homem Christo Jornalista (Dr. Carlos Braga); O 1.° de Maio no "Povo de Aveiro" de 1898-1926 (Dr. Manuel Rodrigues); Homem Christo e o Parlamento (Dr. Francisco Messias Trindade); Homem Christo e o Porto de Aveiro (Eng. Lauro Marques).

Esperamos que estas conferências e comunicações sejam editadas em livro, como documento da personalidade de um ilustre e invulgar aveirense.

A Câmara Municipal de Aveiro também mandou cunhar uma medalha em bronze e deliberou que fosse esculpido um busto para ser colocado nas imediações do lugar onde Homem Christo viveu e faleceu.

Cartaz das comemorações de Homem Christo (design: Jeremias Bandarra)

biblRIA

«Homem Christo acreditou antes de ver. Previu e preanunciou; apostolizou e, com fé inquebrantável, denunciou e azorragou os herejes e infiéis. Proclamou a verdade com a certeza de a possuir; sacudiu as letárgicas indecisões; castigou, implacavelmente, as deserções e as apostasias; iluminou os entendimentos obstinadamente negativos e os que não alcançavam, para além das realidades concretas, os dois clássicos palmos adiante do nariz; e cobriu de opróbio aqueles que deixavam obnubilar pelas malquerenças pessoais a cívica isenção que impõe o aplauso e a cooperação a favor do efectivo bem comum. Convenceu e galvanizou, contestou e rebateu opiniões que haviam feito carreira nas esferas oficiais e se tinham quase como doutrinas irrefutáveis, deu, ao jeito do seu temperamento, a sacudidela necessária para os acordar, para vencer a inércia, para a revisão e reconsideração das soluções do problema portuário nacional.

E em tudo foi como ele era, como sempre fora. Combativo, cru – algumas vezes atentaram no fervor do afecto filial deste desencadiador de animadversões? –, empolgado pelo seu próprio entusiasmo, repontão quando lhe cercavam os meios de afirmar-se, castigador e elucidador, exacerbado e sem perder o sentido das possibilidades exequíveis, dominado por alguns sonhos desferidos a partir de premissas sólidas – a democracia, a liberdade, uma pátria grande e a pequena pátria de Aveiro engrandecidas e prestigiadas.»

Eduardo Cerqueira

(«Litoral», 9-3-1963)

O ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONAL EM AVEIRO, 1867-1893*

Manuel Ferreira Rodrigues

Introdução

1. Em 1980, Joaquim Ferreira Gomes lamentava que a História da Educação fosse ainda uma «disciplina menor», no conjunto da historiografia portuguesa. Tentando contrariar esse fenómeno, defendendo a modernidade e a pertinência dos estudos históricos sobre Educação, o referido Professor entendia, então - num claro elogio da interdisciplinaridade, de uma história de interacções e correlações -, que a História da Educação deveria «ocupar-se fundamentalmente de três grandes problemas: as ideias e os ideais educativos; os métodos e as técnicas educativas; e, finalmente, as instituições educativas. Estes três problemas - dizia ainda - não podem ser abordados independentemente uns dos outros, pois fazem parte de um todo só metologicamente cindível. Além disso - advertia -, não podem ser estudados sem serem constantemente confrontados com as estruturas económicas, sociais, políticas, culturais e religiosas em que surgiram»[1].

Na década de 80 iria registar-se um inusitado interesse dos historiadores portugueses pela História da Educação. Por altura do *1º Encontro de História da Educação em Portugal* (1987.10.14-16), Joaquim Ferreira Gomes recensearia um conjunto de mais de 300 trabalhos editados nos 7 anos volvidos, e assinados por mais de 130 autores. Entre eles, destacam-se o próprio Joaquim Ferreira Gomes, com 37 títulos; Manuel Augusto Rodrigues, com 23; José Mattoso, com 15; Américo da Costa Ramalho, com 11; Luís Reis Torgal, com 10; Francisco da Gama Caeiro, com 10; J. E. Moreirinhas Pinheiro, com 9; António Alberto Banha de Andrade, com 7; Rui Grácio, com 6. No entanto, apesar de reconhecer as decisivas alterações operadas, o Professor Joaquim Ferreira Gomes ainda repetiria o lamento: «A *História da Educação* foi (e ainda é) uma «disciplina menor», na medida em que «os melhores historiadores da educação não são propriamente os docentes da disciplina de *História da Educação* [António Nóvoa e Rogério Fernandes são as excepções], mas os professores de *História* (nas várias cambiantes que esta disciplina reveste) e, também alguns cientistas»[2].

Na verdade, o movimento de renovação historiográfica em curso atribuiu à Educação - campo interdisciplinar por excelência - uma importância superlativa para a compreensão de inúmeros fenómenos, comummente etiquetados como «história económica», «história social», «história das ideias», «história das mentalidades», «história institucional», «história política», etc.

Assim, algumas teses, tradicionalmente indiscutíveis, têm sido questionadas; um bom exemplo é o «dogma» economicista do «nexo causal entre educação e desenvolvimento económico, [que] tem ocupado centenas de cientistas sociais, gerado prateleiras de bibliotecas e justificado a existência de milhares de colóquios»[3]. É que, como reconhece Maria Filomena Mónica, «a relação entre educação e desenvolvimento não é unívoca, atemporal, a-histórica»[4]. Os estudos de António Nóvoa, Jaime Reis, Maria Filomena Mónica, Rómulo de Carvalho e Rui Ramos, entre outros, testemunham a importância dos estudos sobre Educação para discussão de alguns dos lugares-comuns da historiografia portuguesa. O recente aparecimento da revista *Colóquio Educação e Sociedade* confirma a vitalidade deste movimento.

No domínio específico do ensino técnico e profissional, a *Conferência Nacional Novos Rumos para o Ensino Tecnológico e Profissional* (1991), bem como a recente dissertação de doutoramento de Sérgio M. M. Grácio (1992)[5] provaram a importância dos estudos sobre este subsistema de ensino. Contudo, como diz Mário Alberto Nunes Costa, «o ensino industrial em Portugal tem recebido pouca atenção da parte dos historiadores»[6]; se exceptuarmos os estudos de Joaquim Ferreira Gomes, depois dos pioneiros, Marques Leitão e António Arroio, pouco mais há. As razões são, por certo, correlatas das ambiguidades das diversas atitudes, nas últimas décadas, face aos objectivos e à função social do ensino técnico e profissional. Essas ambiguidades estão bem expressas na (in)definição do conceito de *ensino técnico e profissional*, aprovado na 18ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, em 1974: a expressão *ensino técnico e profissional*

biblRIA

«designa aqueles aspectos do processo educativo que, para além da instrução geral, implicam o estudo das técnicas e das ciências conexas e também a aquisição de aptidões práticas, de atitudes de compreensão e de conhecimentos relacionados com as profissões dos diversos sectores da vida económica e social»[7]. Procurava-se um caminho para o fim da estrutura dualista do ensino herdada do liberalismo, e insidiosamente acentuada, entre nós, durante o Estado Novo. «Assistiu-se, assim, a uma generalizada desafeição pelo ensino técnico e profissional, considerado menos nobre e menos digno, até porque não permitia o prosseguimento de estudos a nível superior»[8], de que resultou, desastradamente, não a sua reforma, mas a sua extinção pura e simples, no sentido de uma licealização global.

O presente estudo constitui a primeira parte de um trabalho monográfico em preparação sobre o ensino técnico e profissional em Aveiro. Abarca um período de 26 anos que antecede a criação oficial do ensino industrial nesta cidade, que agora comemora o seu centenário, entre 28 de Outubro do corrente ano e 11 de Agosto de 1994. Os restantes capítulos compreenderão os períodos seguintes: 1893-1918; 1918-1948 e 1948-1975.

Como estudo monográfico que é, constitui um *case study*, no domínio da História da Educação em Portugal. Em conformidade com o «programa» do Professor Joaquim Ferreira Gomes, constitui, outrossim, um trabalho de História Local. Defendo que a importância e a maioridade científica dos estudos de história local residem na sua *autonomia* face à «história geral», isto é, «a história geral, tendo algumas orientações importantes a colocar, não pode ser normativa em relação à história local»[9]. Dado o carácter diferencial e essencialmente dialógico dessas relações, «o contributo da história local para o aprofundamento da história geral deve partir, assim, não da imposição de «cima para baixo», mas de um crescimento inverso, de baixo para cima». A história local tem por objectivo prioritário *compreender* uma determinada região, apresentar dela uma perspectiva global e coerente»[10].

2. No fim de Agosto de 1893, o ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Bernardino Machado (1851-1944), deslocou-se a Aveiro a fim de inaugurar o farol da Barra e poder inteirar-se das condições em que se encontravam a barra e a ria. Dos objectivos da deslocação faziam parte, também, a análise dos ensaios (bem sucedidos) de aproveitamento agrícola dos terrenos arenosos da Gafanha, bem como a visita à pioneira experiência piscícola dirigida por Edmundo de Magalhães Machado (1856-1899), nas suas «piscinas» de Santiago.

Durante esta viagem de Bernardino Machado, os empresários das Fábricas da Vista Alegre e da Fonte Nova viram coroados de êxito os seus esforços para a criação de uma escola de desenho industrial nesta cidade. O ministro prometera a Carlos da Silva Melo Guimarães (1850-1937), proprietário da Fábrica de Louça da Fonte Nova, a criação de uma escola de desenho industrial; no dia seguinte, depois da visita à Fábrica da Vista Alegre, na sua escola privativa, Bernardino Machado repetiria a promessa[11]. E a escola seria instituída por decreto em 28 de Outubro, desse mesmo ano[12].

Por razões várias, a sua instalação demoraria perto de um ano. A inauguração verificar-se-ia apenas em 11 de Agosto de 1894, com a presença de António Arroio (1856-1934), inspector do ensino elementar, comercial e industrial, e de José Pimenta Telo (1841-1912), chefe da Repartição da Indústria do Ministério das Obras Públicas[13]. Significativamente, a inauguração da *Escola de Desenho Industrial de Aveiro* foi integrada no longo programa de festejos a que a edilidade aveirense, em comunhão com todos os estratos da comunidade urbana, se associou, comemorando o quinto aniversário da erecção da estátua de José Estêvão. A inauguração da escola foi o acto primeiro de uma encenação colectiva, essencialmente simbólica (a que não faltou sequer a presença da família do sacralizado tribuno aveirense), reproduzindo, ao pormenor, a estrutura da sociedade aveirense de final de Oitocentos.

Mas antes, bem antes mesmo, houve outras tentativas, menos consensuais, para criar um estabelecimento de ensino industrial em Aveiro.

O nascimento da primeira «escola industrial», a *Escola Industrial de Aveiro* (1867-1868), é expressão do culto da educação popular, como da forte crença no poder da ciência, exprime optimismo gerado pelas primeiras grandes exposições «universais» da indústria, entusiasmo a que, também, não ficou alheia a Fábrica de Porcelana da Vista Alegre. O caminho de ferro facilitava, desde 1864, a circulação de pessoas e bens, a difusão de ideias e ideais. Os dois jornais aveirenses - *O Campeão das Provincias* e o *Districto de Aveiro* - transcreviam, de *O Commercio do Porto*, cerca de uma vintena de artigos de Fradesso da Silveira (1825-1875) sobre as exposições e as indústrias[14].

A criação da *Escola Industrial de Aveiro* foi, sem dúvida, uma experiência pioneira. Três anos antes havia sido publicado o Decreto de 20 de Dezembro de 1864, que resultou da verificação da «urgente e reconhecida necessidade de alargar e desenvolver o salutar

bibRIA

pensamento do decreto com força de lei de 30 de dezembro de 1852 que entre nós traçou, se não os primeiros, pelo menos os mais importantes lineamentos do ensino industrial». Ao dividir o ensino industrial em ensino *geral* (1º grau) e *especial* (1º e 2º graus), o referido decreto criou as condições legais para o aparecimento de escolas industriais de província; nestas seriam leccionados apenas os «rudimentos das sciencias e artes indispensaveis a qualquer industria, como a geometria e o desenho. Fóra d'estes limites começa o ensino *especial* - esclarecia o diploma assinado por João Crisóstomo de Abreu e Sousa (1811-1895) -, o qual deve ser apropriado á industria ou industrias dominantes na localidade». A Escola Industrial de Aveiro nasceu, assim, como uma escola do primeiro tipo; apesar de tudo, as escolas industriais «só começariam a instalar-se vinte anos mais tarde, por acção de António Augusto de Aguiar, no ano de 1884[15].

A *Escola Industrial de Aveiro* teria contra si uma estrutura social pouco permeável à crença - generalizada na «Europa das exposições» - na utilidade do ensino industrial (como do restante), a quase ausência de indústrias na região, a natureza da crise política, institucional e financeira do final da década de 1860, a inexistência de experiências semelhantes, bem como a escassa alfabetização da população da cidade e do concelho.

A Escola Industrial de Aveiro (1867-1868)

Na sessão de 14 de Fevereiro de 1867, o professor e vereador Elias Fernandes Pereira (1839-1926[16]), «demonstrando a necessidade de se dar ás artes e industria do concelho o desenvolvimento de que careciam, e que bem longe estavam de ter, *propoz que a Camara a expensas suas abrisse uma Escola Industrial, nocturna, accessivel a todas as classes,* tendo por fim habilitar nas noções scientificas, que mais estreita ligação tenham com aquelles dois objectos»[17]. A proposta parece ter sido bem aceite pela vereação, que a aprovou «plenamente», como encarregou o referido vereador «da redacção de uma petição a Sua Magestade, a fim de lhe ser concedido o edificio do Lyceu Nacional na parte estrictamente necessaria», conforme o plano apresentado[18].

Não foi apenas a direcção do município a manifestar-se favoravelmente à proposta de Elias

1. Elias F. Pereira (Col. D. Maria del Consuelo. Reprod. H. Ramos, 1962).

bibRIA

2. Bernardo Xavier de Magalhães
(*O Campeão das Provincias*, nº 5235, 1903.04.22, p. 1)

Fernandes Pereira (um médico-cirurgião formado na Escola Médica do Porto, e não um bacharel proprietário). Muito atenta a todos os actos da vereação dirigida por Manuel Firmino de Almeida Maia (1824-1897), a imprensa local testemunha a reacção de outros sectores à esta iniciativa que corporizava, segundo o *Districto de Aveiro*, uma «ideia antiga e por vezes manifestada da creação de uma aula nocturna industrial n'esta cidade»[19]. Acrescentava o jornal fundado por José Estêvão: «o pensamento é bom, e pela aptidão dos professores é de esperar que d'ella brotem os mais salutares fructos»[20].

Entretanto, a Direcção Geral de Instrução Púbica encarrega o reitor do liceu, Manuel Gonçalves de Figueiredo (1834-1902), de comunicar à câmara «que está á sua disposição um salão do Lyceu, para n'elle se estabellecer a eschola nocturna industrial, sendo a mesma encarregada da policia e responsável por todo o prejuiso que com isso soffra o edificio e seus utensilios»[21].

Já com autorização para utilizar o novo edifício do liceu, a direcção municipal aprova o *Regulamento da Escola Industrial d'Aveiro*[22] e assume os encargos com iluminação e «gratificação aos professores»[23]. O *Campeão das Provincias*, politicamente afecto à vereação em exercício e ao ministério «fusionista» de Joaquim António de Aguiar, publica esse documento em primeira página (Cfr. Anexo I)[24].

Seria ainda Elias Fernandes Pereira a sugerir a composição do corpo docente: «propoz á approvação da Camara o nome de João José de Sousa e Sá, Professor do Lyceu d'Aveiro, para reger as materias que compoem a primeira cadeira da escola industrial d'Aveiro; o de João da Maia Romão [1837-1909], empregado das Obras Publicas d'este Districto, para a regencia da segunda cadeira; o de Bernardo Xavier de Magalhães [1830-1882], Professor do Lyceu para reger as materias da terceira cadeira[25] o que a camara unanimemente approvou, convidando em seguida o citado Elias Fernandes Pereira, para a regencia das quarta e quinta cadeira em curso biennal, o que este ultimo acceitou, offerecendo os seus serviços gratuitamente em quanto for vereador d'esta Camara»[26].

De acordo com o regulamento, a escola começaria a funcionar, não com as cinco cadeiras referidas e previstas (Cap. 1º - Das aulas, artº 1º), mas tão-só com três: de «*Portuguez*, regida pelo sr. dr. João José Pereira de Souza e Sá[27]. *Dezenho applicado ás artes*, regida pelo sr. João da Maya Romão[28]. E *Geometria plana*, pelo sr. Elias Fernandes Pereira, todos professores do lyceu»[29]. As restantes cadeiras - de «traducção de prosa e lingoa francesa» e de «Chimica e phisica industrial» - atribuídas respectivamente a Bernardo Xavier de Magalhães e a Elias Fernandes Pereira, seriam ministradas apenas a partir do ano seguinte (Cap. 10º - Artigos transitórios), contrariamente ao que afirmou Eduardo Cerqueira (1909-1983) no único trabalho conhecido sobre esta escola[30]. Quer as disposições regulamentares, quer as informações da imprensa local são confirmadas pela resposta do director da escola, João José Pereira de Souza e Sá, a um pedido da câmara, onde constam apenas os nomes e remunerações mensais[31].

A única contrariedade inicial parece ter existido apenas com o funcionário da escola. Ao contrário do disposto no Cap. 7º do regulamento, a segurança da escola (policiamento e limpeza) não pôde ser assegurada por qualquer oficial da Câmara. Assim, por proposta do vice-presidente, foi decidido nomear José do Nascimento Correia que, «desde a abertura da escola, [estivera] encarregado da policia, e limpeza, e illuminação», tendo merecido «as sympathias do Conselho escolar»; foi-lhe atribuída uma remuneração mensal de 3$000 reis mensais[32].

As aulas tiveram início em 15 de Outubro desse mesmo ano com 72 alunos. Refira-se que o número mínimo considerado no regulamento era de 25. Embora mais nada se saiba sobre esses alunos (identidade, idade, origem social e geográfica, ocupação profissional, assiduidade, etc.), teremos de concordar tratar-se de uma adesão significativa, um número que dá crédito às informações disponíveis para o ensino primário nocturno. Inscreveram-se «17 em Portuguez; 37 em Desenho linear, applicado ás artes e 18 em Geometria plana»[33]. O professor de Português, «dr. Sá recitou o discurso inaugural, sin-

cHORIA

gelo e eloquente», segundo o *Districto de Aveiro*[34].

As aulas decorriam «em dias alternados, sendo a de portuguez ás segundas e quintas, a de desenho ás terças e sextas e a de geometria ás quartas e sabbados»[35].

O fecho da escola

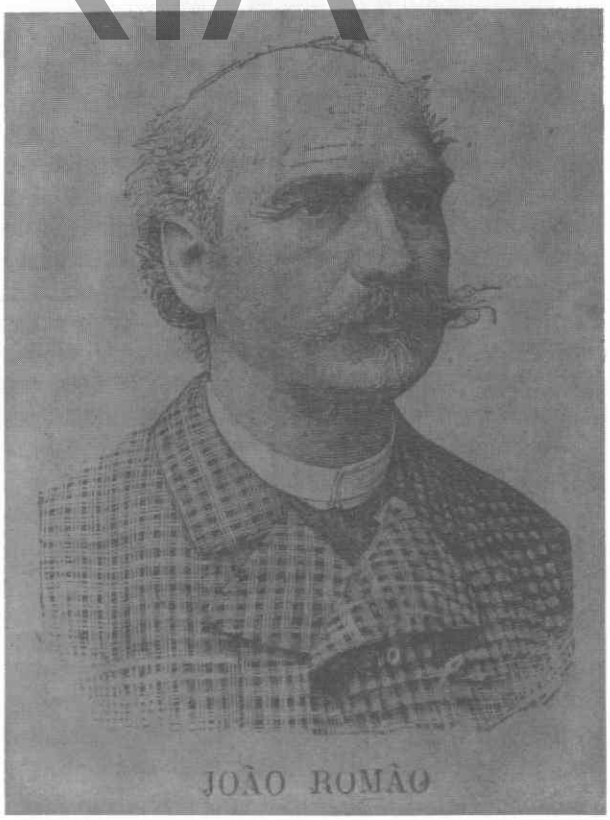
No entanto, cerca de seis meses mais tarde, conhecedores da decisão do Conselho Municipal, os dois jornais locais noticiavam o fim da escola e o abandono da iniciativa. Dizia o *Districto de Aveiro*: «a escola nocturna que a vereação que findou creou no lyceu [...] vai ser fechada. *A camara instituiu-a sem a devida approvação do conselho do districto* e apesar de ter nomeado professores, *não lhes pagou*. A actual quer satisfazer essa divida, e metteu-a no orçamento; que vae ser submettido á approvação do conselho do districto»[36]. O *Campeão das Provincias* parece dar força à afirmação e razões do seu adversário: «Diz-se que vae ser fechada a escola industrial. Acrescente-se que *esta resolução procede da camara ter creado a instituição e nomeado os professores sem a approvação do conselho do districto, e da vereação actual ter incluido esta despesa no seu orçamento, que todavia ainda não foi approvado*. Isto quanto á divida, porque futuramente... adeus escola que foi para as malvas»[37]. E aponta o dedo acusador à nova direcção municipal: «Ahi está no que deram os reformadores. Começam por botar abaixo o que podia proporcionar conhecimentos á classe industrial»[38].

Quais as razões desse fracasso?

Os elementos disponíveis não permitem conhecer, na totalidade, os trâmites que conduziram à inviabilização desta primeira exeriência de ensino profissional em Aveiro, poucos meses após o início do seu funcionamento. Faltam, entre outros documentos, as actas do Conselho Escolar. Contudo, razões diversas, de natureza política, institucional, económica e social estiveram, de forma conjugada, na origem desse insucesso. Ponderemos, separadamente, cada uma das seguintes hipóteses explicativas desse insucesso.

1. A não aprovação pelo Conselho do Distrito, bem como o não pagamento aos professores.
2. Custos excessivos, tendo em conta a exiguidade financeira do município e as concepções políticas e sociais das direcções municipais.
3. Rivalidades entre *notáveis*, especialmente no contexto da crise política, institucional e financeira de fins de 1867 e início de 1868.
4. Diminuto peso económico, social e político das actividades industriais na região.
5. Quase inexistência de ensino industrial no País.
6. Débil desenvolvimento do ensino primário.

Para a vereação eleita em 26 de Fevereiro de 1868, dirigida pelo «brasileiro» Sebastião de Carvalho e Lima (1821-1896)[39], as razões legais «confundem-se» com a exiguidade financeira do município. Como a escola não havia obtido consentimento superior, a sua inclusão num orçamento não aprovado tornava-a duplamente ilegal. Logo na primeira sessão, após ter verificado que a «Camara [estava] a funccionar sem orçamento e por conseguinte sem possibilidade de legalmente tratar d'administração económica do Municipio»[40], e após ter verificado que se achava «exhausto o fundo que pela lei de 6 de Junho de 1864, deveria ter applicação especial para as estradas municipais»[41], a nova vereção pediu ao director da «escola industrial nocturna d'esta Cidade, que inform[asse] á cerca do que dispõe o artº 2º do Capitulo 10 do Regulamento approvado pela Camara transacta em 14 de Março do anno proximo passado»[42]. A nova direcção municipal queria, por certo, saber se podia



3. João da Maia Romão
(*O Povo de Aveiro*, nº 399, 1889.08.12, p. 3).

DIÁRIA

fechar a escola, conforme previa o artigo do capítulo invocado, por falta de alunos. No entanto, na sessão seguinte, repetindo, mais uma vez, não ter «esta vereação encontrado em cofre ou em dividas a cobrar quantia alguma que a auctorise a satisfazer os encargos que lhe legou a vereação antecedente»[43], é discutido e aprovado um orçamento complementar, até 30 de Junho, onde constam «apenas despezas obrigatorias que nenhuma veração pode preterir, e d'aquellas que a lei lhes impõe a obrigação de satisfazer»[44]. Atentemos na lista de despesas que esta vereação classificou como *obrigatórias*: «Assim se inclue n'este orçamento o pagamento dos vencimentos de todos os empregados pagos pelo Municipio nos cinco mezes de Fevereiro, Março, Abril, Maio e Junho. E do mesmo modo vae calculada a verba que a Lei de 6 de Junho de 1864 mandou reservar para estradas municipaes com relação á receita do periodo para que este orçamento é destinado.

Alem d'estas não pode este orçamento incluir senão verbas indispensaveis para a illuminação publica que é hoje uma necessidade impreterivel de todas as povoações cultas; a da conservação do passeio publico; que não pode rasoavelmente ser abandonado; as de reparos de fontes e conservação de calçadas da Cidade, porem resumidas a menos de certo do que o que era necessario; a da segunda prestação ao empreiteiro de uma fonte em Eixo, que se acha em construcção; *a da escola industrial nocturna, creada o anno passado*; e a de diversas dispezas ordinarias e d'expediente, de que não poderá prescindir-se»[45].

No entanto, na reunião seguinte, com a presença do Conselho Municipal, para discussão e aprovação do orçamento complementar, apenas a despeza com a escola é anulada: «[...] e passando-se logo a fazer a leitura do mesmo orçamento submettem successivamente á discussão e votação *todas as verbas foram unanimemente approvadas, com excepção da relativa ao curso industrial nocturno, que se assentou fosse eliminada com relação ao tempo passado, e ao futuro, por não haver sido previamente auctorisado o estabellecimento do referido curso*; e conhecendo-se que os rendimentos do Concelho não eram sufficientes para acorrer a toda a despesa votada deliberaram lançar as contribuições que constam do presente orçamento»[46].

Depois de ter sido notificado o director[47], a escola é encerrada a 20 de Março de 1868. A imprensa local repete a razão mais vezes evocada: «fecha-se hoje a eschola nocturna illegalmente instituida pela vereação transacta»[48].

Atentemos, agora, nos valores disponíveis sobre os custos económicos da escola. Na totalidade, a câmara gastou com a escola cerca de 119$335, conforme se indica:

Despesa não discriminada	6$410
Despesa não discriminada	3$375
Petróleo e estearina	2$000
TOTAL	**11$785**

FONTE: AHMA, *Registo dos mandados de pagamento. 1861-1868*, liv. 364, fls. 264, 269 e 278.

Remunerações dos 3 professores	90$930
Remuneração do contínuo	15$500
Petróleo e estearina	1$120
TOTAL	**107$550**

FONTE: AHMA, *Documentos de despeza. 1868*, liv. 365, nº 5.

Note-se que, no conjunto das despesas incluídas no orçamento referido, os 107$550 não representam mais do que uma percentagem irrisória de 1,1%. Contudo, se a escola estivesse a funcionar com as cinco cadeiras, e todos os professores a receberem a sua remuneração (de 60$000 anuais), os custos prováveis com a escola ultrapassariam largamente os 300$000, verba significativa para ser suportada apenas pelo orçamento municipal, como sentenciava, no início, *O Campeão das Provincias*.

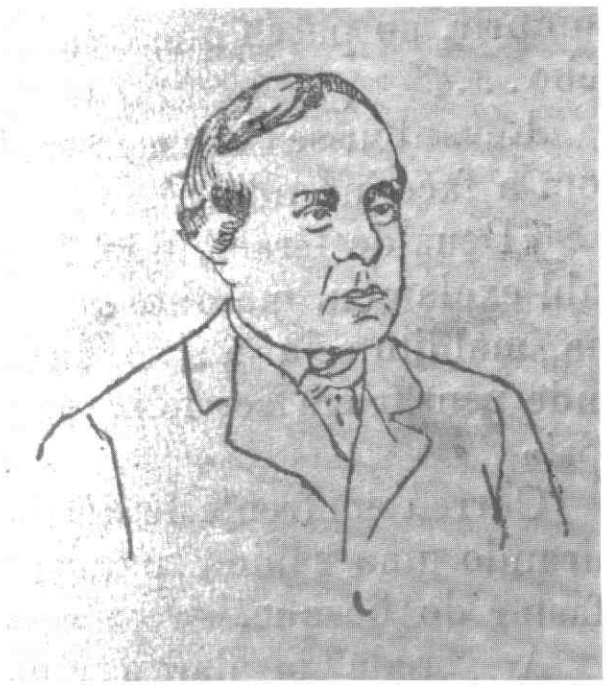
5 professores	300$000
1 funcionário	21$000
Despesas diversas (verba provável)	30$000
TOTAL	**351$000**

Custos por aluno (com 25)	14$040
Custos por aluno (com 72)	4$875

Os presumíveis custos médios anuais por aluno são muito superiores aos 2$000 das escolas elementares, entre 1840 e os fins de 1870[50].

É possível, no entanto, que o significado económico dessas verbas tenha de ser reconsiderado por razões de natureza cultural. Refira-se que a nova vereação não incluiu verbas para a conclusão das obras dos edifícios destinados ao ensino primário, iniciadas pela direcção de Manuel Firmino da Maia. A advertência do governador civil, José Pedro de Barros Lima, é muito clara: «Noto que a Camara de sua presidencia havendo feito subir a este Governo Civil tres orçamentos não tinha em algum d'elles incluido uma verba para a continuação e remate das obras das casas escolares, que a Camara transacta deixou muito adiantadas, e se acham, ha meses, interrompidas, ignorando eu os motivos

bIbRIA



4. Sebastião de Carvalho Lima
(*O Campeão das Provincias*, nº 5228, 1904..03.25, p. 1)

d'este encalhe. Não posso crer que a Camara actual abandone estes melhoramentos publicos, mas vejo com magoa que retarda a sua realisação»[51].

Ficaram por esclarecer as razões por que não foram pagas as remunerações aos professores e o peso que essa atitude terá tido na decisão do fecho da escola. Mas torna-se evidente que, por detrás dos argumentos referidos - excessivamente repetidos pela imprensa local - existe um conjunto de circunstâncias que se tornaram decisivas para o insucesso desta pioneira experiência de ensino profissional em Aveiro.

Nas eleições para a câmara de deputados, de 1865, o candidato «oposicionista», Bento Xavier de Magalhães (1812-1869) é derrotado pelo candidato «governamental» Manuel Firmino de Almeida Maia[52]. Desde então, acentuaram-se as rivalidades entre os apoiantes do presidente da câmara e o círculo de amigos de José Estêvão. Este grupo (reunido à volta do *Districto de Aveiro*, onde pontificavam o referido Bento Rodrigues Xavier de Magalhães, Bernardo Xavier de Magalhães, Manuel José Mendes Leite (1809-1887), Sebastião de Carvalho Lima, Agostinho Duarte Pinheiro e Silva (1836-1883), Manuel da Rocha Salgueiro, entre outros), encontrou no governador civil João Silvério de Amorim da Guerra Quaresma, o aliado decisivo para se opôr à direcção municipal presidida por Manuel Firmino de Almeida Maia, que agora ocupava, cumulativamente, a presidência do município e a «cadeira de José Estêvão»[53]. *O Campeão das Provincias* denuncia várias vezes os efeitos dessa «aliança», esclarecendo as razões por que, afinal, os sucessivos orçamentos municipais não eram aprovados: «[...] Agora a razão porque em outubro ainda não tinha sido approvado o orçamento municipal. Ninguem ignora o que é o conselho de districto. É uma tribuneca que não tem razão alguma de ser [...]. É uma phantasmagoria da nossa enfezada organização administrativa [...]. Á sombra da tribuneca praticam os governadores civis toda a casta de tropellia [...]. Pois alguem do conselho, cujo nome nos não é desconhecido, indicou aos confrades o modo de burlar a camara municipal, que era não approvar-lhe os orçamentos senão depois de alterados e reformados umas poucas de vezes [...]. Já que não podem oppôr-se no campo do suffragio ás legitimas influencias do concelho, uzam da caballa para contrariarem a camara municipal, difficultando ou negando a sua sancção a medidas de reconhecida importancia economica, a fim de reclamarem depois que é nulla a iniciativa camararia [...]»[54].

Em 1867, a reforma administrativa (Lei de 26 de Junho e decreto de 10 de Dezembro) elimina o distrito de Aveiro, sendo o seu território partilhado pelos do Porto e Coimbra. Essa medida significou, também, o fim da autonomia municipal de Ílhavo e Vagos, que assim se tornaram freguesias de um muito grande concelho de Aveiro. O presidente da câmara deste dilatado município, Manuel Firmino de Almeida Maia, foi acusado de ter votado, como deputado, a eliminação do distrito para aumentar os réditos do cofre municipal; apesar dos desmentidos publicados na primeira página de *O Campeão das Provincias*, o ex-regedor de Avanca passou, doravante, a ter contra si um grande número de notáveis de Aveiro, Ílhavo e Vagos[55].

O lançamento do «imposto geral de consumo», em substituição do real de água e outros impostos (Lei 10 de Junho), que visava sanear as contas públicas desequilibradas pela política fontista, constituiu outra contrariedade para o autarca «ministerial».

No fim de 1867 realizam-se as eleições municipais; apesar do ambiente hostil e da traficância eleitoral da «oposição», vigorosamente denunciada pelo seu jornal, Manuel Firmino de Almeida Maia sai vitorioso à frente da «lista governamental», com 8.470 votos, contra os 7.730 obtidos pela «lista da opposição», encabeçada pelo seu rival, o grande proprietário Sebastião de Carvalho Lima[56].

Entretanto, o governo presidido por Joaquim António de Aguiar (1792-1871) demite-se na sequência dos tumultos contra o «imposto de consumo», iniciados no Porto, no primeiro de Janeiro, e repetidos um pouco por todo o País (Braga, Guimarães, Famalicão, Santo Tirso,

biblRIA

Cadaval, Moncorvo, Oliveira de Azemeis, Coimbra, Lisboa, etc.). Esse movimento de «resistência pacífica» dos «pequenos e médios comerciantes e até de tendeiros e vendedores ambulantes» à política fiscal do ministro da Fazenda, Fontes Pereira de Melo (1819-1887) - indiciador da «existência de uma opinião pública em Portugal» -, ficaria conhecido pelo nome de «Janeirinha»[57]. Em Aveiro terá sido insignificante a adesão a esse movimento. *O Campeão das Provincias* não deu publicidade às representações dirigidas ao governo pela Associação Comercial do Porto, como aos artigos, provavelmente da autoria de Rodrigues de Freitas, publicados em *O Commercio do Porto*[58].

Após a dissolução da câmara de deputados, o novo ministério, presidido pelo 1º Conde de Ávila (1806-1881), revoga os diplomas legais que haviam criado o «imposto de consumo» e a nova organização administrativa, permitindo assim, a restauração do distrito de Aveiro, bem como os municípios de Ílhavo e Vagos[59]. Como consequência, repetem-se as eleições autárquicas que dariam a vitória à outra «parcialidade» dirigida por Sebastião de Carvalho Lima[60]. «A mudança politica operada no paiz, e a deserção para o campo contrario de alguns elementos de valia que até então tinham acompanhado Manuel Firmino fizeram com que este não fosse agora reeleito», diz Marques Gomes (1853-1931)[61].

O Campeão das Provincias, sempre tão cordato, passa a atacar abertamente diversos *notáveis* locais (o governador civil, o juiz, o prior da Vera Cruz, o chefe da delegação fiscal da Alfândega, etc.) por aliciarem os seus subalternos, toda a sua rede clientelar, a votar na «lista da opposição»; e denuncia irregularidades diversas: «as tabernas do concelho abriram-se de par em par na vespera e no dia da eleição. Compraram-se por essa ruas votos a uma, trez e cinco e seis libras! [...]. A um amigo nosso, que dispunha de vinte votos, chegaram a offerecer-lhe 200$000 réis![62]. Depois, passa a denunciar os «camaleões» que pouco tempo antes vilipendiavam, nas colunas do *Districto de Aveiro,* Augusto Ferreira Pinto Basto, e agora o tinham na conta de um cidadão prestante[63]. É que Augusto Ferreira Pinto Basto era sogro do novo ministro da Fazenda, José Dias Ferreira (1840-1905) e pai de um membro da lista encabeçada por Sebastião de Carvalho Lima... Denuncia a imoralidade dos «novos catões» por terem aceitado João Gonçalves Neto (vereador nos dois biénios anteriores), que não escondia ter-se «passado para o outro lado» para garantir, a alguém a quem devia favores, o lugar de médico de partido deixado vago pela morte de Luís Cipriano de Magalhães (1780-1856)[64].

Apesar de as eleições oitocentistas favorecerem, como defende Pedro Tavares de Almeida, «a absorção do protesto e a regulação das tensões políticas dentro dos limites constitucionais, canalizando os sentimentos de insatisfação e os conflitos entre as elites para o terreno da competição pacífica»[65], em Fevereiro de 1868, o ambiente é de grande crispação em Aveiro como no resto do País. «A eleição de 1868, realizada pouco depois da revolta da *Janeirinha*, foi vivida num ambiente de inquietação social e instabilidade política: a crise financeira e as resistências populares ao aumento da tributação, a agudização das tensões intestinas nas fileiras monárquicas após o fracasso do «governo fusionista», e o carácter precário e heterogéneo dos apoios políticos do efémero governo de «mediação» chefiado pelo conde de Ávila, foram factores decisivos para fazer alastrar o conflito e para estimular a emergência de candidaturas rivais»[66]. Assim, a «política de campanário» começa a registar ligeiras alterações dignas de nota, e que se tornariam características dominantes do poder local nas décadas seguintes. «A passagem do «cacique proprietário» ao «cacique burocrático», na expressiva terminologia de Oliveira Martins, ilustra aqui o sentido das mudanças no modo de dominação dos *notáveis*, impulsionado tanto pelo alargamento do eleitorado como pela crescente penetração do *centro* na *periferia*»[67]. A este propósito, é significativo o texto de uma das irregularidades denunciadas nas páginas de *O Campeão das Provincias*: «[...] numa parochia distanciada da séde do concelho, onde o regedor é uma entidade importante [Domingos Ferreira Pinto Basto?], percorria os lugares de Requeixo, Modeiro [*sic*], Taipa e Carregal, *um cunhado do illustre ministro da fazenda, instando os povos para que votassem na sua lista, favor este que teria em grande consideração*[68]. A importância política dos Pinto Basto não era recente; já em 1865, em jeito de balanço dos resultados eleitorais referidos, dizia o *Districto de Aveiro*, então do lado contrário: «foi a casa da Vist'Alegre que deu o vencimento á gente do governo, porque tem neste concelho bastante valimento, e é á sua influência que devem a vitoria [...]»[69].

É nestas circunstâncias que a escola acaba por ser eliminada. Eleita com a participação do administrador de Fábrica da Vista Alegre, Domingos Ferreira Pinto Basto, integrando o indigitado professor Bernardo Xavier de Magalhães e o vereador João Gonçalves Neto, a nova vereação, não toma a defesa da escola que fora criada pela vereação anterior. Nesta conjuntura, mesmo o cuidado posto por Elias Fernandes Pereira na formação do corpo docente (dois professores afectos a uma «parcialidade da terra» e igual número a outra), revelar-se-ia completamente ineficaz.

biblRIA

Como se vê, os pruridos legais e a exiguidade financeira do município mascaram uma realidade mais complexa.

Antes das eleições acima referidas, Manuel Firmino de Almeida Maia dirigiu-se aos seus eleitores, nas páginas de *O Campeão das Provincias*. Nesse manifesto eleitoral, arengando sobre o incremento do ensino primário registado nos primeiros anos da década de 1860, não se refere, mesmo que indirectamente, à escola industrial. Sublinhe-se que o presidente Manuel Firmino nunca participou em qualquer das reuniões de criação e regulação do funcionamento da escola. Nesse texto, sob a capa das ingénitas dificuldades financeiras, torna clara a sua atitude face às prioridades municipais, posição que, de resto, era partilhada por outros sectores: «n'estes ultimos tempos, o derramamento do ensino publico tem sido um encargo para a municipalidade porque de todos os lados se pedem escólas d'instrucção primaria, tendo a camara de dar casa e mobilia, como succedeu nas freguesias d'Esgueira e Cacia, e ultimamente na Senhora da Glória, onde se acham em construcção dois edifficios, sendo um destinado para o sexo feminino e outro do sexo masculino». E acrescenta de forma lapidar: «*Depois, ou mesmo antes das escólas ha as estradas e caminhos vicinaes, e conservação de todas as obras do municipio*»[70].

Estas palavras contrastam com as que *O Campeão das Provincias* publicara como introdução ao *Regulamento da Escola Industrial*. São, possivelmente, da autoria de Elias Fernandes Pereira, e seriam parte integrante do conjunto de razões que apresentara à câmara para ver aprovada a sua proposta de criação da escola. Atestam a importância que assumiam, aos olhos do seu autor, o ensino profissional e a influência das exposições «mundiais» da indústria, repetem os argumentos defendidos por homens como Fradesso da Silveira ou Ponte e Horta: «A perfeição das artes depende da perfeição das sciencias [...]. Se na Alemanha, França e Inglaterra vemos as artes e as industrias mais adiantadas, tambem excedem as outras nações na cultura das sciencias [...]. Sem a Chymica e Physica não possuiria o nosso seculo a maravilhosa arte photographica [...]. E comtudo as industrias e artes não estão entre nós na altura que as necessidades do seculo exigem. Todos os dias o estão dizendo as exposições, que são o padrão, por onde se afferem os progressos materiaes dos paizes. *Se pensarmos na cauza encontral-a-emos em dois pontos - pouca e mal dirigida instrucção do artista e industrial; nenhum favor dispensado aos seus productos* [...]»[71].

Em boa verdade, a escola não foi propriamente uma iniciativa municipal, mas tão só uma iniciativa individual, com o apoio de um pequeno grupo. A estrutura social não foi solidária com essa proposta. O desenvolvimento económico era reduzido e as indústrias quase inexistentes. Atentemos em alguns testemunhos.

Já antes, em 1866, o governador civil, João Silvério de Amorim da Guerra Quaresma, havia proposto «que no orçamento districtal se inserisse a verba de 800$000 réis com destino á aquisição dos terrenos necessarios para o estabelecimento de uma quinta especial de ensino agricola, nos termos do artº 5º do decreto de 29 de dezembro de 1864»[72]. A mesma fonte informa que «o sr. governador civil fazendo a proposta limitou-se a dizer que o augmento da despeza seria apenas de 486$ rs. acima da verba destinada nos annos anteriores para a exposição de gados, supprimida pelo art. 49º, 3º do citado decreto [...]. Era de esperar, portanto a prompta approvação da proposta do sr. governador civil.

Não aconteceu, porem, assim - lamenta o jornal. Foi addiada com o fundamento de que a aquisição dos terrenos deve ser feita pela junta, não podendo esta deliberar sem saber «onde estão sitos os terrenos a que se quer dar preferencia, e as condições a que se sujeitam os interessados [...]». E concluía o artigo: «a

biblRIA

5. Manuel Firmino de Almeida Maia (*Litoral*, nº 1, 1954.10.09, p. 1)

agricultura, a mais nobre e mais util das profissões, a industria-mãe, a arte da paz [...] precisa de instrucção, precisa de libertar-se do ignominoso jugo a que a prendeu o espirito rotineiro, inimigo capital da minima inovação. Produzir melhor e mais barato é o grande problema, só resolvido pela moderna sciencia agronomica»[73].

Nesse mesmo ano, uma Comissão de Inquérito presidida pelo Governador Civil do Porto, barão de S. Januário, indaga a situação do aprendizado e do trabalho dos menores nas fábricas e oficinas de vários distritos, incluindo o de Aveiro. «Nesse sentido, a Comissão do Porto viria mesmo a ultrapassar os objectivos para que tinha sido criada [...], publicando um *Projecto de Lei d'aprendizagem extrahida da Lei Franceza de 22 de Fevereiro a 4 de Março de 1851*, que estaria na base das disposições relativas ao aprendizado que se publicariam no Código Civil de 1867, o qual constitui a primeira legislação sobre a matéria»[74]. Nas informações referentes ao distrito de Aveiro (apenas relativas aos concelhos de Aveiro, Estarreja, Ílhavo e Vagos), verificamos que em várias actividades industriais e artesanais (nomeadamente nos ofícios de carpinteiro, de alfaiate, de sapateiro, de funileiro, de ferreiro, de louceiro, etc.), o aprendizado se fazia quase nos moldes da organização coporativa, extinta pelo decreto de 1834.05.07. Embora já não fossem celebrados contratos por escritura pública ou qualquer outro título (o concelho de Estarreja era a excepção), nem existissem aprendizes associados à condição de criado doméstico, o aprendizado fazia-se durante elevado número de horas de trabalho com o mestre, sem remuneração, durante um a cinco anos[75].

Em 1862, *O Campeão das Provincias* dava conta da existência de três fábricas de louça no distrito: uma «de porcelana na Vist'Alegre, outra de louça grossa em Vilarinho do Bairro, e outra em que se fabricam produtos eguaes no Cojo d'esta cidade»[76]. E acrescentava o mesmo jornal: «ha tres fabricas de vidro, sendo uma na Vist'Alegre, outra na Malhada de Ilhavo e a terceira no Covo, concelho de Oliveira de Azemeis.

No concelho d'Ovar ha 15 olarias onde se fabrica louça vermelha. No concelho d'Aveiro ha 8 olarias em que se fas louça preta e 12 no concelho de Vagos»[77].

O Inquérito Industrial de 1865, pese o seu carácter parcial, confirma as informações anteriores[78]. No domínio da chamada «pequena indústria», típica da produção do Antigo Regime, o concelho de Aveiro contava com:

Moinhos de água	54
Moinhos de vento	2
Lagares de vinho	171
Teares	46
Fornos de tellha e tijolo	1
Olarias*	34

* Das 34 olarias indicadas, 26 situavam--se em Aradas.

Atentemos no quadro dos valores referentes á «indústria fabril»:

Construção anual de moliceiros*	10
Saboarias	1
Fábricas de louça	1

* Desde 1790 que se não se construíram embarcações no estaleiro da cidade, e apenas se construíram anualmente dez barcos moliceiros nos pequenos estaleiros de Verdemilho, na freguesia de Arada.

FONTE: Lucília Caetano, «Contributo para a história da «Industrialização» no distrito de Aveiro», *Revista Portuguesa de História*, t. XXV, 1990, p. 103-157.

Mesmo que consideremos a região no seu conjunto, eram poucas as unidades fabris existentes. Além da *Fábrica de Louça do Cojo* (1775-1907), de reduzida importância económica[79], para lá da *Real Fábrica de Porcelana, Vidro e Processos Chimicos*, da Vista Alegre, fundada na primeira metade de Oitocentos, apenas havia três saboarias (2 em Vagos e 1 em Aveiro[80]) e uma fábrica de soda, ainda não referida no inquérito[81].

A única unidade fabril então a manifestar falta de uma escola de ensino técnico e artístico parece ter sido apenas a da Vista Alegre[82]; na resposta ao nono quesito da comissão de inquérito, a empresa responde: «As operações de fabrico, para que mais convem o auxilio das escolas industriais, são aquellas que dependem principalmente dos principios do desenho»[83]. Importa sublinhar o facto de apenas ter sido relevada a carência de ensino técnico no domínio da pintura, já que a fábrica tinha ao seu serviço técnicos estrangeiros noutros sectores da produção. É difícil saber qual a situação da fábrica, naquele domínio, na medida em que os escassos testemunhos afiguram-se-me contraditórios. Parece que havia falta de pintores. Anos antes, em 1857, a imprensa registava o abandono de «alguns artistas de pintura [...] por baixa de salarios»[84]. O mestre Gustave Fortier, que substituira Victor François Chartier Rousseau em 1852, esteve em França entre 1855 e 1861. No seu regresso terá introduzido «o processo de «transfert print», pela litografia, processo que se seguiu ao da gravura sobre cobre», recuperado mais tarde[85]. Terá exigido esta inovação uma mão-de-obra não disponível? Os testemunhos compulsados não permitem saber qual a relação entre a iniciativa de Elias Fernandes Pereira e

bibRIA

a falta de ensino «dos princípios do desenho» manifestada pela direcção da fábrica. O que parece certo é que as alterações referidas, bem como essa referência à necessidade de ensino profissional, são correlatas do impacte das exposições «universais» da indústria, onde esta questão foi sobejamente sublinhada. A fábrica expôs os seus produtos na Exposição Universal de Paris, de 1855, estaria na mostra de 1861, no Porto; no ano seguinte, em Londres e em Lisboa, na exposição agrícola de 1863. Em 1865 instalaria a sua primeira máquina a vapor[86]. Qualquer dos indicadores conhecidos permite afirmar que, ainda assim, esta era a única unidade fabril de relevo na região.

Vejamos agora alguns aspectos referentes à procura. David Justino diz que «Portugal, em meados do século XIX, é, para além de depauperada, uma nação pobre, em que a esmagadora maioria da população dispõe de um fraco poder de compra, e neste reside talvez a razão do empolamento de determinadas questões económicas que condicionam as diversas opções de desenvolvimento»[87]. Também em Aveiro e arredores, a população era extremamente pobre[88]. Contudo, a lista dos produtos mais vendidos na Feira de Março de 1866 permite entrever as características económicas, sociais e mentais da população.

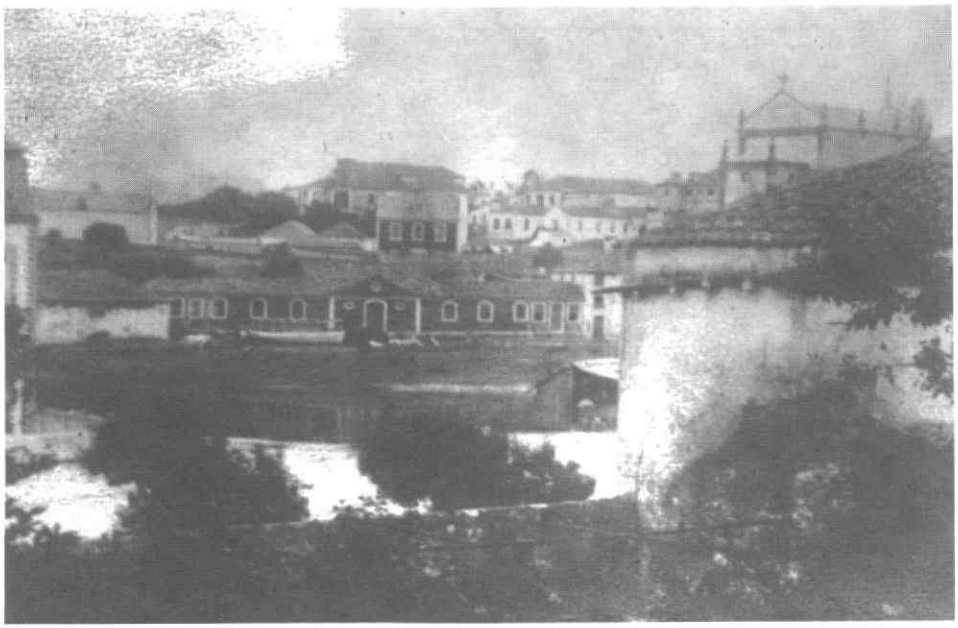
Panos finos estrangeiros	10:500$000
Ouro em obra	7:150$000
Panos grossos nacionais	6:420$000
Calçado	3:500$000
Madeiras: castanho (vergonteas)	2:480$000
Casemiras estrangeiras e nacionais	2:110$000
Fato feito	1:850$000
Tamancos	1:258$000

FONTE: *Campeão das Provincias*, nº 1433, 1866.04.18, p. 4.

Note-se que as restantes parcelas não indicavam nenhum dos produtos das actividades antes referidas, exceptuando os das alfaiatarias. As cerâmicas (e outros produtos) não constam sequer da lista, provavelmente porque eram compradas directamente nas fábricas.

Detenhamo-nos, agora na segunda rubrica. Neste período, a grande procura de ourivesaria é incentivada, regra geral, pela «inexistência de bancos de depósitos virados para a captação das pequenas poupanças bem como [por] uma circulação monetária assente fundamentalmente nas espécies metálicas de alto valor intrínseco»[89]. Em Aveiro, porém, deveria ser mais significativa a segunda ordem de razões, confirmando a persistência de práticas económicas de Antigo Regime. Os testemunhos existentes sobre a Caixa Económica de Aveiro, criada em 1856, permitem pensar que, por volta de 1866, ainda seriam significativas as resistências à mercantilização da economia. «A Caixa recebeu em todo o ano [de 1864] 7:011$885 réis de depositos e mutuou sobre lettras 20:973$260. Desta quantia um terço, pelo menos, é sobre penhor [...]. O montante das suas operações durante o anno foi de 50:883$085 rs»[90]. No final da década de 70, contava, segundo D. Luís de Castro, apenas com cerca de 500 depositantes, e um fundo de depósitos, no valor de 3:000$000 reis[91]. O *boom* da Caixa Económica de Aveiro seria registado na viragem do século, com o valor das operações efectuadas a registar a verba de 1.158.951$250, em 1900[92].

Vejamos agora a quinta razão proposta para a compreensão do insucesso da Escola



6. Fábrica de Louça do Cojo (Arquivo Fotográfico da C.M.A., 5-148, s.d.)

bibRIA

Industrial de Aveiro. No preâmbulo do decreto de 1864, que reforma o ensino industrial criado em 1852, João Crisóstomo de Abreu e Sousa, defendendo o ensino industrial do 1º grau[93] nas escolas de província, afirma «a necessidade d'estas escolas [serem] em toda a parte reconhecidas, e - acrescenta - são muitos os exemplos que poderiamos citar dos paizes estrangeiros, onde os governos, provincias, departamentos, *municipios*, associações particulares[94] e cidadãos benemeritos têem contribuido para generalisar a instrucção do 1º grau». E esperava o referido ministro que, «demonstrada a sua utilidade no futuro, taes escolas se propag[ass]em, não só por acção governativa, mas também pelo concurso dos districtos, *das municipalidades*, e porventura dos particulares». Estas afirmações permitem pensar que essa legislação favoreceu um cometimento como o que a proposta de Elias Fernandes Pereira continha. Se confrontarmos as disposições do referido diploma com o texto do regulamento da escola, verificaremos a razoabilidade do raciocínio.

No entanto, no decreto (Cap. VII, artº 30º) diz-se que «*os professores empregados no ensino industrial*, quer nos institutos, quer *nas escolas, serão nomeados pelo governo*, em virtude de concurso documental, ouvindo o conselho de aperfeiçoamento do respectivo instituto». Ora, se atentarmos no texto do regulamento da escola verificaremos que *a sua gestão era exclusivamente municipal, não havendo mesmo qualquer referência ao poder central.* Vejamos. Cabia à Câmara:

1. assegurar os custos económicos da escola (Cap. 1º, artº 1º);
2. tratar, na sua secretaria, de todos os aspectos burocráticos relacionados com a escola (Cap. 2º, artº 2º);
3. entregar, em cerimónia adequada, os prémios e distinções aos melhores alunos (Cap. 5º, artº 4º);
4. Aprovar ou rejeitar as alterações ao regulamento propostas pelo Conselho Escolar (Cap. 6º, artº 7º);
5. assegurar o policiamento, iluminação e limpeza da escola (Cap. 7º, artº único);
6. nomear os professores das diversas disciplinas (Cap. 8º, artº 1º);
7. pagar uma gratificação anual de 60$000 reis, em sete prestações mensais (Cap. 9º, artº 1º);
8. fornecer a iluminação, bem como as estampas e modelos para as aulas de desenho (*Idem*, artº 2º);
9. emprestar aos alunos pobres os livros necessários (*Idem*, artº 3º);
10. adquirir os prémios a atribuir (*Idem*, artº 4º);
11. encerrar a escola, no caso de não se terem inscrito pelo menos 25 alunos (*Idem*, artº 3º).

Resta acrescentar que a criação das três escolas industriais previstas no citado decreto - Covilhã, Guimarães e Portalegre -, não chegou a verificar-se. A Covilhã só teria a sua escola em 1884, Guimarães em 1887 e Portalegre em 1890, ainda que possuísse uma escola de desenho industrial desde 1884. Além dos institutos industriais de Lisboa e Porto não havia, portanto, ensino industrial em Portugal.

Por fim, falta referir num outro aspecto, que geralmente não é relevado; é o da escassa difusão do ensino primário. Jaime Reis afirma que, «os sistemas educativos são todos coerentes, sendo difícil o alargamento do ensino técnico [...] sem ao mesmo tempo uma difusão maior do ensino primário», acrescentando que, «a análise dos sistemas de educação de vários países tem mostrado ser o comportamento do sector elementar um indicador razoável da evolução dos demais»[95]. A procura do ensino técnico e profissional é, portanto, condicionada pela expansão do ensino primário. O próprio regulamento estabelecia que «a condição essencial d'admissão dos alumnos na escola industrial [era] - ler, escrever, contar (as quatro operações de inteiros e decimaes) e noções de systema metrico decimal» (Regulamento da escola, Cap. 2º, artº 1º). Sem um estudo sobre este tipo de educação formal, em Aveiro, e na impossibilidade de dispor de elementos referentes ao concelho, em 1865, mais não poderei socorrer-me senão de alguns indicadores aleatórios. A fazer fé nesses elementos (bem como nas considerações já referidas), o analfabetismo era idêntico à média nacional[96].

Quase todos os testemunhos denotam a precaridade das iniciativas municipais e filantrópicas, ora pela falta de professores, ora pelas impróprias condições dos edifícios improvisados, ora ainda pela reduzida receptividade da população[97]. As queixas contra os pais que não mandam os filhos à escola repetem-se amiúde na imprensa. No entanto, o interesse da população pelo ensino elementar nocturno parece ter sido bem significativo[98]. Os valores referentes a Esgueira, quando contava 1837 habitantes, são ilucidativos: «É notavel o desenvolvimento que a instrucção vae tendo n'aquella freguesia [...]; é a que maior numero de alumnos apresenta, chegando estes actualmente ao numero de 70»[99]. Mais tarde, em 1892, Edmundo de Magalhães Machado criaria, a expensas suas, uma «escola primaria gratuita nocturna para os operarios e trabalhadores», que funcionaria nas instalações anexas da Escola de

biblRIA

Desenho Industrial, crida em 1893[100].

As actas da Câmara de Aveiro dão conta da inúmeras contingências financeiras e ideológicas que rodearam o ensino primário na cidade e arredores, não se notando uma mudança significativa com a promulgação dos diplomas legais de 1878.05.02, 1880.07.11 e 1881.07.28[101].

Tal como as medidas tomadas pelo Estado, também as iniciativas dos particulares parecem ter sido escassas e tímidas. Surgiram primeiro, o Colégio de Santa Joana (instituído no Convento de Jesus, após a morte da última professa, em 1874, e que seria encerrado pelos republicanos após o 5 de Outubro de 1910[102]). O Colégio Aveirense (1873) e o Colégio de Nossa Senhora das Necessidades, depois o Colégio da Probidade (1875); o Colégio de Nossa Senhora da Conceição, o Colégio de Nossa Senhora da Apresentação e o Colégio de Nossa Senhora da Glória seriam criados mais tarde, na viragem do século. Sobre eles - como de um modo geral sobre todo o ensino particular - sabe-se pouco; além da instrução primária dirigida a meninas, ensinava-se, também, «piano, bordados e flores, e toda a costura branca e de côr»[103].

Para o suspeito *Districto de Aveiro*, praticamente não existia ensino primário no concelho[104]. Os dados fornecidos por Marques Gomes, reportando-se ao distrito em 1877, sem mais, são os seguintes:

«Além d'um lyceu com cinco professores, e mais quatro cadeiras de instrucção secundaria em differentes localidades, tem 164 escholas de instrucção primaria, sendo 134 para o sexo masculino e 30 para o sexo feminino»[105]. Ainda que sejam pouco relevantes para a compreensão da situação no concelho, os dados disponíveis, sobre o distrito na totalidade, não são tão «lisonjeiros» quanto os secos números de Marques Gomes fazem supor; comparem-se esses valores com outros, referentes a 1890:

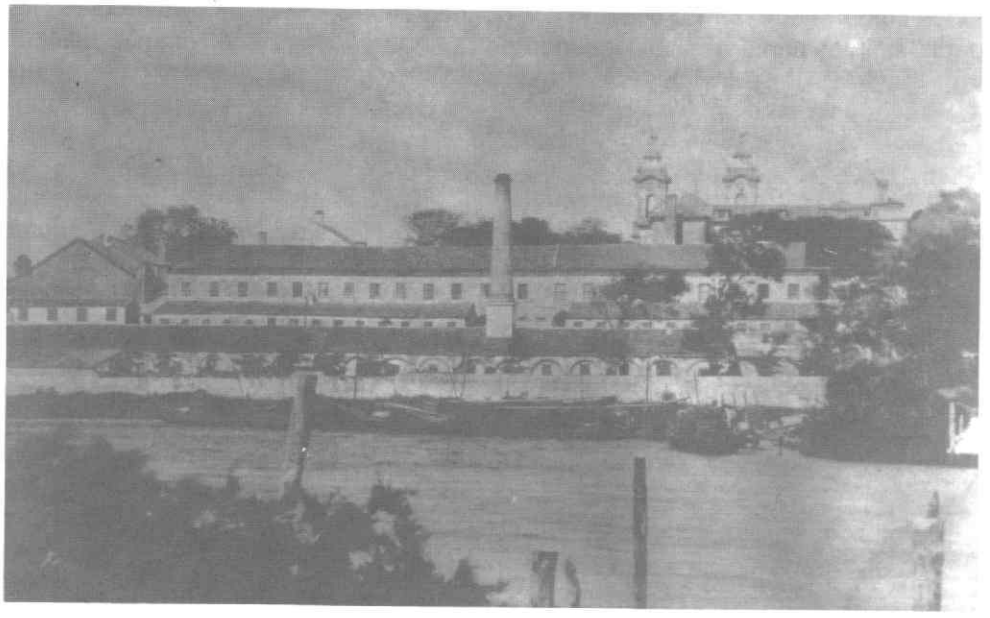
	Aveiro	Contin. e Ilhas
Ambos os sexos	80,5%	76,6%
Homens	67,4%	68,8%
Mulheres	91,2%	83,7%

FONTE: *Estatistica do Ensino Primario Official. 1915-1916 a 1918-1919*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1923, p. 3.

Outras tentativas (1882-1893)

A década de Oitenta parece constituir um ponto de chegada e um ponto de partida. Como refere José-Augusto França, 1880 situa-se no fim de um processo iniciado em 1834[106]. Em 1880 têm lugar as decisivas e paradigmáticas comemorações do tricentenário de Camões. No ano seguinte realiza-se o *Inquérito Industrial*, é dado à estampa o *Portugal Contemporâneo* e nasce *O Século*. Em 1882 organizar-se-iam, um pouco por todo o País, as comemorações do centenário do Marquês de Pombal. Um espírito nacionalista, moldado pelo decadentismo finissecular, vai mobilizar diversos sectores da sociedade que colocam a si próprios a ingente tarefa de «regeneral» Portugal.

Na região de Aveiro surgem novas unidades fabris, amplia-se o movimento associativo, o espaço da cidade laiciza-se e democratiza-se. As atitudes face ao ensino ganham direcção; em 1884 dizia o director de *O Conimbricense*: «O grande defeito dos estudos em Portugal é julgar-se que todos devem ser *doutores* ou *bachareis*. Criam-se lyceus, organizam-se programmas de



7. Fábrica de Porcelana da Vista Alegre (Arquivo da F.P.V.A., 1895)

biblRIA

estudo, e tudo vae encaminhado a não fazer que os alumnos possam applicar-se ás industrias, á agricultura e ao commercio; mas unicamente para d'elles fazer uma aristocracia da sciencia, em regra sem utilidade nenhuma para a sociedade e até para os proprios individuos que assim são desviados de um fim mais util»[107].

É neste contexto que a câmara municipal assume (timidamente) a exigência da criação de uma escola de ensino industrial em Aveiro, após um silêncio de mais de vinte anos. Fá-lo, antes de mais, sob pressão de diversas entidades e organismos locais, de entre quais se destacam a Fábrica da Vista Alegre (1824) e a novel Fábrica de Louça da Fonte Nova (1882-1937), bem como da associação *Grémio Moderno* (1882) e do jornal local *A Locomotiva*[108].

Em 1882, por proposta de Marques Gomes, o *Grémio Moderno* promove a realização da *Exposição Distrital*, comemorativa do centenário da morte do Marquês de Pombal. Na sequência da referida exposição, esta agremiação tentaria a criação de uma escola de ensino industrial a expensas suas[109].

Realiza-se, então, no Porto, o Congresso da Indústria Cerâmica. Perante as mútuas queixas de aliciamento da mão-de-obra especializada entre as diversas fábricas concorrentes, alguns industriais manifestaram-se dispostos a dispensar à Sociedade de Instrução do Porto, promotora do encontro, todo o auxílio para a «creação de *uma aula de desenho e modelação*, a qual beneficiaria todos os estabelecimentos sem excepção»[110]; «mas se porventura não houvesse completo accordo entre os collegas - asseverava decidido o proprietário da Fábrica das Devesas -, podia a assembleia estar certa que elle, orador, fundaria a aula com os seus recursos somente». E assim foi - concluía, desgostoso, Joaquim de Vasconcelos (1840-1936). «Nem todos comprehenderam a questão [...] quando se pedia simplesmente a exigua quantia de 20$000 por anno. Esta quota reduzia-se no segundo anno, depois de adquirido o modestissimo mobiliario da aula, a 18$000, tendo o industrial a faculdade de matricular dez dos seus melhores discipulos no curso, os quaes, a seu turno, serviriam de instructores na respectiva fabrica. Estando calculado o curso para dous a tres annos, o preço de cada discipulo seria de 1$800 por anno [...]. Assignaram o accordo os snrs. Costa (Devezas), Viuva Soares Rego (Torrinha), Silva Macedo (Cavaco), Souza Lima (Massarellos) e Sá Castro (Bandeira)»[111].

E acrescenta Joaquim de Vasconcelos: «O snr. [Duarte Ferreira] Pinto Basto (Vista Alegre) declarou que, de accordo com os snrs. Guimarães & Norberto, de Aveiro, fôra resolvido fundar n'esta ultima cidade uma aula, que correspondesse aos intuitos da que se pretendia crear em Villa Nova de Gaya»[112].

A Fábrica da Fonte Nova havia sido criada pouco tempo antes[113]. Os seus produtos rapidamente se tornaram notados. Joaquim de Vasconcelos advertia: «o que se faz em Coimbra e principalmente em Aveiro, n'uma fabrica fundada ha cinco mezes apenas, é digno de toda a attenção. A industria das Caldas que se tenha em guarda!»[114].

No jornal *A Locomotiva*, as pressões para a criação da escola industrial estão relacionadas com este movimento: «Duarte Ferreira Pinto Basto, inteligente director da Fabrica de porcelanas da Vista Alegre foi um dos presidentes d'esse Congresso, e muito trabalhou para satisfazer ao plano da *Sociedade de Instrucção do Porto*. De boa vontade se lhe adheriram os activos proprietarios da Fabrica de louça da Fonte Nova em Aveiro. Mas até hoje nada feito [...]. A Duarte Ferreira Pinto como director do mais visinho e do mais importante estabelecimento fabril, pelos seus conhecimentos, pelas condições especiaes da sua influencia politica e social, pela sua actividade indomavel, e até mesmo pelos interesses que adviriam á Fabrica da Vista Alegre que administra com larga comprehensão industrial, a elle incumbe tomar a iniciativa n'este esforço de innegavel vantagem para Aveiro»[115]. E acrescentava o articulista de *A Locomotiva*: «não largaremos de mão este assumpto para o qual continuamos a convidar o jornalismo local e todas as influencias do districto. A fundação de uma *Escola Industrial* em Aveiro já foi muito debatida n'esta cidade»[116]. Chegar-se-ia a 1884 sem que tivesse sido dado algum passo decisivo nesse domínio. A Fábrica da Vista Alegre segue o caminho da das Devesas, criando a sua própria escola de desenho e pintura e a Fábrica de Louça da Fonte Nova contrata mão-de-obra especializada no Porto.

A criação oficial das escolas industriais está intimamente relacionada com o Inquérito Industrial de 1881, que deu voz aos industriais, tornando mais claras as necessidades da indústria portuguesa. António Augusto de Aguiar (1838-1887) presidiu à delegação distrital de Lisboa, de inquérito às fábricas. Algumas das questões colocadas patenteiam uma importância superlativa atribuída à conexão entre qualificação profissional da mão-de-obra e a situação económica das empresas[117]. Esse facto terá tido grande influência na política seguida na década de Oitenta, que se tornou decisiva para para o estabelecimento do ensino técnico[118]. «Em 1890, haviam, sido criadas 12 *escolas industriais*, 16 *escolas de desenho industrial* (sem contar com as dez escolas de desenho industrial que, entretanto, foram elevadas a escolas industriais»[119].

bibRIA

É, pois, neste contexto bem diverso, marcado pela reforma do ensino industrial de 1884, que a Câmara Municipal de Aveiro dirigiria ao governo duas petições: uma em 1884, e outra em 1889, portanto, 16 e 21 anos respectivamente após o fecho da *Escola Industrial d'Aveiro*.

A petição da Câmara Municipal de Aveiro, em 1884, muito lacónica, reflecte escassamente as pressões referidas. A proposta partiu do presidente do município, que era, então, de novo Manuel Firmino de Almeida Maia: «tendo o Governo creado ja em algumas terras do Reino, escollas de ensino profissional, e constando pelos jornais [*sic*], que ainda vai estabellecer mais algumas, por isso, e attendendo á importancia d'esta cidade e Districto, onde ha estabelecimentos industriais de muito nome e desenvolvimento, propunha que a Camara pedisse a criação d'uma d'aquellas escollas»[120]. Na representação ao governo pode ler-se: «Senhor! A Camara Municipal do Conselho d'Aveiro, entende cumprir o seu dever, sollicitando do Governo de Vossa Magestade a creação d'uma escolla de ensino profissional na cidade, que é séde do seu Concelho, e do Districto, e que *tem, em si e nas suas proximidades, importantissimos estabelecimentos artisticos e industriaes*, cujo desenvolvimento os poderes publicos tem obrigação e interesse de fomentar [...]»[121]. A referência implícita às fábricas da Fonte Nova e da Vista Alegre é evidente.

Passados cinco anos, volta de novo a Câmara Municipal de Aveiro a dirigir ao governo uma petição idêntica. Mais uma vez, a proximidade de uma exposição internacional - a exposição do centenário da Revolução Francesa - foi decisiva. A acta é, no entanto, muito lacónica: «Em seguida a Camara, por proposta do Snr. presidente [pela última vez, Manuel Firmino de Almeida Maia], resolveu representar ao Governo de Sua Magestade, pedindo a creação d'uma escólla industrial em Aveiro, cuja representação passou logo a assinar para ser enviada ao seu destino» (Cfr. Anexo II)[122].

As tradicionais carências financeiras do município iriam ser avolumadas pelos efeitos da grave crise económica e moral da década de Noventa. A política seguida na década anterior sofreria correcções que desvirtuaram o rumo inicial. É neste contexto que a *Escola de Desenho Industrial de Aveiro* irá ser criada.

Pelo Decreto de 1892.12.24, a direcção das duas secções do Asilo-Escola Distrital passa a ser assegurada pela Câmara. A vereação, dirigida por Jaime de Magalhães Lima (1859-1936), aceita contrariada essa incumbência, devido, segundo se lê em diversas actas, à exiguidade dos rendimentos municipais e ao facto de já ter de suportar todas as despesas com os expostos[123]. Apesar de tudo, além da formação militar e da prática de ginástica e esgrima, seria seria introduzido o ensino profissional com a criação das oficinas de marcenaria e alfaiataria[124]. A insustentável falta de pintores nas fábricas referidas, o significado económico e social das actividades artesanais e indutriais na região bem como as crónicas dificuldades financeiras do cofre municipal, no contexto da crise acima referida, acabaram por ditar a «opção»: já não se pedia uma escola industrial, mas tão-só uma «aula de dezenho industrial», nas instalações do asilo. E foi nessas condições que surgiu o auxílio do poder central para a criação da Escola de Desenho Industrial de Aveiro, na qual se ministraria «o ensino do dezenho geral e industrial». Na notificação do Governo Civil são esclarecidas as inéditas condições de funcionamento: compete à Câmara «a administração disciplinar e financeira e ao dito Ministerio a direcção e inspecção technica da escola»[125].Trata-se de uma situação nova e excepcional, como bem viu Mário Alberto Nunes

8. Fábrica de Louça da Fonte Nova (Arquivo da C.M.A., 5-148, s.d.).

biblRIA

da Costa: «A iniciativa local, particular ou autárquica, leva também em Portugal, mas por excepção, à criação de escolas de ensino industrial, já para o final do século. Em Outubro de 1893, a duas autarquias locais, designadamente a da Figueira da Foz e a de Aveiro foram concedidos subsídios governamentais para a criação de escolas industriais e comerciais, com administração disciplinar e financeira das respectivas câmaras municipais e direcção e inspecção técnica do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria»[126].

As razões por que a imprensa, então, não atribuiu relevo à iniciativa[127] prendem-se, por certo, com o facto das atenções estarem voltadas para a alarmante situação de assoreamento da ria de Aveiro e para a possibilidade de despromoção do liceu com a reforma dos liceus, batalha em que o próprio Elias Fernandes Pereira tomaria parte[128].

A ria constituía a base da subsistência de uma vasta população dispersa por 25 freguesias, entre Ovar e Mira. A sua situação, no início da década de Noventa, impossibilitava a navegabilidade, onerando as operações comerciais, impedindo o transporte de matérias-primas e mercadorias; impossiblitava a apanha do moliço; afectava a pesca e a produção de sal; agravava as condições sanitárias da região, etc. Em Abril realizou-se um grande comício, onde foi eleita uma comissão que enviou ao rei uma longa representação, que dá conta pormenorizada das circunstâncias em que se encontravam todos os esteiros, sectores afectados e valores dos prejuízos, e pedia a dragagem como solução para os problemas sentidos[129]. As câmaras dos concelhos afectados enviaram semelhantes petições ao governo. É natural que, nestas circunstâncias, o estabelecimento da escola industrial fosse matéria de interesse reduzido para o conjunto da população.

ANEXO I

REGULAMENTO PARA A ESCOLA INDUSTRIAL D'AVEIRO

CAPITULO 1º

Das aulas

Artº 1º A escola industrial d'Aveiro, montada no edificio do Lyceu d'esta Cidade, e subsidiada pela Camara Municipal, nos termos d'este Regulamento, compor-se-há das seguintes disciplinas:

1ª Cadeira Primeiro anno do curso de portuguez dos lyceus, e noções de chorographia e historia de Portugal e seus dominios.

2ª Cadeira 1ª Secção. Desenho Linear e d'ornato. 2ª Secção. Desenho de maquinas e agricultura.

3ª Cadeira Tradução de prosa de lingoa francesa.

4ª Cadeira Arithmetica e geometria plana somente com applicação ás artes e industria.

5ª Cadeira Chimica e phisica industrial. materias da 4ª e 5ª cadeiras serão lidas em curso biennal por um só professor.

Artº 2º Os cursos serão abertos no dia 15 de Outubro e acabarão dia 15 d'Abril, e as aulas começarão ás seis e meia horas da tarde desde 15 d'Outubro a 30 de Novembro; ás seis horas desde o 1º de Desembro ao ultimo de Fevereiro; e ás sete horas desde o 1º de Março a 15 d'Abril.

§ unico. Cada aula durará duas horas, e terá logar duas vezes por semana.

Artº 3º Só são considerados feriados:

Os domingos e dias santos de guarda; vespera, 1ª e 2ª oitavas de natal; 2ª e 3ª feira d'entrudo; 4ª feira de cinza, e os dias que vão de 4ª feira de trevas inclusivamente até á 1ª oitava da Paschoa inclusivé tambem.

CAPITULO 2º

Da admissão dos alumnos

Artº 1º A condição essencial d'admissão dos alumnos na escola industrial será - ler, escrever, contar (as quatro operações de inteiros e decimaes) e noções de systema metrico decimal.

§ unico. Para se averiguar d'esta habilitação serão os alumnos examinados publicamente por dois professores da escola; e do resultado se lavrará assento em livro para isso destinado.

Artº 2º Estes exames terão logar nos primeiros oito dias do mez d'Outubro, devendo os interessados requerer em papel sem sello ao Director da escola desde o dia 15 até 30 de Setembro, depois do que serão pelo conselho escolar designados os dias para os mesmos exames.

§ unico. Os requerimentos deverão ser entregues na secretaria da escola que é na Camara Municipal.

Artº 3º A matricula nas diversas aulas terá logar nos dias 12 e 13 d'Outubro á noite no edificio do Lyceu, em cujo acto os alumnos mostrarão os competentes livros, ou atestado do Parocho nos termos do artº 3º do Capitulo 9º d'este Regulamento, devendo os interessados apresentar até aquelle dia na secretaria da escola requerimento dirigido ao director, instruido

BIBRIA

do segundo modo:

Para a matricula da 1ª cadeira certidão d'exame d'instrucção primaria feito nos termos do artº 1º d'este Cap. ou em algum Lyceu do Reino.

Para matricula da 1ª secção da 2ª cadeira o documento do § antecedente.

Para a da 2ª secção da 2ª cadeira certidão d'exame das materias da 1ª secção.

Para a da 3ª cadeira certidão d'exame das materias da 1ª secção da 2ª cadeira.

Para a da 4ª cadeira certidão d'exame das materias da 1ª secção da 2ª cadeira.

Para a da 5ª cadeira certidão d'exame das materias da 1ª cadeira, das da 1ª secção, e das da 4ª.

CAPITULO 3º

Das obrigações dos alumnos

Artº 1º Os alumnos são obrigados a estarem na aula todo o tempo que ella durar, e a executar todos os trabalhos escolares, que pelos respectivos professores lhe forem distribuidos.

Artº 2º Nenhum alumno se póde escusar de dar lição, ou recusar-se a outro exercicio escolar, nem ausentar-se da aula sem motivo justificado, e sem auctorização do respectivo professor.

Artº 3º Os alumnos são obrigados a guardar o maior socego tanto dentro da aula como nas proximidades d'ella.

Artº 4º A transgressão d'estas obrigações será considerada como mau comportamento escolar, e como tal será punido com alguma das penas disciplinares d'este Regulamento.

CAPITULO 4º

Dos Exames Finais

Artº unico. Nos ultimos 15 dias do mez d'Abril se procederá a exame final das materias de cada um dos cursos por trez professores. Do resultado lavrará termo em livro competente o secretario da escola.

CAPITULO 5º

Das penas e premios

Artº 1º As penas disciplinares são: 1ª. - Reprehensão dada na aula pelo professor. 2ª. - Reprehensão dada pelo Director da escola, e mandada ler em todas as aulas. 3ª. - Expulsão temporaria da aula. 4ª. - Expulsão perpetua da escola.

A primeira pena é imposta pelo professor ao alumno que for negligente no cumprimento dos seus deveres escolares.

A segunda pena será imposta pelo director da escola ao alumno que mostrar falta de applicação, ou infringir alguma regra importante da disciplina.

A terceira pena será imposta pelo conselho escolar ao alumno, que faltar frequentemente aos seus deveres, ou offender d'um modo grave a moral ou a disciplina, dando assim maus exemplos aos outros alumnos.

A quarta pena será imposta pelo conselho escolar ao alumno que for julgado incorrigivel, ou praticar actos de tal modo offensivos da moral ou da disciplina, que se julgue indispensavel affastal-o para sempre das aulas por ser nocivo o seu contacto com os outros alumnos.

Artº 2º Todo o alumno, que, sem motivo justificado, der quatro faltas, ou com elle der dez será riscado da respectiva aula n'aquelle anno; é prohibido d'entrar em qualquer d'ellas, como ouvinte, no caso da expulsão ter sido pelo primeiro motivo.

§ unico. Bastará para fazer fé perante o conselho informação de pessoa idonea, que verbalmente ou por escripto ateste a rasão da falta do alumno.

Artº 3º Haverá em cada aula um primeiro premio, um segundo premio, e duas distinções honrozas, do que haverão os competentes diplomas gratuitos e assignados pelo conselho escolar.

§ 1º Estas distinções e principalmente os premios só serão conferidos aos alumnos, que alem do distincto aproveitamento litterario tiverem bom comportamento, moral, civil e religioso, a falta do que será motivo bastante para não serem conferidos.

§ 2º Cada um dos premios será um objecto d'immediata applicação ao mister do premiado, não devendo o valor do primeiro premio exceder a 4:000 reis, o do 2º - 2:000 reis.

Artº 4º No 1º dia do mez d'Outubro serão distribuidos pelo Prezidente da Camara com assistencia do conselho escolar e corpo camarario os premios e distinções alcançadas no anno lectivo antecedente, pronunciando o Director da escola um discurso apropriado.

Artº 5º A Camara pedirá por officio ás autoridades locaes que solemnisem com a sua presença o acto da distribuição dos premios, reservando-lhes logares ao lado do Presidente da Camara, e do conselho escolar.

CAPITULO 6º

Do Conselho Escolar

Artº 1º O conselho escolar compor-se-há dos professores da escola, elegendo elles annualmente d'entre si um director e um Secretario.

biblRIA

§ 1º A cargo do Director, alem das obrigações já citadas n'este Regulamento, está a inspecção das aulas e professores.

§ 2º O secretario, alem das obrigações que, como tal, tem, passará gratuitamente aos alumnos as certidões que lhe forem requeridas por despacho do director da escola.

Art. 2º É necessaria a maioria dos membros que compõe o conselho para este funcionar.

Artº 3º Todos os negocios serão resolvidos em conselho segundo o voto da maioria dos membros presentes em effectivo serviço. No caso d'empate decide o Presidente.

§ unico. Das deliberações do Conselho se lavrará acta em livro especial.

Art. 4º Ao Conselho escolar pertence:

1º Alterar o presente Regulamento, quando o julgar conveniente.

2º Resolver qualquer duvida relativa ás aulas, que for aprezentada pelo respectivo professor.

3º Designar os dias para os exames finaes.

4ª Approvar os compendios que hão de servir de texto ás lições, sendo aquelles indicados pelos respectivos professores.

5ª Applicar aos alumnos as penas designadas no capº 5º d'este Regulamento.

6º Designar os objectos que hão de servir de premios.

7º Dar parte á Camara Municipal das alterações feitas no presente Regulamento para ella os approvar.

§ unico. Far-se-há constar por meio da imprensa quaes os compendios adoptados pelo conselho escolar para cada aula.

Artº 5º O Conselho escolar reunir-se-há ordinariamente no fim de cada mez para julgar as faltas dos alumnos, e no fim do anno para distribuir os trabalhos d'exames; e extraordinariamente todas as vezes que o Director da Escola o julgar necessario.

CAPITULO 7º

Da policia escolar

Artº unico. A policia da escola será feita por um official da Camara o qual será encarregado da illuminação e limpeza das aulas no tempo que lhe disser respeito; estará ás ordens dos professores durante as aulas, conservando-se para isso sempre dentro do edificio do Lyceu; e velará pela policia exteriorás aulas dentro dos limites d'este Regulamento, dando parte ao Director da escola de qualquer transgressão, o qual em conselho para isso convocado tomará as providencias necessarias.

§ unico. O mesmo official fará no principio de cada aula a chamada dos alumnos marcando falta aos não presentes.

CAPITULO 8º

Da nomeação de professores

Artº 1º Á Camara Municipal cumpre a nomeação das diversas disciplinas, a qual nomeação, uma vez feita, não poderá ser alterada, excepto em caso demonstrado de prejudicial desleixo no cumprimento dos deveres de cada um.

A mesma Camara n'uma acta das suas sessões lavrará termino d'essa nomeação, communicando-a de seguida aos escolhidas.

§ unico. Os professores que acceitarem esta nomeação assignarão a acta em que foram nomeados.

CAPITULO 9º

Dos subsidios municipaes

Artº 1º Cada um dos professores receberá do cofre da Camara Municipal uma gratificação annual de 60$000 reis a qual será paga em prestações mensaes nos sete mezes lectivos.

§ unico. As faltas não justificadas por doença darão logar a desconto no respectivo vencimento.

Artº 2º Á Camara cumpre fornecer as luzes necessarias durante as aulas, bem como as estampas e modelos precisos para o estudo do desenho, e carta para o da chorographia.

Artº 3º A Camara fornecerá aos alumnos reconhecidamente pobres, e só a estes (o que se provará com atestado do Parocho da freguesia) os livros necessarios para os respectivos cursos, devendo os alumnos restituil-os á Camara, depois d'approvados no exame final correspondente, em estado de limpesa e sem falta de folhas, condições essenciaes para continuare a recebel-os nos annos seguintes.

Artº 4ª A Camara fornecerá os meios de se obter os premios que forem conferidos aos alumnos nos termos d'este Regulamento.

CAPITULO 10º

Artigos transitorios

1º Leccionar-se-hão no primeiro anno da existencia da escola somente as materias da 1ª cadeira, as da 1ª secção da 2ª, e as da 4ª, sendo para qualquer d'ellas documento exigido o de quefalta o artº 1º do capº 2º d'este Regulamento; mas só nesse anno.

2º Se o numero dos matriculados for inferior a vinte e cinco não terá logar a abertura da escola. E, sendo aberta, fechar-se-há, se numero dos alumnos que a frequentarem com

biblRIA

assiduidade chegar a ser menos de 2 até ao ultimo dia de Fevereiro.

§ unico. N'este caso os professores só vencerão a parte da gratificação correspondente ao tempo que leccionaram.

3º Se em trez annos consecutivos a escola se não abrir ou vier a fechar-se pelos motivos do artigo antecedente, a Camara ficará entendendo que o publico não se quer utilisar dos beneficios d'esta instituição, e a dará por isso como extincta.

(AHMA, Camara Municipal de Aveiro. Actas. 1866--1869, liv. 19, 1867.03.14, fl. 32-35v.).

ANEXO II

PETIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO 1893.06.28

A Camara resolveu representar ao Governo de S. Magestade sobre a utilidade da creação d'uma aula de desenho industrial no Azylo-Escola [...].

Senhor!

O Azylo-Escola do districto d'Aveiro que por Decreto de 24 de dezembro de 1892, passou para a administração da camara municipal da capital do mesmo districto, tem já officinas de diferentes artes e officios, digo, e industrias, - como a de marceneiro, a de alfaiate e outras, e a camara municipal do concelho d'Aveiro, no desempenho das obrigações que a lei lhe impõe, pretende alargar quanto possivel o ensino pratico n'aquelle instituto melhorando-o na parte que já está creada e ampliando-o pela creação de novas officinas. Só d'este modo, desenvolvendo largamente a aprendizagem simultanea de differentes artes, poderá aproveitar a aptidão dos alumnos e facilitar-lhes collocação e meios de existencia quando tiverem de deixar a escola, nun [fl. 118v.] ca perdendo de vista que o ensino mais vantajoso será sempre aquelle que lhes der entrada nas officinas das industrias mais largamente desenvolvidas na localidade.

Considerando que o Asylo-Escola até hoje nada fez com o fim de instruir os seus alumnos nas artes ceramicas, quando a proximidade de duas fabricas tão importantes como a de porcelana da Vista-Alegre e de faianças da Fonte Nova, onde concerteza se occupam mais de quatro centos operarios, naturalmente indicava essa arte como uma das que melhor poderiam garantir a futura collocação dos azylados; considerando mais o interesse d'essas mesmas industrias, não só nas referidas fabricas mas tambem fóra d'ellas, pois é sabido quanto n'esta região são numerosas as pequenas officinas de oleiro e quanto ao mesmo tempo escasseiam os operarios habilitados para esse mister; julgou a camara municipal d'este concelho de Aveiro que, em quanto não póde completar o ensino pratico dos azylados, prestaria bom serviço ao Azylo e á industria creando desde já uma aula de dezenho industrial que facilmente acreditaria os alumnos do Azylo como bons pintores e modeladores aproveitando ao mesmo tempo aos extranhos ao azylo pela admissão ás lições da escola d'um pequeno numero d'operarios, conforme a capacidade do edificio e as necessidades do ensino.

E tal foi o acolhimento que essa idéa encontrou no publico e nos interessados que logo foram offerecidos á camara importantes donativos para tal fim, sobressaindo, entre todos o da fabrica da Vista Alegre que põe á disposição do Azylo, por emprestimo, a mobilia, modelos, e mais material da escola de desenho que em tempo existiu na mesma fabrica, e concorre com 50:000 reis para a installação.

A importancia d'uma aula de desenho industrial no Azylo-Escola, onde a frequencia, que tantas vezes escasseia n'estes institutos, por ser obrigatória para os asylados com certeza se torna effectiva, as vantagens que d'ahi adviriam aos operarios instruidos no Azylo, aos extranhos que de tal beneficio quizessem aproveitar-se, e ás industrias particularmente á marcenaria e ceramica, que assim facilmente poderiam recrutar um bom pessoal, a exiguidade da despeza d'uma instituição, alias tão importante, pois o seu custeio será feito pelas forças do Azylo-Escola, dentro do seu orçamento, e pelos donativos particulares, - tudo nos leva a crer que teremos n'aquella escola uma creação duradoura, economica e fecunda.

Para facilital-a e para poupar ao Azylo Escola maiores des [fl. 119] pezas attendendo á provada utilidade da instituição e ás excepcionaes condições em que é estabelecida, a camara municipal do Concelho d'Aveiro vem respeitosamente pedir a Vossa Magestade que, para coadjuvar tão vantajoso emprehendimento, ordene pelos seus Ministros que Francisco Augusto da Silva Rocha, desenhador effectivo do quadro das obras publicas seja nomeado para em commissão reger uma cadeira de desenho industrial no Azylo-Escola Districtal d'Aveiro, sem prejuizo da sua collocação no quadro, vencimentos, gratificações, promoção e quaesquer outras vantagens inherentes aos empregados da sua cathegoria.

Pede a V. magestade a graça de deferir--lhe

E. R. Mcê.

(AHMA, Camara Municipal de Aveiro. Actas. 1891--1895, liv. 25, 1893.06.28, fl. 118-119.).

biblRIA

ANEXO III

INVENTÁRIO DO MATERIAL E MOBÍLIA PERTENCENTE À FÁBRICA DE PORCELANA DA VISTA ALEGRE

DESIGNAÇÃO DOS OBJECTOS

Gessos

Ornatos baixo relevo (fructos e flôres)	46
Perna e braço	2
Busto de mulher e homem juntos	1
Dorso pequeno d'homem	1
Dito de mulher	1
Estatua de menino	1
Bustos de meninos	2
Cabeça de menino	1
Pés	2
Pequeno braço	1
Busto de Venus	1
Anatomia	1
Estatua (o preguiçôzo)	1
Estatua de mulher	1
Perna de menino	1
Solidos brancos, em folha, sendo 1 cubo, 1 cone, 2 pyramides, 1 cylindro e um prisma	6

Mobilia

Quadro preto	1
Perspectographo d'arame	1

Livros d'estudo e estampas

Exemplares de figura	251
Exemplares de paizagem	203
Exemplares de ornato	96

Aveiro, 15 de Fevereiro de 1899

O Director [da Escola Fernando Caldeira]
António Rodrigues da Silva

(Arquivo da Escola Secundária Nº 1, «Inventario do material e mobilia pertencente á Fabrica de porcelana da Vista Alegre», *Escola Fernando Caldeira. Inventario de Livros. 1913-1914*, liv. 8).

NOTAS

* **Agradecimento** - Para a realização deste estudo, pude contar com o apoio de algumas pessoas e instituições. Pela importância do seu contributo, estou grato à Camara Municipal de Aveiro, ao seu presidente, Dr. Girão Pereira, pelo interesse manifestado desde início na sua realização, ao Conselho Directivo da Escola Secundária Nº 1, ao Dr. Amaro Neves, ao sr. Aurélio Guerra, ao Dr. Emanuel Cunha, ao Dr. Francisco Pinho, ao Sr. João Evangelista, ao Sr. Jorge Marques, ao Sr. Melo Freitas, pela colaboração na pesquisa documental. Não posso esquecer o precioso auxílio das funcionárias dos Serviços de Cultura da CMA, da Biblioteca Municipal e do Arquivo Distrital de Aveiro.

1. Joaquim Ferreira Gomes, *Estudos para a História da Educação no século XIX*, Coimbra, Livraria Almedina, 1980, p. 5.

2. *Idem*, «Situação actual da História da Educação em Portugal», *1º Encontro de História da Educação em Portugal. Comunicações*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 16-39.

3. Maria Filomena Mónica, «Nota introdutória», *Colóquio Educação e Sociedade*, nº 2, Fevereiro de 1993, p. 7.

4. *Idem, ibidem.*

5. Sérgio Montenegro Miguel Grácio, *Destino do ensino técnico em Portugal*, Lisboa,1992 [policopiada] (Biblioteca Nacional, S.C.68338V.).

6. Mário Alberto Nunes Costa, *O ensino industrial em Portugal de 1852 a 1900 (Subsídios para a sua história*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990, p. 15.

7. *Ensino técnico profissional. Recomendação adoptada para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris para a sua 18ª sessão, de 17 de Outubro a 23 de Novembro de 1974*, Lisboa, Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação, 1979. Veja, também, António de Almeida Costa, «A formação profissional e o sistema de ensino», *Política educacional num contexto de crise e transformação social*, Lisboa, Moraes Editores/Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1981, p. 133.

8. Joaquim da Silva Pereira, «Formação profissional escolar e extra-escolar», *Política educacional num contexto* [...] p. 123.

9. Nuno Rosmaninho, «História Local. O exemplo de Anadia», *Água Nativa*, nº 1, Anadia, Dezembro de 1991, p. 9.

10. *Idem, ibidem.*

11. João Augusto Marques Gomes, *Subsidios para a historia de Aveiro*, Aveiro, Typ. de *O Campeão das Provincias*, 1899, p. 239-248. *Idem*, «Ceramica aveirense - III. 1487-1922», *O Campeão das Provincias*, nº 6797, 1922.06.10, p. 2.

12. Cfr. *Diario do Governo*, nº 273, 1893.12.01, p. 3058.

13. *Commercio do Porto*, ano XLI, nº 190, 1894.08.12, p. 2, c. 6; *idem*, nº 191, 1894.08.13, p. 3, c. 1-2. Veja, também, *O Povo de Aveiro*, nº 762, 1894.08.12, p. 2, c. 2; *idem*, nº 763, 1894.08.16, p. 2. c. 1-3.

14. No *Districto de Aveiro* surgiram outros artigos sobre o mesmo tema assinados por José Soares de Figueiredo e Castro e Augusto Ferreira de Campos (Cfr. *idem*, nº 524, 1866.02.06, p. 2, c. 1-2; *idem*, nº 547, 1866.05.01, p. 2, c. 3-4.

15. Joaquim Ferreira Gomes, *Escolas industriais e comerciais criadas no século XIX*, sep. da *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Coimbra, 1978, p. 88. Este artigo seria reeditado em Joaquim Ferreira Gomes, *Estudos para a História da Educação no século XIX*, Coimbra, 1980, p. 73-145.

16. Foi professor do Liceu de Aveiro desde Julho de 1865 a Março de 1921 (Cfr. José Pereira Tavares, *História do Liceu de Aveiro*, Figueira da Foz, 1937, p. 19). Outros dados biográficos podem ser vistos em Inocêncio Francisco da Silva, *Diccionario Bibligraphico* [...], vol. 9, 1870, p. 167 e Eduardo Cerqueira, *op. cit.*, *infra*, nota 21.

17. Arquivo Histórico Municipal de Aveiro (AHMA), «Sessão do dia 14 de Fevereiro de 1867», *Municipalidade de Aveiro. Actas das sessões. 1866-1870*, liv. 19, fl. 29v. Sublinhados meus.

18. *Idem, ibidem.*

19. «Eschola Industrial», *Districto de Aveiro*, nº 630, 1867.02.19, p. 4, c. 1. Veja, também, «Escola Nocturna Industrial», *O Campeão das Provincias*, nº 1523, 1867.02.20, p. 4, c. 2.

bibRIA

20. *Districto de Aveiro*, nº 630, cit., *supra*, nota anterior.

21. AHMA, *Registo de toda a correspondencia recebida. 1867.1871, liv. 674, fl. 6v. Cfr. Officios de differentes auctoridades. 1867*, liv. 673, fls. inums.

22. Embora o documento citado na nota anterior tenha a data de 15 de Março, na acta da sessão de 14 de Março de 1867 lê-se: «sendo [o vereador Elias F. Pereira] auctorizado por esta Camara [...] de redigir a petição a Sua Magestade a fim de lhe ser concedido o edificio do Lyceu Nacional na parte restrictamente necessaria para se abrir uma escola industrial, nocturna, Sua Magestade Houve por bem Acceder aos desejos d'esta Municipalidade, concedendo-o. Em vista do que apresentava o mesmo vereador, para ser discutido e approvado» o regulamento da escola (AHMA, «Sessão do dia 14 de Março de 1867», *Actas* [...], liv. 19, fl. 32).

23. *Districto de Aveiro*, nº 697, 1867.10.15, p. 4, c. 1.

24. Cfr. *O Campeão das Provincias*, nº 1530, 1867.03.16, p. 1-2.

25. Sobre este professor é significativo o número de trabalhos biográficos publicados, todos de feição panegírica, bem ao jeito da *Oração funebre* [...], proferida pelo P.^{e}M. Rodrigues Vieira em 1882; entre outros, veja *O Povo de Aveiro*, nº 13, 1882.04.23, *O Campeão das Provincias*, nº 5235, 1903.04.22, p. 1, c. 3; A. G. da Rocha Madahil, «Vélhas poesias regionais. *A Salineira* de Bernardo de Magalhães», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. II, 1936, p. 15-20; José Tavares, «Aventuras de um aveirense ilustre», *idem*, vol. XV, 1949, p. 227-240 e 249-267; Eduardo Cerqueira, «Reevocação do poeta aveirense Bernardo Xavier de Magalhães. 1830--1882», *idem*, vol. XXXII, 1966, p. 209; Manuel Cruz Malpique, «O aveirense Bernardo Xavier de Magalhães. Aventureiro, poeta e professor», *idem*, vol. XXXVIII, 1972, p. 3-36.

26. AHMA, «Sessão de 21 de Março de 1867», *Actas* [...], liv. 19, fl. 36v.

27. O bacharel João José Pereira de Souza e Sá era professor proprietário da 4ª cadeira (História, Geografia e Cosmografia) (Cfr. José Pereira Tavares, *História do liceu de Aveiro* [...], p. 26).

28. João da Maia Romão era professor de Desenho, do liceu, desde 16 de Maio de 1861. Por morte do reitor do liceu, Cónego Oliveira Vidal, João da Maia Romão viria a assumir, interinamente, a reitoria (Cfr. *Idem*, *op. cit.*, p. 26, 36,). Possuía o curso da Academia das Belas Artes do Porto; foi funcionário das obras públicas e desenhou diversos edifícios públicos, religiosos e particulares da cidade na segunda metade do século.

29. *Districto de Aveiro*, nº 697, 1867.10.15, p. 4, c. 1.

30. Eduardo Ala Cerqueira, «Em Aveiro, há perto de um século, uma efémera escola técnica», *Litoral*, nº 89, 1956.06.16, p. 1 e 3. Na realização desse pequeno artigo, este autor seguiu o texto do *Regulamento* e os de algumas actas das sessões da câmara, tentando ultrapassar o nível da simples enumeração dos acontecimentos. A confusão referida terá sido gerada pelo facto de, em 12 de Março de 1868, a câmara ter inscrito no orçamento complementar uma verba de 120$000 reis referente a quatro professores (AHMA, «Sessão de 5 de Março de 1867», *Actas* [...], liv. 19, fl. 80v.).

31. AHMA, *Documentos de despeza. 1868*, liv. 365, 1868.03.21, nº 5.

32. AHMA, «Sessão de 8 de Fevereiro de 1867», *Actas* [...], liv. 19, fl. 71v.-72.

33. *Districto de Aveiro*, nº 697, 1867.10.15, p. 4, c. 1. O director da Escola, no documento referido no documento citado (Cfr. *supra*, nota 32) nomeia as cadeiras de forma diversa: *Gramática Portuguesa*, *Desenho Linear* e *Aritmética e Geometria*.

34. *Districto de Aveiro*, nº 630, 1867.02.19, p. 4, c. 1.

35. *Idem*, nº 698, 1867.10.18, p. 4, c. 1. Esta informação é corroborada pelo director da escola, em ofício dirigido à câmara, após o encerramento da escola: «que as lições que tiveram logar na eschola desde o principio do anno lectivo até ao seu encerramento foram duas por semana, de duas horas cada uma em cada aula, vindo por isso a haverem seis lições por semana como mandava o respectivo regulamento» (AHMA, *Officios de differentes auctoridades. 1868*, liv. 675, 1868.03.24, fl. inum).

36. *Districto de Aveiro*, nº 736, 1868.03.20, p. 4, c. 1. Sublinhados meus.

37. *O Campeão das Provincias*, nº 1632, 1868.04.11, p. 4. c. 2. Sublinhados meus.

38. *Ibidem*.

39. Os restantes elementos da direcção municipal eram: Agostinho José Duarte Pinheiro e Silva (vice-presidente); Bernardo Xavier de Magalhães; Manuel Rodrigues Simões; João Pedro Amador; João António Dias e o polémico João Gonçalves Neto (*Actas* [...], liv. 19, fls. 76-76v.).

40. AHMA, «Sessão do dia 5 de Março de 1868» [...], liv. 19, fl. 78v. Numa carta dirigida ao governador civil, é indicado o dia 22 de Fevereiro (Cfr. *Livro de Registo dos ofícios dirigidos a diferentes autoridades*, liv. 558, fl. 33). Sobre a recusa do orçamento, veja a carta do governador civil, liv. 863, 1867.11.14, fl. inum).

41. *Ibidem*.

42. AHMA, «Sessão do dia 26 de Fevereiro de 1868» [...], liv. 19, fl. 77v. Veja, também, a carta «Para o Director da Escola industrial nocturna d'Aveiro», *Livro de registo* [...], liv. 558, fl. 30.

43. AMHA, «Sessão do dia 5 de Março de 1868» [...], liv. 19, fl. 79.

44. *Ibidem*.

45. *Idem*, sessão cit., fls. 79-79v.

46. *Idem*, sessão cit., fl. 82. Sublinhados meus.

47. AHMA, «Para João José Pereira de Sousa e Sá», *Livro de registo* [...], liv. 558, 1868.03.21, fl. 35v-36.

48. *Districto de Aveiro*, nº 740, 1868.03.20, p. 4, c. 1.

49. «A despeza provavel d'esta creação talvez exceda a cifra de 300$000 reis, verba avultada para as forças da camara» (*O Campeão das Provincias*, nº 1592, 1867.10.19, p. 4, c. 3).

50. Joaquim Ferreira Gomes, *apud* Jaime Reis, «O analfabetismo em Portugal no século XIX: uma interpretação», *Colóquio Educação Sociedade*, nº 2, 1993, p. 20.

51. AHMA, «Governo Civil. Officio nº 555», *Livro de officios*, liv. 863, 1868.05.23, fl. inum. Acrescenta o referido texto: «E como da prolongação do actual estado de cousas resulta a retardação d'um grande beneficio á instrucção popular da localidade, e possa resultar a perda dos subsidios recebidos já do Governo, já da munificencia do nobre Conde de Ferreira com grave prejuiso do municipio, julgo do meu rigoroso dever chamar a especial attenção de VS^{a}. e da Camara a que preside para este momentoso assumpto, e recommendo-lhe que se habilite a continuar e concluir as referidas casas escolares [...]». Sobre o valor e condições do legado do filantropo Conde Ferreira, veja AHMA, «Sessão do dia 19 de Junho de 1867», *Actas* [...], liv. 19, fls. 42v.-43v.

52. *Districto de Aveiro*, nº 463, 1865.07.18, p. 1, c. 1.

53. O *Districto de Aveiro* foi fundado por José Estêvão no contexto da rivalidade eleitoral que o opunha a Manuel Firmino de Almeida Maia e ao seu jornal, *O Campeão das Provincias* (Cfr. Rangel de Quadros, *Aveiro. Apontamentos historicos*, vol. VIII: *Imprensa e jornais. 1835-1901*, Aveiro, p. 42, 109-111 [compilação de artigos de jornais. Biblioteca Pública Municipal de Aveiro, 1070-QDR).

54. «Censores municipaes - I», *O Campeão das Provincias*, nº 1501, 1866.12.01, p. 1, c. 1. Sobre o mesmo assunto, veja os três números seguintes.

55. Manuel Firmino votou a reforma na generalidade; no entanto, manifestou-se contra o 1º capítulo que previa a eliminação do distrito (*O Campeão das Provincias*, nº 1617, 1868.01.18, p. 1, c. 2-5). Já antes afirmara: «A vereação representou contra esta proposta, e eu como deputado votei contra ela [...]. Como consequência necessaria da extincção do districto, veio o engrandecimento do concelho. Desejei-o mas sem o prejuiso dos concelhos de Ilhavo e Vagos, cuja existencia respeitei» (*apud* João Augusto Marques Gomes, *Cincoenta annos de vida publica. O conselheiro Manuel Firmino d'A. Maia*, Aveiro, Typ. de *O Campeão das*

biblRIA

Provincias, 1899, p. 537). Veja, também, deste autor *O Districto de Aveiro* [...], Coimbra, Imprensa da Universidade, 1877, p. 24-25 e 103.

56. *O Campeão das Provincias*, nº 1613, 1868.01.04, p. 1, c. 3. Veja, também, os nºs. ss. Marques Gomes testemunha esses acontecimentos: «Travou-se renhida lucta em todo o concelho que se ia constituir, e os inimigos politicos de Manuel Firmino aproveitando-se da circunstancia d'elle ser ministerial, concitaram contra s. exª especialmente os descontentes dos dois concelhos extinctos, que eram por assim dizer a totalidade dos seus eleitores, mas nem assim conseguiram vencer a eleição» (*Idem*, *Cincoenta annos de vida publica* [...], p. 536).

57. Sobre este movimento veja, Jorge Fernandes Alves, «Rodrigues de Freitas: entre a «Janeirinha» e o «31 de Janeiro», *Estudos de História Contemporânea Portuguesa. Homenagem ao Professor Victor de Sá*, Lisboa, 1991, p. 337-390.

58. *Idem*, *op. cit.*, p. 382. Não foi possível saber qual a posição do *Districto de Aveiro* sobre esta matéria, por se acharem indisponíveis os volumes conservados na Biblioteca Municipal do Porto.

59. Em 14 de Janeiro são publicados: um decreto que dissolve a câmara dos deputados e convoca cortes gerais para 27 de Abril; um decreto que declara sem efeito a lei de 10 de Junho de 1867, que criara o «imposto de consumo»; um decreto que declara sem efeito a lei de 26 de Junho de 1867, restabelecendo o código administrativo e mais legislação anterior, anulando a última divisão administrativa, e ainda uma portaria que ordena o restabelecimento das conservatórias extintas, pela supressão dos concelhos. (Cfr. *Diario de Lisboa*, nº 11, 1868.01.15).

60. *O Campeão das Provincias*, nº 1620, 1868.01.29, p. 1, c. 1. Sobre o pai dos conhecidos Jaime e Sebastião de Magalhães Lima, os testemunhos biográficos existentes são, como na maioria dos casos, marcados por um carácter a-crítico e encomiástico; enumeram as virtudes públicas e os «melhoramentos locais» da sua responsabilidade. Veja *O Campeão das Provincias*, nº 11, 1902.03.22, p. 1, c. 4-5; *idem*, nº 5228, 1903.03.25, p. 1, c. 4-6 e Francisco Ferreira Neves, «Sebastião de Carvalho e Lima, aveirense notável», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, nº 27, 1961, p. 159-160. Sebastião de Carvalho Lima, nasceu em Eixo. Partiu para o Brasil com cerca de 13 anos de idade, «onde seguiu a vida commercial com notável exito». Regressaria a Portugal em 1854 e, dois anos depois, estabeleceu-se em Aveiro, onde construiu o seu palacete da Rua do Carmo, concluído em 1858. Em 1857 colaborou na fundação da Caixa Económica de Aveiro. Em 1864 foi eleito deputado por Águeda. Era, então, já um dos maiores proprietários da região de Aveiro, um dos maiores contribuintes do concelho. Ainda voltaria a presidir a Câmara em 1870-1871, 1876-1877 e 1884.

61. João Augusto Marques Gomes, *Cincoenta annos de vida publica* [...], p. 541.

62. *O Campeão das Provincias*, nº 1622, 1868.02.05, p. 1, c. 2.

63. *Idem*, nº 1627, 1868.02.22, p. 1, c. 1. Veja, também, o número seguinte.

64. *Idem*, nº 1621, 1868.02.01, p. 1, c. 2.

65. Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e caciquismo no Portugal oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel, col. «Memória e Sociedade», 1991, p. 29.

66. *Idem*, *op. cit.*, p. 153-154.

67. *Idem*, *op. cit.*, p. 13. Sobre esta questão, veja, especialmente, p. 158-167.

68. *O Campeão das Provincias*, nº 1622, 1868.02.05, p. 1, c. 2. Sublinhados meus.

69. *Districto de Aveiro*, nº 464, 1865.07.20, p. 1, c. 2.

70. *Idem*, nº 1612, 1868.01.01, p. 2, c. 1. Sublinhados meus.

71. *Idem*, nº 1530, 1667.03.16, p. 1, c. 3-4. Sublinhados meus. Entre outras medidas para relançar a indústria no nosso país, J. M. Ponte e Horta defendia «escolas para todas as povoações do reino, escolas primarias para todos os cidadãos portuguezes e para ambos os sexos, escolas onde com as noções da escripta, da leitura e da moral *se aprenda o desenho, a geometria e a contabilidade, pois taes são os fundamentos da educação profissional* (*Relatorio sobre a Exposição Internacional do Porto*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866, p. 136). Sublinhados meus.

72. S., «Ensino agricola», *Districto de Aveiro*, nº 585, 1866.09.11, p. 1, c. 6. Esse decreto regulamenta o ensino profissional da agricultura, silvicultura e veterinária. O artigo referido diz: «Somente se crearão quintas especiaes de ensino agricola nas localidades em que as juntas geraes de districto ou camaras municipaes promptificarem os terrenos convenientes para se estabelecerem as mesmas quintas, ficando a cargo do governo as despezas de pessoal e exploração» (*Diario de Lisboa*, nº 1, 1865.01.02).

73. *Idem*, *ibidem*.

74. Gaspar Martins Pereira, «Aprender a arte. Sobre o aprendizado nas fábricas e oficinas segundo um inquérito de 1866», *Estudos de História Contemporânea Portuguesa. Homenagem ao Professor Victor de Sá*, Lisboa, 1991, p. 331-332. Veja os documentos remetidos pelo Governador Civil de Aveiro ao seu homólogo do Porto, p. 345-3347.

75. *Idem*, *ibidem*.

76. *O Campeão das Provincias*, nº 1087.11.29, p. 4, c. 1.

77. *Ibidem*.

78. A informação sobre o Inquérito de 1865 foi retirada de Lucília Caetano, «Contributo para a história da «Industrialização» no distrito de Aveiro», *Revista Portuguesa de História*, t. XXV, 1990, p. 103-157.

79. Em 1867, a fábrica foi tomada de arrendamento por Pedro Marques (Serrano) a José Maria Branco de Melo (Arquivo Distrital de Aveiro, not. José Leite Ribeiro, liv. 71, 1861.02.19, fls. 53v.-55). Agradeço esta informação ao Sr. Jorge António Marques. Ainda que seja muito pouco o que se sabe sobre esta fábrica, veja Manuel Ferreira Rodrigues, «A Industria Cerâmica em Aveiro (Final do Séc. XIX - Início do séc. XX). Contribuição para o seu estudo», *Revista Portuguesa de História*, t. XXV, Coimbra, 1990, pp. 163-167; *idem*, «A pintura de azulejos em Aveiro (1882-1942). Uma abordagem global», *Boletim Municipal de Aveiro*, nº 17, 1991, p. 30-31.

80. A situação dessa saboaria está incorrecta; foi estabelecida próximo de Vilar. Não me foi possível localizar a sociedade constituída entre José Fernandes Melício e António Taveira Pinto. A inauguração da Fábrica da empresa Taveira & Melício verificou-se em 7 de Janeiro (*O Campeão das Provincias*, nº 1098, 1863.01.10, p. 4, c. 1; *idem*, nº 91, 1902.01.08, p. 1, c. 6).

81. A fábrica seria estabelecida por M. Frewheerd na «quinta do sr. Valle Guimarães perto de S. Thiago, junto á ria» (*O Campeão das Provincias*, nº 1162, 1863.08.29, p. 4, c. 2).

82. As informações das *Actas das sessões da Commissão de Inquerito* sobre a Fábrica da Vista Alegre, seriam parcialmente publicadas por *O Comércio do Porto* e transcritos pel'*O Campeão das Provincias*, nº 1408, 1866.01.20, p. 4, c. 2.

83. Conselho Geral das Alfândegas, *Actas das sessões da Commissão de Inquerito*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865, p. 241.

84. *A Imprensa*, nº 115, 1857.09.04, p. 4, c. 2.

85. Vasco Valente, *Porcelana Artística Portuguesa*, Porto, s.e., 1949, p. 55-57.

86. «A machina a vapor, collocada na officina de trituração [...], foi feita em Lisboa por Bachelay. Tem duas caldeiras de fogo central e força de 14 cavallos. Foi assente em 1865 por Daniel Werlong, artista de raro merito com o curso de artes e officios de Paris, que durante alguns annos dirigiu a officina de serralheria da fabrica. A chaminé que dá vasão ao fumo das caldeiras tem 14^m de altura e foi construida em 1879, por operarios do estabelecimento» (João Augusto Marques Gomes, «Real Fabrica da Vista Alegre. II», *A Locomotiva*, nº 3, 1883.05.19, p. 2, c. 4).

CÓPIA

87. David Justino, *A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810-1913*, vol. 1, Lisboa, Vega, col. Documenta Historica», nº 10, 1989, p. 141.

88. Cfr. AHMA, *Actas* [...], liv. 19, fl. 83. São muitos os testemunhos sobre as precárias condições de vida da população, embora algumas vezes empoladas por conveniências várias.

89. David Justino, *op. cit.*, p. 164-165. Este historiador considera tratar-se «de uma não poupança apresentada quase como uma antipoupança em favor da realização de uma reserva de valor por via do consumo, para mais «symbolo de riqueza», elemento de ostentação».

90. *Districto de Aveiro*, nº 395, 1865.01.24, p. 2, c. 1-2. Em 1866, esta instituição publicava uma lista de objectos de ouro e prata para venda, com indicação do respectivo valor (num total de 225$520 reis de ouro e 43$350 em prata), «por se terem ha muito vencido as letras que eles garantem, sem que os seus donos as tenham vindo pagar ou reformar» (*O Campeão das Provincias*, nº 1504, 1866.12.12, p. 4, c. 4-5).

91. D. Luís de Castro, *Credito agricola democratico*, Lisboa, 1911, p. 24. A Caixa Económica de Aveiro fora criada pelo governador Civil Nicolau Anastácio de Bettencourt, que «instituira já outra numa das ilhas do archipelago açoriano, em Angra do Heroismo, donde era oriundo» (Costa Goodolphim, *As caixas economicas*, Lisboa, 1880, p. 24-25).

92. *O Campeão das Provincias*, nº 4942, 1900.01.06, p. 1, c. 3.

93. Decreto de 1864.12.20, *Diario de Lisboa*, nº 1, 1865.01.02.

94. *Idem, ibidem.* Sublinhados meus

95. Jaime Reis, *O atraso económico português* [...], p. 228, nota 2. Veja este artigo em *Colóquio Educação e Sociedade*, nº 2, 1993, p. 36, nota 2.

96. Não pude ainda ter acesso aos elementos da *Estatistica da Instrução Primaria (1863-1864)*, Lisboa, 1867.

97. «Hontem apresentou-se ao sr. presidente da camara uma commissão de homens da freguesia de Esgueira, pedindo-lhe que mandasse abrir a aula nocturna alli, aula que com grande aproveitamento já alli existiu e que a camara no seu desejo de diffundir a instrucção pelas classes desvalidas estabeleceu e stipendiou, mas que havia sido suspensa pela saida do professor interino» (*O Campeão das Provincias*, nº 1606, 1867.12.07, p. 4, c. 3).

98. «Abriram-se já 36 cursos nocturnos n'este districto, matricularam-se 1:461 alumnos; sendo 19 regidos gratuitamente pellos professores publicos sem prejuiso das aulas diurnas; 15 com prejuiso d'algumas aulas, e dois com gratificação paga pelas respectivas camaras» (*O Campeão das Provincias*, 1524, 1867.02.23, p. 4, c. 3). O mesmo jornal referia o interesse da população [masculina] de Travassô, com 180 fogos, pela «aula nocturna» regida pelo padre Camelo (*idem*, 1519, 1867.02.06, p. 4, c. 2).

99. *Ibidem.*

100. Jaime de Magalhães Lima, *Elogio de Edmundo de Magalhães Machado lido na Associação Commercial de Aveiro*, Aveiro, Minerva Central, [1900], p. 30-31.

101. Cfr. AHMA, *Actas* [...], liv. 22; veja, especialmente, fls, 148, 150, 169-170; *idem*, liv. 23, fls. 139-140; *idem*, liv. 24, fls. 153v.-154.

102. *O Campeão das Provincias*, nº 10, 1901.03.16, p. 1, c. 4. Para a sua instituição, parece ter sido decisiva a intervenção do Bispo-Conde D. Manuel Correia de Bastos Pina (1830-1913). Veja, também, *O Povo de Aveiro*, nº 667, 1893.09.10, p. 2, c. 1. Sobre o seu encerramento, em 1910, veja *O Correio do Vouga*, nº 35, 1910.10.16, p. 2, c. 3 Cfr. *Catálogo-Almanach da Imprensa Aveirense. Edição para 1884*, p. 21.

103. «Colegio de Nossa Senhora da Apresentação», *O Campeão das Provincias*, nº 5279, 1903.09.23, p. 2, c. 3-4.

104. *Districto de Aveiro*, 1865.03.18, p. 1, c. 2-3.

105. João Augusto Marques Gomes, *O Districto de Aveiro* [...], p. 19.

106. José-Augusto França, *O Romantismo em Portugal. Estudos de factos socioeconómicos*, vol. I, Lisboa, Livros Horizonte, 1974, p. 10.

107. Joaquim Martins de Carvalho, «Interesses industriaes», *O Conimbricense*, nº 3803, 1884.01.29, p. 1.

108. Estou grato ao Sr. Melo Freitas por me ter permitido a consulta deste jornal, dirigido por Carlos Faria, em que colaboraram diversas figuras de relevo local e ibérico. Contrariamente ao que tem sido afirmado, não era um «órgão dos empregados do Caminhos de Ferro Portugueses (Cfr. António Zagalo Santos, «Imprensa periódica do distrito de Aveiro», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IX, 1943, p. 129), mas um jornal com informações várias (horários de comboios, hoteis, etc.) para ler em viagem, nos comboios; o título resulta do facto da locomotiva ser tida como símbolo do «Progresso». O primeiro número saiu em 1883.05.15; terminaria com o nº 110, em 1884.02.02.

109. Em 1884 dizia Joaquim Martins de Carvalho, em *O Conimbricense*: «em Guimarães e Aveiro trata-se de pedir a creação de *escólas industriaes*; e n'esta ultima localidade tem tomado a peito esse objecto o nosso collega da *Locomotiva*» (*Idem, op. cit.*).

110. Carvão [pseudónimo], «A Eschola Industrial», *A Locomotiva*, nº 107, 1883.13.29, p. 2, c. 2.

111. Joaquim de Vasconcelos, *Ceramica Portugueza. Serie II. Historia da Arte em Portugal (4º estudo)*, Porto, Typ. Elzeviriana, 1884, p. 104.

112. *Idem, ibidem.*

113. Sobre esta fábrica veja Manuel Ferreira Rodrigues, «A Industria Cerâmica em Aveiro [...], p. 167-174.

114. Joaquim de Vasconcelos, *op. cit.*, p. 96.

115. Carvão, *op. cit.*, c. 3.

116. *Ibidem.*

117. Cfr. *Inquerito Industrial de 1881. Inquerito directo. Segunda parte. Visista ás fabricas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, p. 19-20.

118. Joaquim Ferreira Gomes, «Escolas industriais e comerciais [...], p. 105.

119. *Idem, op. cit*, p. 107.

120. AHMA, «Sessão do dia 6 de março de 1884», *Actas* [...], liv. 22, fl. 246v.

121. *Ibidem.* Sublinhado meu.

122. AHMA, «Sessão do dia 7 de novembro de 1889», *Actas* [...], liv. 24, fl. 133.

123. Cfr. AHMA, *Actas* [...], liv. 23, fl. 174v.; *idem*, liv. 25, fls. 67, 91-91v e 97v. Sobre a criação do Asilo, veja, *O Campeão do Vouga*, nº 480, 1856.12.21, p. 2-3; veja, também, *O Campeão das Provincias*, nº 993, 1862.01.04, p. 1, c. 5; *idem*, nº 994.

124. Cfr. *O Povo de Aveiro*, nº 629, 1893.04.30, p. 2, c. 4.

125. AHMA, *Livros de officios de differentes auctoridades*, liv. 715, 1893.11.14, fls. inums.

126. Mário Alberto Neves da Costa, *op. cit.*, p. 97.

127. Cfr. *O Povo de Aveiro*, nº 643, 1893.06.18, p. 2, c. 1; *idem*, nº 647, 1893.07.02, p. 1, c. 5.

128. Cfr. AHMA, *Actas* [...], 1892.12.22, fls. 85.87. Veja, de Elias Fernandes Pereira, «Breves reflexões. A proposito do projecto de reforma de instrucção secundaria, lido na Camara dos Srs. Deputados, em uma das suas sessões de novembro de 1894», *Revista dos Lyceus*, 4º ano, Porto, 1894, p. 367-382; 418-442.

129. Cfr. *Representação approvada no comicio que em 3 d'Abril de 1893 se realisou na cidade de Aveiro com o fim de pedir o estabelecimento de um serviço de dragagens na ria da mesma cidade*, Aveiro, 1893. Estou grato ao Sr. Dr. Francisco Pinho por me ter facultado a cópia dos documentos relativos ao processo referido.

bibRIA

SINOPSE CRONOLÓGICA
1867 - 1893

1866 O governador civil, João Silvério de Amorim da Guerra Quaresma, propôs «que no orçamento districtal se inserisse a verba de 800$000 réis com destino á aquisição dos terrenos necessarios para o estabelecimento de *uma quinta especial de ensino agricola*, nos termos do artº 5º do decreto de 29 de dezembro de 1864» (S., «Ensino agricola», *Districto de Aveiro*, nº 585, 1866.09.11, p. 1, c. 6).

1867.02.14 O vereador Elias Fernandes Pereira propõe à Câmara Municipal de Aveiro (CMA) a criação da **Escola Industrial d'Aveiro**. A proposta foi aprovada, e referido vereador ficou encarregado de redigir um pedido de autorização para utilização das instalações do liceu, onde ficaria sediada a escola (AHMA, *Camara Municipal de Aveiro. Actas*, liv. 19, fl. 29v.).

1867.03.14 O vereador Elias Fernandes Pereira apresenta o *Regulamento* de funcionamento da Escola Industrial de Aveiro (*Idem*, 32-35v).

1867.03.15 A Direcção Geral da Instrucção Pública autoriza a utilização de uma sala do Liceu de Aveiro (AHMA, *Officios de differentes auctoridades. 1867*, liv. 673, fl. inum).

1867.03.21 A CMA aprova a proposta de nomeação do corpo docente da escola, apresentada por Elias Fernandes Pereira: *Português* - João José Pereira de Souza e Sá; *Desenho Aplicado às Artes* - João da Maia Romão; *Francês* - Bernardo Xavier de Magalhães e *Geometria Plana*, que seria leccionada pelo vereador proponente (AHMA, *Camara Municipal de Aveiro. Actas. 1866-1870*, liv. 19, fl. 36v.).

1867.10.15 Início das aulas, com 72 alunos (*Districto de Aveiro*, nº 697, 1867.10.15, p. 4, c. 2).

1867.11.05 Nomeação de José do Nascimento Correia, como funcionário da escola.

1868.03.05 A CMA elimina a verba dedicada ao curso industrial nocturno (AHMA, *Actas* [...], liv. 19, fl. 82).

1868.03.20 A nova vereação da CMA notifica o director da Escola Industrial de Aveiro da decisão do Conselho do Distrito, de fechar a escola criada pela direcção anterior (*Distrito de Aveiro*, nº 740, 1868.03.20, p. 4).

bibRIA

1882.06.12 O *Grémio Aveirense* promove, em homenagem ao Marquês de Pombal, a Exposição Distrital de Aveiro. Tenta, sem sucesso, a criação de uma escola industrial (*A Locomotiva*, nº 107, 1884.01.26, p. 2, c. 2).

1883. A Fábrica de Porcelana da Vista Alegre e a Fábrica de Louça da Fonte Nova fazem esforços conjuntos para a criação de uma escola industrial (Joaquim de Vasconcelos, *Ceramica Portuguesa*, Porto, 1884, p. 105).

1884.03.06 A CMA pede ao governo a criação de uma escola industrial (AHMA, *Actas* [...], liv. 22, fl. 246v.).

1889.11.07 A CMA renova o pedido oficial de «creação d'uma escólla industrial em Aveiro» (AHMA, *Actas* [...], liv. 24, fl. 133.).

1892.06.28 A CMA solicita ao governo a criação de uma *Aula de Desenho Industrial* nas instalações do Asilo-Escola Distrital, a fim de ali serem ministrados conhecimentos relacionados com a indústria cerâmica (AHMA, *Actas* [...], liv. 25, fls. 118-119).

1892.12.24 O Asilo-Escola do distrito de Aveiro passa para a administração da Câmara Municipal de Aveiro, quando já possuía oficinas de marcenaria, alfaiataria e outras (AHMA, *Actas* [...], liv. 23, fl. 174v.; *idem*, liv. 25, fls. 67, 91-91v. e 97).

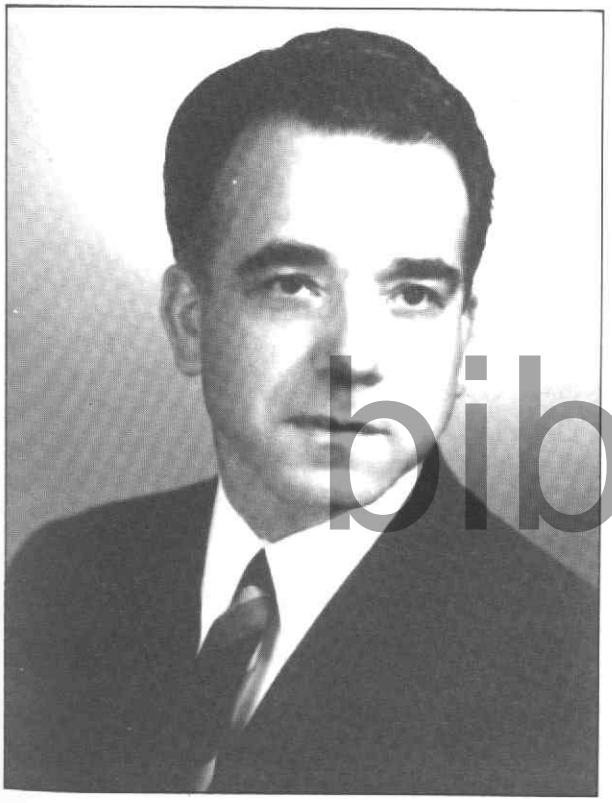
1893.08.20 Bernardino Machado, ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, desloca-se a Aveiro com o fim de inaugurar o Farol da Barra. Visita, então, as fábrica da Fonte Nova e da Vista Alegre, onde prometeu, aos seus proprietários a criação de uma escola de desenho industrial em Aveiro (Marques Gomes, *Subsídios para a história de Aveiro*, 1899, Aveiro, p. 248).

1893.10.28 Criação da **Escola de Desenho Industrial** (*Diario do Governo*, nº 273, 1893.12.01).

1894.08.11 **Inauguração solene** (*O Povo de Aveiro*, nº 762, 1894.08.12, p. 2, c. 2).

Zé Portugal

João Evangelista Campos



José A. Costa Portugal

Há, ainda, muita gente que conheceu o Zé Portugal, alfaiate-costureiro (como ele, a si próprio se reclamava), que teve a sua oficina na Rua de Coimbra. Mais tarde, para a Avenida Central (hoje do Dr. Lourenço Peixinho) transferiu a sua oficina e anexou-lhe um estabelecimento de camisaria que, ainda hoje, existe e é explorado por suas filhas.

Era um profissional muito competente e especializado na confecção de fardas e fatos de cerimónia.

É minha convicção de que parte das pessoas que o hajam conhecido não saibam que ele tinha a sua veia poética, e era um aveirense dos de quatro costados.

Depois de eu já ter publicado no "Litoral" algumas das ACHEGAS PARA A HISTORIOGRAFIA AVEIRENSE, o Zé Portugal, para me demonstrar o interesse que tinha pelo que passava na nossa cidade, ofereceu-me alguns dos seus trabalhos poéticos, feitos anteriormente à publicação das minhas ACHEGAS, oferta que recebi com muito interesse e guardei com muito carinho, aguardando oportunidade de, deles, dar conhecimento público.

Por gentileza dos responsáveis pelo Boletim Municipal de Aveiro e do Assessor Cultural da C.M.A., tenho, agora, possibilidade de dar a conhecer ao público, que se interessa pela história da nossa terra, as referidas poesias; e faço-o com muito prazer, e julgo prestar, desta forma, homenagem a um cidadão que, modesto embora, soube aliar à sua veia poética o amor à sua terra.

Nas quadras **Da Gente do meu Bairro**, o Zé Portugal aprecia e elogia as qualidades da gente simples da Beira-Mar; no poema **Recordando – Revivendo**, conta costumes e factos passados na nossa cidade; e no **Do meu mundo,** descreve, com muito conhecimento, o trabalho árduo dos salineiros.

Afastando-se dos assuntos referentes a Aveiro, mostra-nos em **Aos bem instalados na vida** os seus bons sentimentos e a sua alma bem formada.

Seguem-se os versos:

DA GENTE DO MEU BAIRRO

Gente simples da Beira-Mar

Gente boa do meu bairro
Fidalga no respeitar...!

Com forte crer escutaste
Teu Deus...! Teu Senhor...!
Por seu espírito animada
Nutres carinho e amor
Ainda alívio para a dor

Por tal mui apreciada...!

bibRIA

Gente pobre em haveres
Mas rica de sentimento
Eleva-se por amor ao próximo
Tem carinho p'ró lamento

Gente digna por sincera
Que mui raro usa o não
Gente que sente prazer
De ao próximo bem fazer
Em momentos de aflição

Gente que reza com fé
Gente enorme em devoção
O testemunham seus olhos
Quanto lhe vai no coração

Gente alegre quando em festa

Gente que fala a cantar...
Por orgulho...? Por vaidade...?
Por sua simplicidade...?

Que importa... se é
Gente pura bem humana
Com quem se pode contar...!

Por tal muito lhe quero
Por tal a continuarei amar
Esta gente de quem descendo...!
Gente boa do meu bairro
Gente simples da Beira-Mar

Aveiro, 23 de Abril de 1970

bibRIA

DO MEU MUNDO

Manhã alta
Ria acima
Segue garbosa
Pequena bateira
Em remada vigorosa
Cadenciada

Deslizando ligeira
Sobre águas cristalinas
Dos canais da nossa Ria
A caminho das salinas

Chegados!...

O começo de toda uma azáfama

Marnoto mor
Inicia sua actividade
Com uma espreitadela
Por toda a propriedade

Tudo lhe parece em beleza

Algibebes — caldeiros
Talhos — cabeceiros

Partes de baixo e de cima

Nada escapou ao olho
Do prático da salina

Se necessário
Consoante a pressão
Do salgado

Pega o marnoto no galho
E ei-lo a ogalhar
Enquanto contratados

De toda uma mão
Rida na véspera
O sal iriam tirar

Desconhecem-se tréguas
Não se pode descansar

Nova colheita
De uma outra mão
Se iria iniciar

Vai o marnoto quebrando
Outros a razoila manejar
Um ou outro encimando
Deixando o sal a enxugar

Dignos de serem apreciados
Espectaculares movimentos
Cadenciados — precisos
D'homens — torrados — secos
Atléticos — musculosos

Que mais se assemelham
A exercícios físicos

Entretanto
Astro Rei a pino
Os meios a salgar

De pronto o marnoto
De olho certeiro
Empunhando pequena pá
Vai abrindo o tabuleiro

Enquanto os restantes
Um tanto de sofreguidão
Devorando magra refeição

Segue pequena sesta
À sombra do palheiro
Num sono reparador...

Marnoto mor
Que não dorme

Finda a sua tarefa
Surge como despertador

Sem grande alarde
Clama — é gentes
Vamos que se faz tarde

Vou tragar uma bucha
E vou já quebrar

Tirem aquele sal
Que teve tempo de secar
Ireis rer toda a mão
O Zé que vá imoirar
Eu alimentarei
Algibebes e caldeiros

Na maré da madrugada
Tomo águas prós viveiros

Assim chegados ao fim
Duma rude labuta
Melhor diria
Heróica do dia a dia
Durante todo o estio
Prestes a acabar

Entretanto para fazer

Montes arrumar, bater,
Com bajunça cobrir
com lama chapear

Dias curtos e frescos
Nada poderão adiantar
Chegadas também as chuvas
Pró fim da safra ditar

Aveiro, 28 de Outubro de 1972

RECORDANDO — VIVENDO

Oh! Aveiro
Berço querido...!

Recordar de ti
Dum passado longínquo
dos meus tempos de criança

Algo a meu jeito sinto
Como pesada herança

Ainda que da tenra idade

Um não sei quê d'estranho
Envolto de sentida saudade

Oh! Aveiro querido
Acaso houveras esquecido
Quanto não volta mais...!

D'entregas, foguetório, alegrias,
As boas festas a parceiros
Das consoadas as bacalhoadas
Filhoses, licores e castanhas
D'um sabor que nem nozes
Bem regadas com jeropigas

Exuberantes alegrias
Em apreciados arraiais
Como a festa da Barra
Nossa Senhora da Saúde
Nossa Senhora das Dores
O santo das pentilheiras
Como eram apreciadas
Do milagreiro São Gonçalinho
Suas disputadas cavacas
Da Nossa Senhora das Febres
Suas típicas cavalhadas
Do Entrudo — rusgas — folias

Apreciadas batalhas de flores
Famosos bailes do Carnaval

Com agrado recordo
Quarta-Feira de Cinzas
A secular Feira de Março
O que d'algum modo acontecia
Da existente rivalidade
Entre amantes da Patela
E os da Banda Amizade
Também dos grupos teatrais
Que à cena levaram obras tais
Com o Moleiro Del Alcalá
Cavalaria Rusticana
O Burro do Senhor Alcaide
A Mascote etecetera
Sem esquecer revistas
Como a Caldeirada
Ao Cantar do Galo
O Molho de Escabeche
Ainda Aveiro em foco
Como apreciados eram
Em noites de farra
Concorridos banhos santos
Em vésperas de São João
Nos largos areais da Barra
Relembrar os entusiasmos

Das touradas das regatas
Rijas provas de natação
Em teus canais disputadas

Um mundo d'actividades
A contentos dos cagaréus
Alimentadas ilusões
Que por fim desiludios
Apenas ficaram sentindo
Profundas saudades

Recordar vida saudosa
Do dia a dia familiar
Das gentes da Beira-Mar
Entregas do Santíssimo
Ou do Senhor do Bendito
Com contradanças e folia
Ainda das procissões
Ou das novenas de Maria...
Como não recordar d'emoção
De cada Páscoa
O tradicional folar
Nossa Senhora d'Alumieira
O saudoso Padre Pedro
Nos intervalos da marcha
Continência a Dom Carlos
Sob majestoso pálio
Na cauda da procissão
Acompanhado ao rufo da caixa
Da Banda José Estêvão
Com sua potente voz baixa
Entoando Glórias ao Pai
Com verberosos aleluias
Anunciando a ressurreição

bibRIA

Quem saudades não terá
De toda uma azáfama
No cais dos mercantéis?...
Quem não haja presenciado
Em loucos movimentos
Tuas gentes piscatória
Em dias de bom pescado?...

Hábeis mãos d'empilhadeiras
Plenas de arte e magia
Que sem perda de tempo
Nem pra magra refeição
Com apreciada alegria
No cumprir suas tarefas
Dilatavam dias de Verão
À mortiça luz do archote
Que em graça espectacular
Irradiavam viva vida
Onde hoje
A morte parece reinar

Do tal me sinto penoso
Pois comparando do hoje
Com que do ontem longínquo
Consciente o afirmo
O quanto de diferente
Da conduta ao respeito
Dessa saudosa gente
Que se firmavam enormes
Mesmo quando no sofrer
Que por assim havido ser
No ontem muito os respeitava

No hoje mui veneradamente
Lhes rendo póstuma homenagem
E deles me apraz descender

Aveiro, 20 de Novembro de 1972

AOS BEM INSTALADOS NA VIDA PELOS ENTEADOS DA SORTE

Aos que em berço doirado
Se encontraram...!

Aos que muito lutaram
E venceram!...

Aqueles outros e muitos são

O afirmo com verdade
Que seu produto encontraram
Na desonestidade!...

A todos!...
De todos sem excepção
Será indispensável
Uma melhor atenção
Para com o filhinho
D'um nosso irmão
Que usufrui uma só vida
Uma boca — uma alma

Mas também um coração!...

Por desventura sua
Na caminhada da vida
Segue desamparado!!...

Ainda que humilhado
Respeita a sociedade
Que lhe é adversa...

A quem estende sua mão
Solicitando caridade

Sim!... Por sina sua
E verdade tão tura
Segue seu destino
Suportando a sacola
Que lhe serve de cofre
Ao produto da esmola

Assim vai caminhando
Pesaroso um nosso irmão
Porque tem uma alma
E também um coração

Sim!... — Por sina sua
Lá vai suportando
Negra sorte — que dura
Caminhando sem norte
Em busca d'um alívio!...

Que sempre encontrará
Quando abraçar a morte

Aveiro, 26 de Novembro de 1972

«Aveiro não se compreenderia sem a tricana, que é para a cidade o que a rosa é para um delicioso jardim – um elemento de beleza e de adorno indispensável.

Donairosa e gentil, leve como uma gazela, poucas mulheres do mundo a poderão igualar na graça e na originalidade.»

Sebastião de Magalhães Lima

bibRIA

O Gabão de Aveiro

DA FOZ DO VOUGA À FOZ DO MONDEGO

Dr. Manuel dos Santos Oliveiros

"... é uma peça de grande carácter, que sabemos ter irradiado da região da Ria para todo o país..."

A. G. da Rocha Madahil

NOTA PRELIMINAR

O que adiante se escreve é o resultado de uma exploração e pesquisa feita no terreno, em contacto com as gentes e muito especialmente junto dos velhos pescadores de Buarcos, essa vila piscatória medieval, junta à Foz do Mondego.

Serviram de apoio a este pequeno estudo, que mais não é do que um passatempo dos dias de praia, as publicações do Dr. A. G. Rocha Madahil "Alguns Aspectos do Traje Popular da Beira Litoral", ed. de 1941, e do Dr. Amadeu Eurípedes Cachim, "Os Ílhavos, o Mar e a Ria", reedição da Câmara Municipal de Ílhavo, 1988.

O tema, como não podia deixar de ser, é "o típico Gabão de Aveiro".

Alertado, desde há vários anos, pelo Ti-Luís Lila, velho pescador da Praia de Mira, e também pelo meu velho amigo dos tempos do Liceu de Aveiro, um "Ílhavo", que tem no corpo a voz do mar e na alma a luz da Ria, "O Cachim", de seu nome completo Amadeu Eurípedes Cachim, filho, neto e pai de destemidos "Capitães do Mar", vim até Buarcos, velha vila medieval, tornada vila piscatória a partir da data em que lá arribaram nas suas "enviadas" os "Ílhavos", e depois também os murtoseiros e os vareiros.

E, pelas suas estreitas ruas, de casario térreo, onde habitam os velhos e os novos pescadores de agora, deambulei de dia e também de noite, percorrendo tascas e tasquinhas, onde me parecia fácil encontrar aqueles homens, que fazem da luta com o mar a sua vida e labuta quotidiana, em busca do peixe, cuja venda há-de contribuir para a sobrevivência da família.

Assim aconteceu durante duas semanas — já nos finais da época estival em que por lá vagueei, à procura de quem me contasse histórias, que me dissessem alguma coisa da vestimenta que foi tradicional em Buarcos, desde os tempos em que os Ílhavos ali se fixaram na enseada, estendendo-se, mais para o sul, até à Costa de Lavos e tendo já passado pelos Palheiros de Quiaios.

Para ali levaram o uso do seu costumado agasalho de burel, o qual, desde os tempos primordiais da fundação da Vila Maruja, nasceu nos povoados, à volta da Laguna da Foz do Vouga e que foi adoptado como protecção contra o frio e a humidade do ar marítimo.

Estou a referir-me a essa vestimenta de "grande carácter", como a classifica J. S. Franco, citado por A. G. Rocha Madahil em "Alguns Aspectos do Trajo Popular da Beira Litoral" que foi conhecido, em todo o país, pelo nome de "Gabão de Aveiro".

bibRIA

O Homem do Gabão
(Aguarela de Zé Penicheiro)

Usado por pobres; remediados e ricos, pescadores, camponeses e burgueses, ainda antes da fundação da nossa nacionalidade, acabou por ser destronado com a chegada da moda francesa do sobretudo, cerca dos anos vinte, e também pelo uso mais cómodo da "samarra".

Estamos na Beira-Litoral, região que se estende desde Ovar até Porto de Mós e desde o litoral até Aguiar da Beira, considerando o máximo das suas extensões norte-sul e este-oeste. Pois bem, o "Gabão de Aveiro" é a réplica da Beira-Litoral ao Nordeste Transmontano, com a sua "Honricas" — a Capa de Honras — de Miranda do Douro, e sempre foi usado, como protecção, fim moral e estético, de grande significado social.

Muitos anos se passaram, a partir da época em que o gabão de Aveiro entrou em desuso, e, se em páginas dos nossos melhores escritores, encontramos referências ao uso do gabão, (como em "Viagens na Minha Terra" de Almeida Garrett, em "Os Maias" de Eça de Queirós, em "Lisboa Galante" de Fialho de Almeida, em "Olho de Vidro" de Camilo Castelo Branco, em "Os Pescadores" de Raul Brandão e em "Só" de António Nobre), para além de muitos outros, em publicações, revistas e jornais, também tem sido relativamente fácil saber notícias do seu uso, através de histórias transmitidas de geração em geração.

Antes de escrever as histórias que os pescadores me contaram, deverei descrever o que foi e o que ainda é essa peça de vestuário, usada como traje de gala da Confraria dos Enófilos da Bairrada, como traje de cerimónia da Associação Cultural Confraria Gastronómica de S. Gonçalo (de Aveiro) e como traje académico dos estudantes da Universidade de Aveiro.

Facilitará a sua compreensão ter presente a imagem de "O Homem do Gabão" desse mago da aguarela, que se chama Zé Penicheiro, um Figueirense, por adopção, e um enamorado da Ria de Aveiro e dos seus moliceiros.

"O GABÃO DE AVEIRO" é uma mistura feliz de veste monástica — reparai no hábito de estamenha dos frades franciscanos — e do traje civil medieval, a capa com mangas e capuz que se usou durante a Idade Média, em toda a Europa.

É uma "peça de grande carácter", como já referi, que durante muitos e longos anos foi usada por todos os povos que vivem e labutam em redor da Laguna que originou a Ria de Aveiro, especialmente pelos povos varinos", isto é, pelas gentes da beira-mar.

É uma capa bastante ampla e rodada, descendo quasi até aos tornozelos, com farta romeira ou cabeção recortado, mangas muito largas e capuz em bico.

Aberto à frente, de alto a baixo, o gabão é aconchegado ao pescoço por um colchete de metal ou por um alamar, qualquer deles terminado por uma cadeia. Os ricos usavam este fecho de prata.

De cor castanha, feito de burel ou surrobeco, o gabão de trabalho, foi a veste mais característica das gentes dos povoados piscatórios da beira-mar e também dos camponeses, não só de toda a Bairrada, como de algumas terras da Região da Gândara, como já tive ocasião de verificar, nas minhas andanças em busca do seu passado, não muito distante.

Há também o gabão preto, feito de boa fazenda de lã acetinada, de "moscou" ou de merino, estes os gabões dos ricos e dos janotas de todas estas regiões e até de Lisboa, onde constituiram um elegante agasalho.

Foi traje domingueiro, traje de festas e romarias, traje de ir à Missa e traje de casamento, obrigatório, em algumas freguesias.

O GABÃO E OS PESCADORES

Chegou o momento de ouvir as histórias dos pescadores de Buarcos.

Estamos na praça principal de Buarcos, dominada pela presença da estátua de uma figura típica: — A Peixeira.

Ouço o Ti-Cação, velho pescador de 76 anos, que, já há algum tempo, deixou as lides do mar.

"É verdade que o gabão foi aqui muito usado em tempos idos e creio que ainda haverá pescadores que os têm guardados, já velhinhos e rotos, atrás das portas.

Foi muito vulgar o gabão castanho, de burel, que levávamos para as fainas do mar, cintado com uma corda, para nos deixar livres, os movimentos.

Assim o usei quando era rapazito.

Depois, apareceu a "samarra", que, por curta e mais cómoda nos trabalhos de pesca, foi substituindo o gabão, até este deixar de ser usado.

Agora, apenas está na nossa lembrança.

Aqui, nunca foi conhecido pelo nome de "varino" ou por "gabão de Aveiro", apenas por "gabão".

Posso dizer que os pescadores de Quiaios e da Costa de Lavos também usaram muito o gabão como agasalho."

Assim falou o velho Ti-Cação.

E, chegou a vez de ouvir o Ti-João.

Junto ao paredão de Buarcos, dois velhos pescadores, facilmente reconhecíveis como tais, enfeitiçados, olham o mar, neste fim de tarde, e afirmam ser ele diferente em cada momento que passa.

Ti-João, 65 anos, tisnado pelo ar do mar, quando perguntado, conta-me:

"O gabão foi aqui muito usado, no tempo

biblRIA

do meu pai. Eu já não usei gabão, mas sei que, quando ainda era menino, meu pai levava-me para o mar, dentro de um cesto (a que nós chamamos canastra) tapado com o seu velho gabão, para permitir que a "velhinha" — a minha mãe — ficasse sossegada a tratar da vida da casa.

Mas, não foi só em Buarcos. Se for à Costa de Lavos, verá que também lá foi muito usado em tempos antigos. Dizem que foram os pescadores de Ílhavo que para lá os levaram.

Se lá for, ainda hoje lá ouvirá o "falar dos Ílhavos".

Bem o afirma no seu livro, "Os Ílhavos, o Mar e a Ria" o Amadeu Cachim: "... os homens de Ílhavo (...) tendo aí fundado colónias, que mantiveram, e ainda mantêm, os nomes, os costumes, e o sotaque da gente de Ílhavo".

E agora, só mais outro velho pescador de Buarcos, entretido a consertar redes de pesca, junto à muralha do antigo forte, em frente da capela de N.ª S.ª da Conceição.

Chama-se Lúcio, o Ti-Lúcio!...

"Sabe, meu senhor, já há muito que não vou para o mar, mas tenho grandes saudades desse tempo.

São os meus oitenta anos de vida dura: — comecei aos 12 anos, quando ainda não tinha idade para tirar a cédula, e lá ia com essa idade para o mar, embrulhado no gabão do meu pai, pois nem roupas tinha e por vezes fazia muito frio".

Estava a ouvi-lo e a pensar em Raúl Brandão, que no seu livro "Os Pescadores" nos relata:

— Olhão. Agosto de 1922. "Nesta arte (a da pesca) ia ao mar quem queria — os pequenos, os humildes e os fracos — TODOS DE VARINO E POR BAIXO, NUS".

E o Ti-Lúcio a terminar:

"Meu pai sim, sempre o conheci de gabão, que para nós era, além de um agasalho, o nosso luxo."

COSTA DE LAVOS E QUIAIOS; TERRAS DA FIGUEIRA DA FOZ

Corri à Costa de Lavos e aos Palheiros de Quiaios.

Na Costa de Lavos, não encontrei ninguém com quem falar. A época do ano não era propícia a encontros. Estava parada a faina do mar.

Na praia, varado no areal, parecendo esquecido, só, um "meia-lua" por apetrechar" ouvia o mar a murmurar e a chamá-lo docemente.

Foi tudo.

Na praia de Quiaios, ninguém!

Mas, eu vou contar a história que sei e que há muito me foi contada pelo Ti-Luís, quando, numa tarde de sol, sentados na areia, à beira-mar da Praia de Mira, me disse, depois de ter afirmado que tinha usado o gabão no dia do seu casamento:

"— O uso do gabão foi muito vulgar entre os pescadores de Quiaios, que a todos conheci, e que habitualmente vinham em romaria à festa da Senhora da Saúde, à Costa Nova do Prado, trazendo, cada um dos pescadores da Companha do Belmiro, o seu gabão de luxo, cintado com faixa negra ou encarnada.

Regressei a Buarcos. Aqui, aconteceu ouvir a última e a mais comovente história do uso do gabão.

QUINTA-FEIRA DE ENDOENÇAS

Vou tentar dar expressão verdadeira uma história, que me foi contada por uma senhora de Buarcos, oriunda de uma família antiga de pescadores, mestres e arrais, nascida logo no princípio deste século e cujo nome é menos conhecido do que o apelido que usa e foi herdado de seu avô.

Se bem ouvi e se bem fixei, a história reza assim, entre o real e o imaginário:

"Aqui, há cerca de setenta anos, quando eu era ainda menina, nas noites de Quinta-Feira Santa ou Quinta-Feira de Endoenças, em que desde há séculos se comemoram as Dores da Paixão de Cristo, um grande número de mulheres de Buarcos, "as penitentes", procedia a uma solene, aparatosa e impressionante "via-sacra" pedindo ao Senhor a protecção e as indulgências para os "seus homens": pais, filhos, avós, irmãos, maridos e namorados, que a cada hora vão labutar p'ró mar, pelo pão nosso de cada dia.

Pela calada da noite, mas a horas apropriadas, ao chamamento do som de um búzio do mar, abriam as portas das suas casas térreas e deslizavam como sombras, silenciosas, à luz das candeias, pelas ruas estreitas e desertas da vila, rumo ao Largo do Pelourinho, local escolhido para o ajuntamento.

ENGABOADAS E ENCAPUZADAS nos gabões dos seus familiares, percorriam, agora, em conjunto, e de novo em silêncio, os caminhos das igrejas e capelas da povoação, para, no adro ou à porta dos templos, cantarem, em gregoriano, num clamor:

"— Subiu Cristo à Cidade com grande peso da Cruz..." a que o coro de penitentes respondia, modelando a voz:

"— Oh!... Oh!... Oh!... ô... ôôôôu Jesus..."

No final deste cântico, erguiam os braços para os céus e exclamavam:

"— Senhor!... somos as mulheres dos pescadores!..."

Esta cerimónia, que foi trazida para Buarcos

biblRIA

pelos Ílhavos que para ali foram fundar uma colónia de pescadores, era já hábito muito antigo das mulheres do bairro piscatório de Aveiro.

Recolhidas todas estas anotações no fim do Verão de 1991, fui convidado para ir a Aveiro, à Universidade, praticar uma "Acção" visando a história do Gabão de Aveiro e alegar as razões que justifiquem o seu uso como traje académico dos universitários.

Assim aconteceu no mês de Dezembro, em que falei ao Curso de Gestão e Planeamento Turístico, ministrado na Universidade.

Ao fazer uma ligeira referência ao facto de alguns velhos pescadores de Buarcos ainda terem o seu gabão guardado atrás da porta de suas casas, um dos estudantes presentes (1), pediu para falar e disse:

— Sou de Buarcos e vivo na povoação de Vais.

— Sou neto de um pescador.

— O meu avô ainda tem guardado atrás da porta, como relíquia, o seu velho gabão de burel castanho.

Resta dizer que o Gabão de Aveiro foi levado para Buarcos, em tempos idos, não só pelos Ílhavos, como também pelos Mutoseiros e Vareiros.

Santos Oliveiros

(1) Rafael Alexandre Lé Catulo

Moliceiros

Entre os barcos mais curiosos e expressivos de todos os tempos e de todo o mundo, um há que pode afoitamente apontar-se e distinguir-se – é o *moliceiro* que vive entre nós nas águas salgadas e salobras da Ria de Aveiro, junto ao mar e ao delta do Vouga.

Dos barcos da Ria ele é o mais pitoresco. E os barcos da Ria têm todos formas elegantes, características inconfundíveis. Essas formas ou são reminiscências e adaptações do talhe bizarro de naves que no alvorecer da nossa história por aqui passaram ou uma criação hábil e feliz de construtores artistas que viveram e se sucederam nas margens deste estuário.

As fisionomias dos barcos da Ria de Aveiro, apesar de diversas, como diversos são os fins a que se destinam e os trabalhos em que se empregam, têm um ar flagrante de família. Mas em todos eles as linhas são harmónicas, proporcionais e delicadas. Um artista que fosse chamado para embelezar a obra do construtor, não delinearia melhor, nada teria a corrigir, porque nestes barcos não há que modificar, há apenas que copiar bem, sem alterar em coisa alguma o seu perfil airoso, gracioso e cheio de carácter.

Estilizar um moliceiro?! E' um atentado contra a bleza original da forma, que é já de si uma estilização admirável, e contra o bom gosto inato, perante o qual o estilizador há-de sempre sossobrar!...

Tenho visto no Tejo, no Douro, no Sado e no Mondego, nas margens da Galiza e nos abrigos do Cantábrico, no Adour, no Sena, no Reno, nos canais da França e da Bélgica, nos lagos suíços, embarcações de tráfego fluvial que são um misto de formas, anodinos híbridos, vadios de mil profissões, mestiços de cem raças diferentes e inclassificáveis.

Na Ria de Aveiro, não. Cada profissão tem o seu tipo e os tipos são inconfundíveis: o *saleiro*, o *moliceiro*, a *bateira mercantel*, a *bateira marnoteira* e *pescadeira*, a *caçadeira*, não baralham as suas funções nem anarquizam a sua utilidade, nem abastardam ou mestiçam a sua estirpe.

Mas, entre todos, o *moliceiro* marca o lugar proeminente no pitoresco e na beleza das formas e tornou-se como que o grande motivo heráldico do brasonário livre dos povos ribeirinhos.

Veloz como nenhum outro, não há quem à *popa* lhe passe avante ou quem o vença a bolinar, subindo contra o vento em *bordos* inverosímeis.

A sua borda parece andar debaixo de água; os seus tripulantes puxando à vara, empurrando com o peito virado à ré, curvados, arqueados, quase deitados, andando da proa à tosta, parecem caminhar sobre um destroço de naufrágio poisado nas águas.

Quando o vento ajuda, o fundo dá e o moliço abunda, mastro arriba, vela no topo, caça-se a escota, amura calcada, ancinhos a arrastar... e eles aí andam aos cardumes como os peixes, aos bandos que nadassem de dorso ao sabor do vento.

A' proa e á ré, de um lado e de outro, os painéis com espantosas cercaduras policrómicas de motivos geométricos, flores e ramalhetes pintados em cores berrantes, ingénuos de concepção e por vezes ingenuamente maliciosos. (...)»

Alberto Souto

(«Litoral» 13-11-1954)

bibRIA

1993 – Efemérides

17-Janeiro – 75 anos

1918 – Tomou posse do lugar de presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Aveiro o ilustre aveirense Dr. Lourenço Simões Peixinho, que serviu a cidade e o concelho durante mais de vinte e quatro anos consecutivos, realizando uma obra notabilíssima.

17-Fevereiro – 200 anos

1793 – Nasceu em Aveiro José António da Silva Leão, barão de Almofala, que tomou parte nas campanhas da Guerra Peninsular, dando provas de muito valor, ascendeu ao posto de general de brigada e ocupou o lugar de ministro da guerra.

25-Fevereiro – 50 anos

1943 – Faleceu em Aveiro, onde havia nascido em 8-3-1860, o Dr. Francisco Manuel Homem Christo, oficial do Exército, professor universitário, deputado, paladino da instrução popular, escritor, jornalista e panfletário, a quem o processo da restauração da Diocese e a causa da barra e do porto de Aveiro ficaram a dever os mais relevantes serviços.

07-Março – 50 anos

1943 – Faleceu em Aveiro, onde nascera em 2-5-1877, o atrás mencionado Dr. Lourenço Simões Peixinho.

23-Março – 375 anos

1618 – Prestou juramento e tomou posse do elevado cargo de reitor da Universidade de Coimbra o insigne aveirense Doutor D. Vasco de Sousa, que viria a falecer em 23 de Junho seguinte, com pouco mais de 33 anos de idade.

29-Março – 175 anos

1818 – Nasceu em Eixo o Bacharel José Pereira de Carvalho e Silva que, vindo a exercer funções no Governo Civil do Distrito, seria o redactor do "Boletim de Notícias" — primeira folha periódica impressa em Aveiro, precisamente em 1846.

01-Abril – 75 anos

1918 – Chegou a Aveiro o primeiro destacamento francês para a base naval de São Jacinto; alguns dias depois, vieram oito hidro-aviões D. D. e dois hidroaviões G. L., "hângares" de campanha, ferramentas e materiais; as obras para a instalação haviam sido iniciadas em 8 de Janeiro. Assim começou a presença da aviação em São Jacinto.

04-Abril – 300 anos

1693 – O Papa Inocêncio XII beatificou a Princesa D. Joana, que a devoção popular, antecipando-se ao julgamento oficial da Igreja, desde sempre invocara como santa, muito católica e amiga de Deus.

24-Abril – 350 anos

1643 – Celebrou-se a primeira missa na igreja do Convento do Carmo, só então acabada de construir por generosidade de D. Beatriz de Lara e Meneses.

30-Maio – 75 anos

1918 – A Câmara Municipal de Aveiro, aprovou e louvou as diligências efectuadas pelo seu Presidente, Dr. Lourenço Simões Peixinho, em ordem à conclusão do delicado problema das expropriações amigáveis dos terrenos necessários para a abertura da avenida do centro da cidade à estação do caminho de ferro. Os trabalhos da nova artéria iniciar-se-iam sem demora, precisamente em 3 de Junho seguinte.

28-Junho – 125 anos

1868 – O Vigário-Geral da Diocese de Aveiro, Padre Dr. José Joaquim de Carvalho e Góis, procedeu à bênção e dedicação da nova igreja matriz de S. Pedro de Aradas, embora o retábulo apenas fosse rematado em 1881 e a capela-mor concluída em 1887.

22-Julho – 75 anos

1918 – Faleceu em Aveiro, onde nascera em 19-3-1842, José Reinaldo Rangel de Quadros Oudinot, jornalista, escritor e professor, que se distinguiu na sua dedicação à terra natal, cuja história divulgou em numerosíssimas páginas de jornais e livros.

BIBRIA

31-Agosto – 100 anos

1893 – O Conselheiro Bernardino Machado, Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, procedeu à inauguração do farol da barra de Aveiro; "subindo à lanterna, aí lavrou o auto de inauguração, acendendo-se nessa ocasião pela primeira vez o mesmo farol". Este, todavia, apenas começaria definitivamente a funcionar em 15 de Outubro seguinte, após o aviso às Nações.

13-Outubro – 25 anos

1968 – O Bispo de Aveiro, D. Manuel de Almeida Trindade, procedeu à bênção litúrgica da igreja paroquial da freguesia de Nossa Senhora de Fátima, no concelho de Aveiro.

18-Outubro – 150 anos

1843 – Um violento incêndio reduziu a escombros o secular Convento de Nossa Senhora da Misericórdia, em Aveiro, que fora dos padres dominicanos até 1834; apenas se salvaram a igreja, a sala do capítulo, a portaria e pouco mais.

28-Outubro – 100 anos

1893 – El-Rei D. Carlos ordenou que fosse concedido à Câmara Municipal de Aveiro um auxílio para a fundação de uma escola industrial, que a Edilidade pretendia criar no Asilo-Escola Distrital, onde se ministrasse o ensino de desenho geral e industrial; o subsídio foi contemplado pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, em portaria de 15 de Novembro seguinte.

06-Novembro – 150 anos

1843 – Foi neste dia ordenada definitivamente a demolição da igreja do Espírito Santo que, desde o século XVI, existia no actual Largo de Luís de Camões ou das Cinco Bicas; os trabalhos apenas se concluiram em 1858.

07-Dezembro – 250 anos

1743 – Foi benzida a nova e mais ampla igreja do Recolhimento de S. Bernardino, das freiras capuchas concepcionistas, construída por influência do Dr. Brás Luís de Abreu, o conhecido "Olho de Vidro" (+1756).

10-Dezembro – 100 anos

1893 – Nasceu em Ílhavo o Dr. António Gomes da Rocha Madaíl, que dedicaria grande parte do seu tempo a investigar e a escrever sobre a história de Aveiro, do Mosteiro de Jesus e da Princesa Santa Joana.

30-Dezembro – 500 anos

1493 – El-Rei D. João II concedeu a Aveiro um importante privilégio, proibindo que aqui morassem pessoas poderosas que pudessem prejudicar os seus habitantes que, na maioria, eram "mareantes e pescadores e assim outras pessoas que ganham suas vidas fora de suas casas".

bibRIA

O Dr. Lourenço Peixinho foi «um homem que, durante vinte e quatro anos, deu à Câmara Municipal de Aveiro todo o seu esforço – que foi enorme – toda a sua acção – que foi valiosa – toda a sua inteligência – que foi eficaz – toda a sua saúde – que foi aniquilada num trabalho insano e exaustivo ao longo de tanto tempo. (...) A cidade e o concelho ficam devendo ao homem de actividade e de energia – quer na Câmara onde realizou uma obra imorredoura, quer na Santa Casa da Misericórdia cujo hospital pode constituir o seu padrão de glória; ao homem para quem não havia dificuldades que não superasse, porque as sabia vencer com tenacidade e perseverança».

Dr. Francisco António Soares
(«Correio do Vouga», 23-05-1942)

Duas doações significativas

1. ESPÓLIO DE JOSÉ ESTÊVÃO

Por doação de 18 de Março de 1993, a Câmara Municipal de Aveiro é detentora de um pequeno mas valioso espólio, que pertenceu a José Estêvão Coelho de Magalhães, um dos maiores aveirenses da nossa história. Trata-se de quatro peças: — a espada de oficial do Exército, o bicórnio da farda de gala, a cama de campanha e uma pequena urna de mármore que guardou o seu coração durante vários anos, após a sua morte.

A doação ficou a dever-se a duas bisnetas de José Estêvão, D. Maria da Conceição Magalhães Sottomayor e D. Joana Magalhães de Mota Van-Zeller, que assim demonstraram não apenas um acto de renúncia mas também o espírito de dedicação à Cidade de Aveiro; por sua vez, a Câmara Municipal assumiu a responsabilidade de manter e expor em local apropriado tão significativo espólio, como gratidão a Alguém que entregou a vida à defesa dos interresses de Aveiro e da sua região e à causa da liberdade e do progresso do País.

2. MUSEU DA REPÚBLICA

A ideia de instalar em Aveiro um museu dedicado à República partiu do desejo manifestado outrora à Câmara Municipal de Aveiro pelo Prof. Doutor António Pedro Vicente, filho de um ilustre republicano, natural da Bairrada — o Dr. Arlindo Vicente. que, em 1958, foi candidato à Presidência da República pela "Frente Democrática Nacional", acabando por desistir a favor do General Humberto Delgado.

O acervo está disponível e é constituído por um conjunto de inúmeras peças de variado tipo, que, na sua riqueza iconográfica, testemunham a propaganda republicana, a proclamação do novo Regime e os primeiros anos da sua história.

Uma parte considerável dessas peças já esteve exposta em Aveiro, em 1985, por motivo da comemoração do 75.° aniversário do "Cinco de Outubro", sendo então editado o respectivo catálogo pela Edilidade.

A Câmara Municipal aceitou a proposta do doador que, entretanto, apenas põe duas condições: — que o futuro Museu da República tenha o nome do Dr. Arlindo Vicente e que o edifício seja somente destinado a esse fim.

O Prof. Doutor António Pedro Vicente justificou a escolha de Aveiro não apenas pela ampla tradição liberal da Cidade mas também por se tratar da capital do Distrito onde nasceram e viveram várias gerações dos seus antepassados.

biblRIA

A República Portuguesa e o seu Primeiro Ministério

HOMENAGEM AO AVEIRENSE RANGEL DE QUADROS

José Reinaldo Rangel de Quadros Oudinot, emérito investigador e divulgador da história de Aveiro e dos seus homens ilustres, nasceu nesta cidade em 19 de Março de 1842 e aqui faleceu em 22 de Julho de 1918. Por isso, no ano transacto passou o sesquicentenário do seu nascimento e, no próximo mês, vão completar-se os setenta e cinco anos da sua morte. Esta dupla ocorrência dá-nos a feliz oportunidade de recordar um aveirense, cujos escritos minuciosos não podem deixar de ser manuseados por quem quiser conhecer a vida passada desta terra que nos pertence, das instituições que nela existiram e das pessoas que a amaram e serviram.

Rangel de Quadros revolveu atentamente arquivos que entretanto desapareceram, visitou com cuidado velhos conventos e igrejas – uns que ainda existem e outros que foram destruídos, anotou cuidadosamente as alterações que a cidade foi sofrendo, descreveu minuciosamente os acontecimentos que viveu, redigiu com exactidão biografias de personagens tanto de outros tempos como da época, recolheu carinhosamente tradições e dados históricos. Se não fosse o seu amor pela terra natal e por tudo o que lhe dissesse respeito, muito se teria olvidado para sempre, perdendo-se da memória dos aveirenses.

«Dotado de primorosos dotes de coração que o tornaram respeitado por todos os que com ele conviveram, sabedor, culto, dedicando toda a sua vida à história da cidade onde nasceu, frequentando os serões muito em voga, presidindo a conversas, recitando versos (alguns da sua autoria), fraseando amabilidades e ditos espirituosos numa inspiração repentina, ajudada por uma memória prodigiosa, figura típica do seu tempo até no trajar... tal é a recordação que me foi transmitida de meu tio, que faleceu tinha eu dois anos» – escreveu em 1983 a sua sobrinha Dra. Maria Gabriela Oudinot Larcher de Sousa.(a)

Rangel de Quadros não foi orador nem conferencista, não foi parlamentar nem político. Contudo, compôs inúmeros artigos de jornal, que ele próprio recortou e agrupou em volumes:

I – Aveiro – Apontamentos Históricos

1) Aveiro – Origem, nomes e brasão – As antigas freguesias e suas igrejas – Aveiro e a Ordem de Avis.
2) As muralhas – O hospital de S. Brás – A Senhora da Alegria – O Senhorio e o Ducado de Aveiro.
3) Capelão e ermidas – Festividades municipais.
4) Mosteiros e Conventos: O Mosteiro de Nossa Senhora da Misericórdia – O Mosteiro de Jesus.
5) Mosteiros e Conventos: O Convento de Santo António – O Convento de Nossa Senhora do Carmo – O Mosteiro da Madre de Deus – O Convento de S. João Evangelista.
6) Mosteiros e Conventos: A Ordem Terceira de S. Francisco – O Recolhimento de S. Bernardino; Talábriga e Aveiro.
7) Honras e Privilégios.
8) Imprensa e Jornais.
9) Fontes de Aveiro.

II – Aveirenses Notáveis

1) Biografias de I a LIV.
2) Biografias de LV a LXXV.

Entre os apontamentos manuscritos do seu espólio, deixou ainda dois volumes sobre «Aveirenses Notáveis» e um com o epíteto «Aveiro – Apontamentos avulsos». Conhecemos, outrossim, um livro impresso em 1884, denominado »O Episcopado e o Governo de Portugal – Considerações acerca da nova circunscrição diocesana e da supressão do bispado de Aveiro e dos outros bispados suprimidos emn 1882».

Atendendo a isto, Rangel de Quadros bem merece ser lembrado e comemorado neste período áureo do duplo aniversário, quiçá com as relevantes honras dignas de um filho emérito de Aveiro, ao lado de tantos outros que se distinguiram nos mais diversos ramos de actividade. É com esta finalidade que lhe dedicamos esta página, embora modesta; assim como a capa do nosso **Boletim**. Contudo, podemos acrescentar que é propósito da Autarquia Municipal atribuir o seu nome a uma das artétias do bairro citadino da Forca-Vouga. Aveiro honra-se, honrando os seus homens insignes.

30 de Junho de 1993

J. Gonçalves Gaspar

(a) – Em «Nota Biográfica» do livro **Aveiro – Origens, brasão e antigas freguesias** (Rangel de Quadros, Paisagem Editora, 1984).

biblRIA

Biblioteca Municipal de Aveiro

Desde o dia 18 de Junho que Aveiro dispõe de um novo edifício para a Biblioteca Municipal, inaugurado pelo Secretário de Estado da Cultura, Dr. Santana Lopes. Precedida por uma "Parada Infantil" alusiva ao livro, a cerimónia realizou-se durante a tarde daquele dia, na presença das entidades locais, com visita guiada, sessão solene no respectivo auditório, entrega de prémios do concurso de desenhos e textos sobre a Biblioteca, lançamento da brochura editada pela Câmara Municipal "Associações Culturais do Concelho de Aveiro", e concerto pela Orquestra de Câmara de Aveiro.

O imóvel, que foi totalmente reconstruído e adaptado, conservando-se a sua traça arquitectónica exterior, começou por ter sido a Caixa Económica de Aveiro e a Delegação do Banco de Portugal e, ultimamente, recebeu a Escola do Magistério Primário Particular; as obras importaram em mais de duzentos mil contos.

Sobre a concretização desta obra, o Presidente da Edilidade diria que o sonho surgira em 1988; vencidas as dificuldades do percurso, conseguiu-se que a cultura esteja também no centro de Aveiro, onde as pessoas se movimentam. "Aveiro, que tem caminhado para outros sectores, designadamente os da indústria e do comércio, — afirmou o Dr. José Girão Pereira — não esquecerá as suas raízes culturais e animar-se-á ainda mais para a realidade do livro".

O Dr. Santana Lopes, no uso da palavra, manifestou a esperança de que "nenhuma comunidade nem nenhum país vencerão ou enfraquecerão a cultura portuguesa, que marca a nossa identidade nacional de oito séculos... desde que continuemos a apostar numa luta calma, sem atropelos, nas bibliotecas, nos museus e noutros centros culturais".

O programa da inauguração prolongou-se por toda a semana, com variadas conferências e com visitas guiadas. No último dia, 25 de Junho, foi o lançamento do livro do Dr. Vasco Branco "A Cidade Salgada" — a que nos referimos noutro local.

HISTÓRIA DA BIBLIOTECA MUNICIPAL

O texto que se transcreve foi publicado na brochura "Guia do Utilizador", que a Câmara Municipal de Aveiro editou e que se ficou a dever à coordenação da Dra. Madalena Pinheiro e com "design" de João Portugal. Porque o julgamos de grande interesse para o conhecimento da história da nossa Biblioteca, aqui o deixamos à disposição dos leitores:

Uma das consequências da Revolução Liberal foi a difusão do conhecimento e da cultura ao nível geral da população, provocando uma verdadeira explosão de bibliotecas por todo o país. Aveiro, apesar dos nomes sonantes da política liberal, naturais da cidade ou do seu concelho, "acordou" tardiamente para a realização deste velho anseio das suas gentes.

Capa do «Guia do Utilizador»

bibRIA

Mas esse desejo existia, e a confirmá-lo está a acta da sessão ordinária da Câmara de 22 de Fevereiro de 1910; entre vários assuntos tratados nessa reunião camarária, está o da criação da Biblioteca Pública/.../, incluindo-se para o seu início no próximo orçamento a verba que se julgou necessária. Mas a ideia não foi avante, por certo devido à fase instável que se seguiu ao 5 de Outubro desse mesmo ano.

Assim, só se encontram novas referências a esse assunto no dia 11 de Outubro de 1923 e nestes termos: "Criar uma biblioteca municipal, dando plenos poderes ao presidente para adquirir livros, arranjar casa e fazer tudo o que necessário for para a rápida efectivação deste indispensável e útil melhoramento, fazendo incluir no orçamento a quantia de doze contos destinados à compra de livros, mobiliário e mais despesas, e autorizando-o a assinar quaisquer contratos respeitantes a este assunto; nomear bilbiotecário o cidadão Manuel Gaspar, casado, empregado municipal, dando-lhe a remuneração mensal de 150$00 pelos serviços que terá de prestar na mesma biblioteca municipal". Encontramos a confirmação desta iniciativa no "Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Aveiro", no dia 7 de Novembro desse ano: "Tornando-se absolutamente necessária a criação da Bilioteca Pública Municipal a instalar nesta cidade e tendo-se proporcionado a ocasião de adquirir para o início desta biblioteca uma livraria que estava em boas condições para o fim desejado, resolveu a Comissão Executiva, na sua sessão de 2 de Outubro último, fazer a criação da biblioteca e aquisição dos livros, pelo que pedia à Câmara que aprovasse a resolução tomada, se assim o entendesse". O que foi feito por unanimidade.

Mas só em 1927 será inaugurada. Refere a acta de 19 de Maio desse ano que, "tendo o Senhor Presidente informado que a Biblioteca Pública Municipal se encontra em condições de ser aberta ao público /.../, o acontecimento terá lugar no dia 23 desse mês e ano". Seguem-se o regulamento e o horário do seu funcionamento.

Ficou instalada na antiga Casa do Despacho da Santa Casa da Misericórdia, a quem a Edilidade pagava uma renda. Diz a "Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira" que o seu fundo bibliográfico inicial era proveniente da colecção do professor do liceu Dr. Alexandre Ferreira da Cunha, a que se teriam seguido outras importantes doações, tal como a da família de José Luciano de Castro, em 1948.

A imprensa local da época fez eco dessa inauguração. "O Povo de Aveiro", de modo lacónico: "Biblioteca Municipal — É caso para dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara e à cidade". Já "O Democrata" do dia 21 anunciava o evento para 23 e fazia referência aos seus 3.500 volumes e ao seu horário provisório, classificando esta medida camarária como "um importante melhoramento, da máxima utilidade para os que pretendem aprender, estudando".

Na edição de 18 de Junho, volta o articulista a elogiar "as faculdades de trabalho e de iniciativa do Dr. Lourenço Peixinho, presidente da Comissão Administrativa da Câmara", e passa a descrever as várias secções do catálogo, incluindo os periódicos e o Livro Antigo. E, em 5 de Novembro, voltaria ao mesmo tema, afirmando que "não se pode exigir mais nem melhor numa terra de tão poucos recursos como a nossa".

Dando uma vista de olhos aos relatórios anuais da Gerência do Município de Aveiro a partir de 1942, nota-se uma preocupação constante com este sector; já em 1943 começavam as queixas e lamentações, reclamando-se novas instalações numa insistência permanente: "É necessário procurar instalações mais adequadas para a Biblioteca Municipal, tornando-a num autêntico centro cultural /.../". É de admirar a intuição e o alargamento de ideias sobre aquilo que deveria ser uma biblioteca, dando uma certa dinâmica inovadora a uma organização considerada ainda hoje, e por alguns, como tendência estática.

As queixas repetem-se anualmente, ora pelo desinteresse da população pela cultura, ora pelas más condições de leitura. E sugestões também não faltam — todas elas provisórias e precárias. Chega a ser pungente o desabafo do relator em 1952: "Dá-nos a impressão de que a opinião pública se encontra divorciada da nossa biblioteca e nem dela se lembra".

Mas em 1963 surge a grande notícia: "Foi lida e aprovada a minuta do contrato a celebrar com o sr. Arq. Fernando Luís Meneses de T. e Távora para a elaboração dos ante-projecto, projecto e fiscalização de obras da construção do edifício destinado ao Turismo, Finanças e Fazenda Pública, Serviços Culturais e Biblioteca" (Acta da reunião de 7 de Junho de 1963).

O edifício acabaria por ser inaugurado apenas a 16 de Maio de 1970, vindo satisfazer as necessidades culturais da época, como provam os dados estatísticos referentes aos anos de 1970-72: — De 425 leitores e 486 obras requisitadas na primeira data, sobe-se para 3.716 leitores e 5.070 obras em 1971, e depois 4.962 utilizadores e 6.499 obras solicitadas em 1972. Nestes vinte e três anos os serviços prestados ao público pela Biblioteca Municipal, apesar de todas as carências e defeitos que se lhe reconhecem, foram significativos.

bibRIA

Mas, o desenvolvimento sócio-económico da população do Concelho, que proporcionou a uma grande quantidade de jovens o acesso à educação, a diminuição do analfabetismo, assim como o mais fácil acesso aos novos desenvolvimentos tecnológicos, foram factores que contribuiram para o aumento da procura de informação na Biblioteca Municipal de Aveiro. O número de utilizadores aumentou consideravelmente, tornando as instalações existentes acanhadas e sem possibilidades de responder de modo satisfatório às novas necessidades.

Em 1987, através do Decreto-Lei n.° 71 de 11 de Fevereiro, foi criado o Instituto Português do Livro e da Leitura, entidade tutelada pela Secretaria de Estado da Cultura, que tinha como competências desenvolver um projecto de implantação de uma rede de bibliotecas nas sedes dos concelhos, repartindo as responsabilidades com os Municípios através da celebração de contratos-programa.

A Autarquia Aveirense, sensibilizada para a necessidade de criar um novo serviço de leitura pública que proporcionasse, de uma forma mais eficaz, toda a informação aos seus habitantes, decidiu candidatar-se a este programa da S.E.C. Adquiriu-se um edifício com uma óptima localização, construído numa traça arquitectónica própria de uma época, no qual tinham estado anteriormente instalados os serviços do Banco de Portugal, a Escola do Magistério Primário e mais tarde as sedes das associações culturais da cidade. Os serviços de arquitectura da Câmara Municipal de Aveiro, coordenados pela Arquitecta Diamantina Galacho, fizeram um notável aproveitamento do edifício, projectando um espaço funcional e esteticamente ajustado às novas exigências.

A introdução de uma fachada envidraçada pretendeu dar transparência ao edifício, facilitando o diálogo entre o exterior e o interior e permitindo que as imagens reflectidas pudessem criar uma relação de cumplicidade com o transeunte. O espaço interior conjuga áreas nobres de tectos rendilhados a estuque com planos ritmados de colunas, que nos projectam através da fachada para o exterior. A parte central do edifício é envolvida com toda a sumptuosidade por uma clarabóia gigante.

Após aprovação por parte do I.P.L.L. do projecto apresentado pela Autarquia Aveirense em 27 de Dezembro de 1988, consolidaram-se os princípios de concretização da construção da nova biblioteca de leitura pública através da celebração de um contrato-programa entre a Câmara Municipal de Aveiro e o I.P.L.L. A reconstrução iniciou-se e, apesar de algumas vicissitudes em todo o seu processo, emergiu lentamente um novo edifício, respeitando o programa-tipo para as bibliotecas da rede de leitura pública, isto é, a construção de uma BM2.

Os fundos documentais foram actualizados. O quadro de pessoal foi rentabilizado, proporcionando a todos os funcionários cursos de especialização na área de biblioteconomia e documentação. Assim, conjugando os traços e os espaços arquitectónicos principais do edifício com as directrizes aconselhadas pelo I.P.L.L., surgiram átrios, salas polivalentes, secção de adultos, secção infantil, áreas de gestão e serviços.

A B.M.A. impõe-se-nos hoje como um dos principais equipamentos culturais que a Autarquia oferece a todo o Concelho de Aveiro. Pretende ter os seus serviços baseados no Manifesto da Unesco sobre a Biblioteca Pública, conjugando os valores da informação, da cultura e do lazer.

biblRIA

HOMEM CHRISTO E A INSTRUÇÃO

«Há dias contava-me um amigo que ouvira um sermão de um padre jesuíta numa povoação vizinha da cidade de Aveiro. O jesuíta, muito inteligentemente, aconselhava, do púlpito, homens e mulheres, a que mandassem os filhos às escolas. Muito inteligentemente mostrava aos outros as vantagens enormes do ensino elementar. Muito inteligentemente dizia-lhes que Deus não dera ao homem só a palavra falada, mas também a palavra escrita, e que era ser grato a Deus, e honrá-lo, aprender a ler e a escrever, porque a palavra escrita é que verdadeiramente distinguia os homens dos irracionais. (...)

Donde se conclui que defender o analfabetismo não é uma questão de partido ou de religião, mas uma questão de estupidez e nada mais. Quem é inteligente defende a instrução do povo, seja crente ou ateu, seja conservador ou seja revolucionário. Quem é estúpido, combate-a.

Jesus, filho de Deus, sabia ler e escrever. Nas feiras vendem-se estampas representando Santa Ana a ensinar a Virgem a ler. Ofende, pois, Deus, a Virgem e Jesus, renega a religião e ultraja a própria Igreja todo aquele quadrúpede que, (...) em nome das crenças divinas, lança o ódio sobre a Escola.»

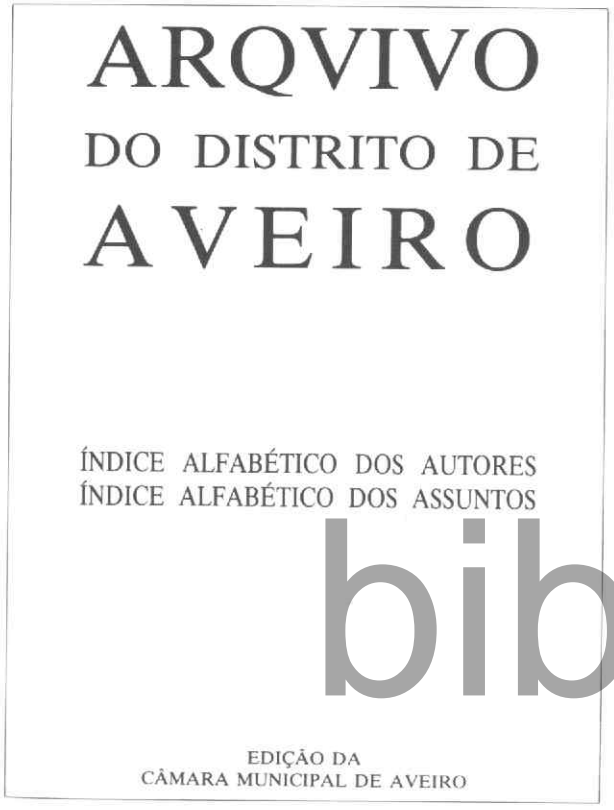
(«O Povo de Aveiro», Abril de 1930; vd. «Agitada Vida de Homem Christo», vol. I pgs. 92-93).

Notícias breves

1992 13 de Julho	A Câmara Municipal deliberou constituir a Comissão das Festas da Ria, do seguinte modo: — Vereador Prof. Celso dos Santos, representante da Capitania do Porto, representante da Junta Autónoma do Porto de Aveiro, representante da Federação do Folclore Português, representante da E.D.P., representante da "Rota da Luz", Dr. Emanuel Cunha, António José Bartolomeu, Arq. José Quintão, João Portugal, Elmano Ramos, Justino Ribeiro e Alexandrina Ramos.	**Festas da Ria**
14 de Setembro	A Edilidade deliberou fazer-se representar e dar o apoio necessário à exposição de pintura de quadros sobre Aveiro, da autoria de Pascoal Aranda, que decorrerá em Valladolid, de 25 de Setembro a 9 de Outubro.	**Exposição em Valladolid**
21 de Setembro	A Vereação aprovou o estudo elaborado pela Divisão de Arquitectura, Urbanismo e Ambiente, relativo ao arranjo da Praça da República, o qual prevê a plantação de árvores, a iluminação, a colocação de bancos e, ainda, a vedação da estátua de José Estêvão, à semelhança do que outrora existiu.	**Praça da República**
28 de Setembro	A Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, o programa proposto pela Comissão Consultiva de Cultura para as comemorações do 50.° aniversário da morte do insigne aveirense Francisco Manuel Homem Christo. As celebrações efectuar-se-ão nos dias 25, 27 e 28 de Fevereiro de 1993.	**Homenagem a Homem Christo**
12 de Outubro	Foi deliberado adjudicar a execução do livro "Bô Tendê?" da autoria da escritora santomense Dra. Maria Olinda Beja.	**Bô Tendê?**
16 de Novembro	A Edilidade deliberou mandar executar um painel tridimensional representando o Presépio, para estar exposto na escadaria da Praça da República, durante as festas do Natal.	**Presépio**
2 de Dezembro	O Vereador da Cultura submeteu à consideração da Câmara o teor do protocolo a celebrar com a Fanfarra de São Bernardo; o documento foi aprovado por unanimidade.	**Fanfarra de São Bernardo**
1993 25 de Janeiro	Dando continuidade ao deliberado anteriormente, decidiu-se adjudicar a publicação de mil exemplares do livro "Associações Culturais do Concelho de Aveiro".	**Inventário Cultural**
26 de Abril	Em reunião municipal, o Vereador da Cultura leu o programa definitivo das Festas do Município e propôs os nomes dos agraciados com placas e medalhas honoríficas, que serão distribuídas no dia 12 de Maio.	**Distinções honoríficas**
31 de Maio	O Vereador Prof. Celso dos Santos lembrou a Câmara de que a assinatura da escritura de constituição da Associação das Orquestras será no próximo dia 5 de Junho.	**Orquestras Regionais**
28 de Junho	Na reunião semanal do Executivo foi distribuído pelos vereadores o livro "A Cidade Salgada", da autoria do Dr. Vasco Branco, mandado editar pela Câmara Municipal, conforme deliberação	**"A Cidade Salgada"**

biblRIA

Novas publicações



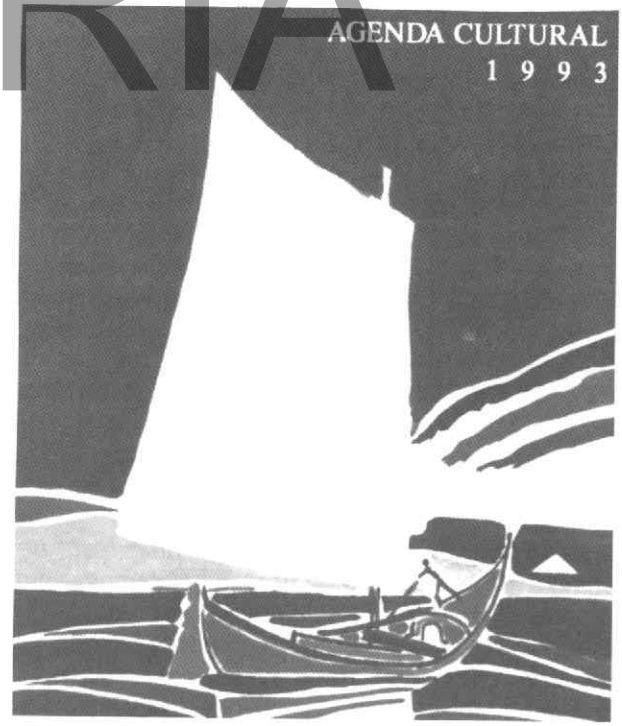
1. ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO — ÍNDICES

Para comemorar o centenário do nascimento do emérito aveirense Dr. Francisco Ferreira Neves, ocorrido em 24 de Dezembro de 1992, a Câmara Municipal editou uma brochura com os índices dos autores e dos assuntos, referente a todos os números da revista "Arquivo do Distrito de Aveiro" (1935-1972). O trabalho foi elaborado por Alberto de Sousa Machado Ferreira Neves, José de Sousa Machado Ferreira Neves e João Gonçalves Gaspar.

Homenageando especialmente um dos fundadores e directores da citada revista, a Edilidade Aveirense não quis esquecer os outros dois responsáveis do "Arquivo" — Dr. António Gomes da Rocha Madahil e Dr. José Pereira Tavares — assim como os demais colaboradores. É que Aveiro e a sua Região devem-lhes um sincero preito de gratidão pelo muito que fizeram na pesquisa e na divulgação da nossa história e da nossa cultura.

Os autores dos "Índices", ao finalizarem a Nota Prévia, puderam escrever com verdade: — "Com este trabalho, trazemos à superfície uma enorme riqueza cultural relativa à Região de Aveiro e que, até agora, estava submersa nos volumes do "Arquivo do Distrito de Aveiro"; desta forma, sentimo-nos satisfeitos e recompensados por prestarmos uma homenagem a todos os que, durante tantos anos, se dedicaram ao estudo das mais variadas facetas do Distrito de Aveiro e, ao mesmo tempo, por facilitarmos o trabalho daqueles que, na actualidade, continuam empenhados nos mesmos meritórios objectivos".

bibRIA



2. AGENDA CULTURAL

Os Serviços de Cultura da Câmara Municipal publicaram a "Agenda Cultural", referente ao primeiro semestre de 1993.

Além de informações de ordem geral, no pequeno desdobrável encontramos o registo das mais diversas manifestações de interesse público, culturais, religiosas, recreativas, musicais, etnográficas e folclóricas, além das datas de várias feiras.

A "Agenda Cultural" não se circunscreve apenas á cidade de Aveiro, mas contempla também as freguesias do concelho.

3. BÔ TENDÊ?

Com ilustrações de José Alfredo Ramirão Costa e capa de Jeremias Bandarra, a Câmara Municipal de Aveiro editou o livro de poemas "Bô Tendê?" ("Compreendes?"), em português, da autoria da santomense Dra. Maria Olinda Beja.

O presidente da Edilidade Aveirense, Dr. José Girão Pereira, escreveu a introdução, onde expõe a razão por que a Câmara tomou a iniciativa da publicação:

— "Arrancada aos dois anos de idade da sua terra natal, Olinda Beja veio para Portugal, onde se processou todo um caldo de cultura que se reflecte em toda a sua poesia como um hino ao encantamento da redescoberta com olhar adulto das suas raízes duma africanidade transplantada para uma certa insularidade atlântica. (...)

Ao proceder à sua primeira publicação de poesia, quer a Câmara de Aveiro prestar homenagem à sua autora e ao povo de São Tomé e Príncipe.

Príncipe e Aveiro são cidades irmãs. (...) Para que a geminação se vivifique, há que acalentar gestos desta natureza que favoreçam um novo impulso de atitudes entre os povos (...) "Bô Tendê ?" é um pequenino passo nesse sentido."

A apresentação do livro realizou-se no dia 5 de Fevereiro de 1993, no anfiteatro do CIFOP, da Universidade de Aveiro; encarregou-se do acto o Prof. Doutor Machado de Abreu, que proferiu as seguintes palavras, sob o título "Bô Tendê? — A circunstância da voz":

O lançamento de um livro é uma festa de cumplicidades e entendimentos. Estamos aqui porque aceitamos ser cúmplices da voz e do mistério da poesia. A voz chama por nós, o mistério seduz-nos, e os poemas de Bô Tendê? *desafiam a nossa memória colectiva.*

Há rumores de África na cadência de versos que, embalando a memória de remotas manhãs, pintam aguarelas de rios e areais, transportam mensagens de amor e desencanto, visitam acácias a florir e palmeiras gigantes, rezam orações a "Santo Avião", acariciam mulatos corpos de mel e malícia, *e perguntam:* Bô Tendê meu grito rouco bô tendê?

minha mensagem é levar até você
o amor que me une a S. Tomé.

São de amor e raiva, de raiva e ternura, de ternura e queixume, de queixume e sortilégio as páginas deste livro. E porque nelas corre a seiva de ancestrais memórias e a fidelidade ao antiquíssimo húmus de Mãe-África, estas páginas são raízes. Arrancada com pouco mais de dois anos ao chão de São Tomé e Príncipe, a autora foi transplantada para Mangualde, aí fazendo a sua aculturação no Portugal colonizador de finais da década de quarenta. O cerco em torno da sua diferença tornou-se mais apertado ao ser criada e passar a viver numa terra pequena do interior beirão. E o mar imenso em que naufragaram os seus olhitos inquietos de menina tornou-se mar interior sem praias, sem cais, sem barcos, mar revolto em vagas de ansiedade e medo. Na terra sem mar onde cresceu e estudou, aprendeu nomes de rios, serras e de outro mar. Foi súbdita de muitos e bravos reis, homens hábeis nas artes da conquista, povoamento e descoberta.

Tornou-se então portuguesa, europeia? Talvez sim, quando lhe alisaram os cabelos e a alma. Não, certamente, quando fala mais alto a voz do sangue e estremece o instinto da ancestral carne. Desta dualidade tensa dá razão a estrofe final do poema Visão:

Conseguiram fazer de mim
uma Europeia
só que se esqueceram de cortar
o cordão umbilical que ficou preso
às raízes da velha eritrineira
que meu bisavô plantou em Molembú.

A voz reprimida solta-se nos poemas de Bô Tendê? *para interpelar a Europa do pai e desabafar com a África materna. Os dois continentes são aqui mapas de uma geografia dos afectos a cuja circum-navegação e reconhecimento se entrega esta expedição poética. São também lugares de exílio e, por isso, destinatários de queixumes e desconforto de um ser apaixonado, de uma subjectividade possuída por desejos incontidos entre a Europa que se tem e a África donde se é. Se a esta luz lermos os poemas de* Bô Tendê? *veremos que neles se diz ou intenta significar o mistério de todas as origens e da sua desocultação. A origem dos continentes, das etnias, do homem, da vida, do ser. As origens da fragmentação do uno e a razão da múltipla variedade de quanto existe. Essa vontade de compreender encarna sobretudo nos poemas de maior tensão e de mais expressiva experiência de recusa dos limites. Vejam-se o* Não, não me conformo, / nunca me

biblRIA

conformarei... *repetido como um refrão no poema* Queixume, *ou a curiosidade impetuosa e sôfrega de saber originário e libertador do poema* Quem?:

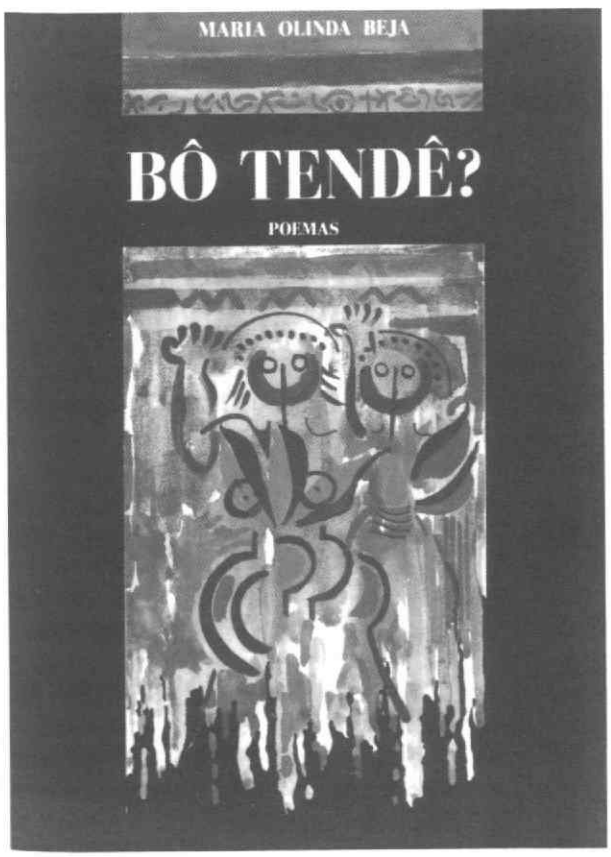
Vem cá meu negro
vem junto a mim eu quero ouvir-te
contar histórias que só tu sabes
conta-me tudo sobre esta terra
sobre este mar
conta-me tudo... eu quero ouvir-te

tu tens no sangue o testemunho
duma epopeia
e tens nas veias essas algemas
que renegaste
partiste
voltaste
conta-me tudo... eu quero ouvir-te

quem nos criou a lua ou o sol?
quem nos deu esta cor original?
quem assaltou os nossos barcos
e levou os nossos sonhos?
quem plantou esta floresta tropical?

Não faltam tão pouco assomos de revolta provocados por uma serra-fronteira (a portuguesa serra da Estrela) donde se não vê nem ouve o mar, serra assassina alçada como um punhal:

ai esta serra aqui defronte do meu peito
que sufoca os meus ais e os impede
de passarem para além do céu azul
e assim a dança das gaivotas



perdeu-se na rota dos meus sonhos
entre o grito e o uivo da revolta
[...]
só que a serra
se ergue entre nós como um punhal.

A vivacidade da entoação poética não degenera, contudo, em palavra monocórdica, vingativa ou panfletária. A África-paixão e a vontade de regresso vividas como regeneração de liberdade primordial e de um perdido estado de natureza:

Hei-de voltar um dia para saber
o valor da liberdade que não tive

nunca se assumiu como renegação da europeia e paterna herança:

Hoje
percorro a nossa ilha pai
e vais ao meu lado tão feliz
por me veres entre os meus
que tu amaste
pois branco eras por fora
e não por dentro.

O que cativa neste livro é a funda e fremente ressonância de uma humanidade que se encontra consigo mesma, para lá da Europa e da África. Se essa humanidade nos contagia e faz vibrar é porque, na voz com que nos fala, se ouve o sussurrar de uma memória originária, única, capaz, por isso, de nos surpreender.

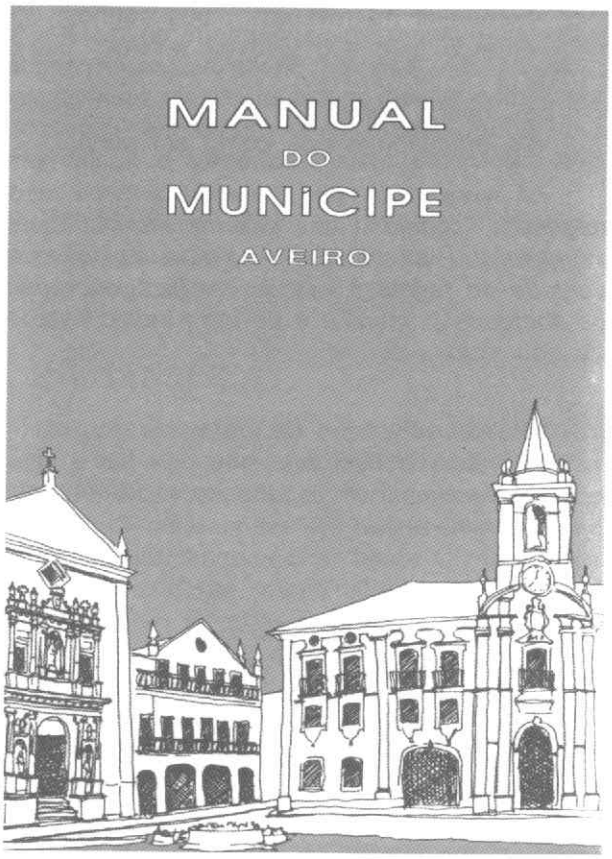
No plano puramente formal, talvez não se descortine nestes poemas muito de provocadoramente novo. Sublinhem-se ainda assim algumas felicíssimas utilizações da anáfora, a toada salmódica de Dêçu paga bô!, *o ritmo e musicalidade de* Molembú. *No poema* Apelo, *com o seu imperativo*

Vem ver a nossa ilha tropical
de aromas remotos
de cores garridas
de roças sem fim

como não evocar o António Nobre de Lusitânia no Bairro Latino?!

Nas literaturas africanas de expressão portuguesa, por entre apelos de independência de uns e imperativos de construção de novas nações de outros, a voz de Maria Olinda Beja pode ouvir-se agora como liturgia de afectos e renascimento ou primavera de fundas e africanas raízes. Deste punhado de poemas apetece dizer, parafraseando Orfeu rebelde *de Miguel Torga, que são poemas cantados* como quem usa / os versos em legítima defesa.

biblRIA



bibRIA

4. MANUAL DO MUNÍCIPE

Com a capa desenhada por Daniel Tércio Ramos Guimarães, a Câmara Municipal — Serviço de Relações Públicas / Gabinete de Imprensa — editou, em Janeiro de 1993, o "Manual do Munícipe"; ao longo de 65 alíneas, os aveirenses aí poderão encontrar as mais diversas indicações, apresentadas de forma simples e ordenada.

As palavras subscritas sob a epígrafe "Simplificar para melhor servir", que servem de pórtico à publicação, esclarecem a finalidade desta iniciativa:

*—"A ideia que esteve na base da feitura deste **Manual** é, antes de mais, facilitar a vida do munícipe nos seus contactos regulares com a administração municipal, na dupla expectativa de uma maior eficiência dos Serviços e de uma mais pronta resposta aos desígnios dos seus utilizadores — que somos todos nós.*

Procedimentos simples e respostas rápidas são já hoje — e cada vez mais — condição necessária a qualquer gestão que se pretenda moderna e, simultaneamente, respeitadora dos direitos dos cidadãos — aqueles a quem, no fim de contas, ela se dirige.

Pensamos que o trabalho produzido, se não atinge plenamente esse objectivo, traduz, pelo menos, um grande esforço nesse sentido. Quer pelo universo de situações que abrange, resumindo numa única publicação a vasta gama de produtos e serviços que é encargo da Autarquia pôr à disposição das pessoas. Quer pela forma simples e esquemática como as diversas matérias são apresentadas.

*Estamos sinceramente convencidos — e esse foi outro dos objectivos que esteve sempre na sua elaboração — que, para lá da utilidade de um guia de procedimentos, o presente **Manual do Munícipe** encerra, também, o mérito de se apresentar como instrumento de vulgarização dos direitos dos cidadãos relativamente à sua Câmara.*

*Não sendo, como nunca se pretendeu que fosse, panaceia de todos os males, muito está ainda por fazer — e será feito a seu tempo — para além deste **Manual**, com vista a melhorar a resposta dos Serviços.*

Para já, introduz-se outro elemento simplificador: um modelo de requerimento único — múltiplos fins e de preenchimento fácil — elaborado por forma a dar resposta, se não a todas, pelo menos à maior parte das solicitações dos munícipes.

E, para desfazer dúvidas ou obter qualquer informação complementar, aconselha-se o cidadão a recorrer, sem qualquer tipo de constrangimentos ou hesitações, ao Serviço de Atendimento, instalado no rés-do-chão dos Paços do Concelho, que estará habilitado a dar-lhe a resposta adequada, ou a encaminhá-lo para a pessoa ou o Serviço que estiver em condições de o fazer."

5. ASSOCIAÇÕES CULTURAIS DO CONCELHO DE AVEIRO

A Câmara Municipal, através dos Serviços de Cultura, organizou um índice das quarenta e oito associações e grupos culturais existentes na Cidade e no Concelho de Aveiro; era uma velha aspiração da Autarquia, que assim desejava patentear a sua gratidão e o seu incentivo a todos os que graciosa e dedicadamente trabalham por manter com vida tantas agremiações, para bem das suas comunidades locais.

Com capa desenhada por Jeremias Bandarra, o pequeno mas valioso livro foi apresentado e começou a ser distribuído no dia 18 de Junho de 1993, no dia em que foi inaugurado o novo edifício da Biblioteca Municipal.

Na "Apresentação", assinada pelo Vereador Prof. Celso dos Santos, podemos ler o seguinte:

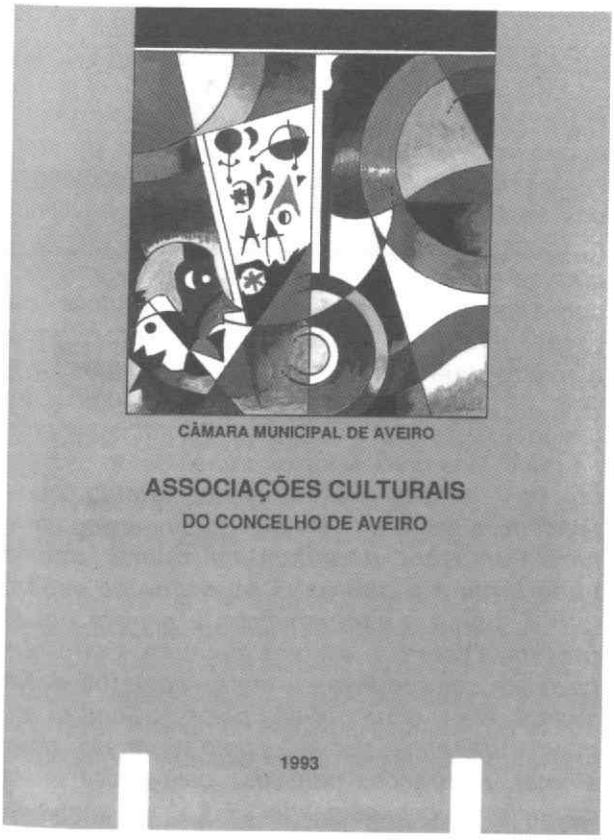
—"A presente publicação, já há muito sonhada, é um elenco das associações e grupos culturais, existentes e sediados na Cidade de Aveiro e nas freguesias do seu Concelho, que

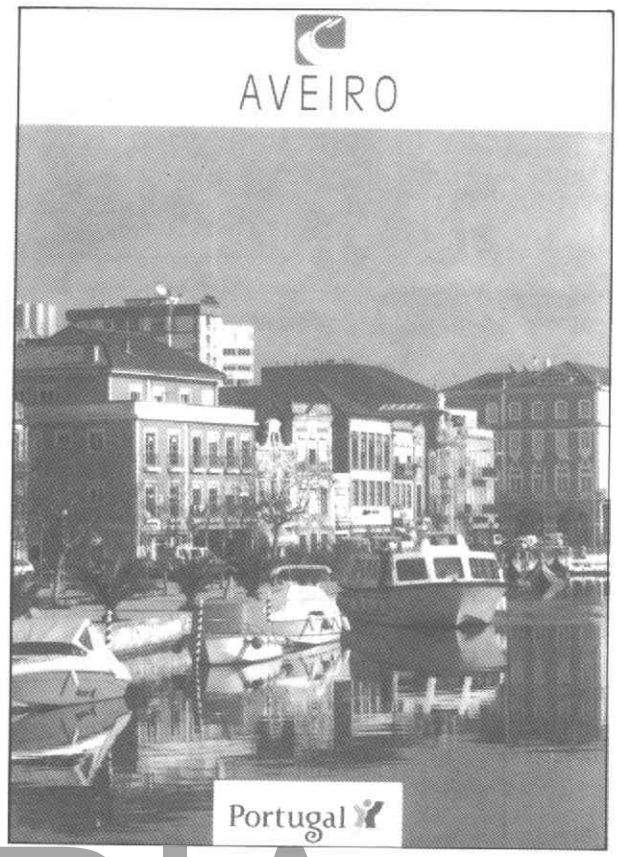
se mantêm em actividade. Como é evidente, está fora do nosso programa, a catalogação de outras associações, como as de índole desportiva, política, sócio-caritativa e religiosa, bem como as agremiações dependentes de organismos nacionais, internacionais ou supranacionais; todavia, não desconhecemos tais grupos e até nos congratulamos com o fervilhar do seu dinamismo, nos campos que lhes são específicos, em favor de crianças, de adolescentes, de jovens e de adultos. Todos se orientam positivamente para a humanização da sociedade aveirense.

Seria imperdoável que, nestas linhas singelas, não lembrássemos a acção relevante em prol da cultura local tanto do Museu Nacional de Santa Joana como da Biblioteca Municipal e de outros pequenos museus e bibliotecas. Também não desejamos esquecer as muitas publicações saídas da pena dos nossos escritores e as frequentes e diversificadas exposições e mostras de artistas aveirenses e nacionais; o seu contributo tem de ser enaltecido e encorajado, que não apenas apontado.

Folheando este pequeno livro, veremos um breve apontamento de cada associação... quase uma simples ficha; porém, vai aí a expressão do agradecimento da Autarquia, como legítima representante de toda a comunidade, a todos os que se dedicam às suas associações, sem outro interesse senão "servir".

Bem hajam todos!"





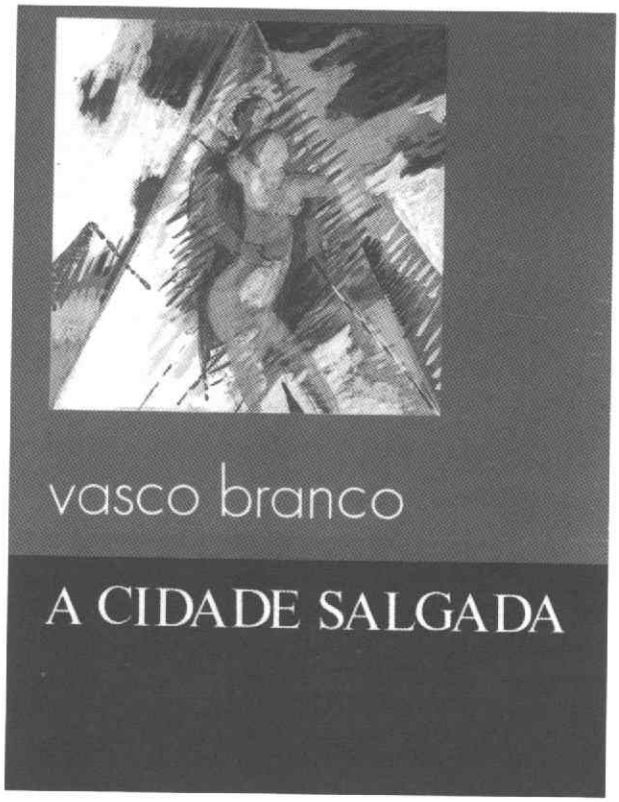
biblRIA

6. ROTEIRO TURÍSTICO

Como complemento das publicações da Região de Turismo da Rota da Luz, desde Junho de 1993 que os interessados têm à sua disposição um Roteiro Turístico sobre Aveiro, profusamente ilustrado a cores e com textos do Dr. Diamantino Dias. O arranjo gráfico pertenceu à Marcontur, as fotografias são de Carlos Alberto Ramos, Emanuel Garcia, Luís Filipe, Cândido de Oliveira e Mário Marnoto e colaboraram Carlos Martins e Fernando Nogueira.

A publicação, editada pelo Pelouro do Turismo da Câmara Municipal, inclui também grande número de informações de carácter económico e ainda sobre edifícios públicos, escolas, igrejas, hotéis, restaurantes, locais para congressos, etc. Esquemas de percursos na cidade e na região que se estendem até Vale de Cambra, Arouca, Santa Maria da Feira, Mealhada, Buçaco e Vagueira, encontram-se convenientemente assinalados com o fim de melhor orientar os visitantes. Ao mesmo tempo, saiu também do prelo um pequeno folheto desdobrável.

Esta iniciativa vem demonstrar que, sem se sobrepor às Regiões de Turismo, os respectivos Pelouros de Turismo das Autarquias não se devem esvaziar das suas competências — como referiu o Presidente da Edilidade no acto de apresentação das duas publicações.



7. A CIDADE SALGADA

No dia 25 de Junho de 1993, no auditório do novo edifício da Biblioteca Municipal, decorreu a cerimónia da apresentação e do lançamento do novo romance do Dr. Vasco Branco, que tem por título "A Cidade Salgada"; a edição é da Câmara Municipal.

No desejo de colaborar com o conhecido autor e artista aveirense, Jeremias Bandarra enriqueceu o livro com o desenho da capa.

A obra, que aguardou algum tempo para sair do prelo, retrata aspectos de Aveiro e traduz o drama de tantos que nela vivem. Mas... nada melhor do que as palavras do próprio autor, ditas na referida sessão pública:

—"Já se perguntaram por que necessitarão todos os livros paridos por quem escreve, neste nosso paraíso à beira-mar prantado, de uma cuidada apresentação? Não será isto só, ou apenas, e um elemento, hoje considerado indispensável, de uma política de marketing? Não será isto uma das chamadas necessidades desnecessárias tão próprias do mundo consumista em que vivemos e que já nos tocou profundamente? Partamos do princípio de que qualquer apresentador, sempre escolhido pelo autor da obra não vai, com certeza, pôr em causa a sua factura, mas antes procurar fazer justiça ou exorbitar, até, as qualidades que lhe devem ser inerentes, mas que talvez o autor não tenha conseguido encontrar na sua totalidade ou correcta exactidão.

Boa ou má, a obra está escrita e pronta a enfrentar a crítica. Esqueçamos as palavras de veludo condimentado de simpatia e boa vontade. Será que a reconhecida competência do apresentador se destina a uma aprovação tácita? Ou a preparar a predisposição para uma anuência sem dúvidas da parte de quem a vai ler, mastigar e, em última análise, inferir o seu denominador comum? Uma obra, se obra de arte, ainda no dizer de Ernst Fischer, «não tem necessidade de ser compreendida e aprovada por toda a gente desde o princípio. A função da arte não é a de passar por portas abertas, é antes a de abrir portas fechadas». Por tudo isto, suponho que será mais curial habituarmo-nos a julgar os trabalhos segundo a nossa sensibilidade e cultura e não pelo habitual e sugestionável alarde de quaisquer panóplias curriculares. Deixemos, dormentes, em seu mundo de nada, os títulos académicos ou honoríficos, as bolsas ou estágios, a frequência de academias nacionais ou em cidades de países mais ou menos excêntricos e que costumam, com a sua alquimia privilegiada, ser garantia de qualidade de quem por lá se perde, ou se encontra. Sim, vamos habituar-nos a julgar a obra apenas pelo que representa para quem possui olhos de ver e o condão de sentir. Só. É fácil, palavra que é fácil, se portadores de sensibilidade suficiente, ou da cultura necessária que nos permitam reconhecer o talento (quando ele exista) muito independentemente de coordenadas circunstanciais que em nada podem, ou devem, empanar ou realçar o valor da obra. É fácil, se deixarmos de cultivar em solo úbere a pequenês e de incensar o tacanho. É que, neste nosso país, as auréolas, como o resplendor dos santos mártires, continuam a ser privilégio avaramente a leste do autêntico valor. Julgar a obra de arte pelo conta-quilómetros da verborreia curricular só pode aumentar os glutões da ignorância, ou certa crítica, refocilando alarvemente adentro do seu círculo canhestro e que costuma pontificar por compêndios de importação onde o modismo hábil habitualmente se grita. Mas credenciar os trabalhos do escritor ou do artista plástico pelo «status quo» académico, outro erro tristemente endémico entre nós. ***Por isso, permitam-me opinar que o importante é o que se lê ou o que se expõe, isto é, única e exclusivamente a obra em si própria.*** *O resto é simples literatura. Claro que há quem compre livros a metro, como há quem receba os espermatozóides pelos ouvidos (e até quem emprenhe por aí, como o nosso povo afirma). Aberrações admitidas pela nossa muita carência de conhecimentos, Há dias, afirmava-*

bibRIA

me o artista Júlio Resende que, quanto a Cultura, continuamos na estaca zero. Talvez por isso a autorga da glória continua e continuará orientada pelos magos das artes com os seus genes poluídos, também, pelo detergente de carácter político. É pois necessário e urgente que o leitor, quanto o observador desprevenido, se cultiva suficientemente para dispensar, diante de qualquer obra de criação, a ajuda de verborreicos palmarés, ou das opiniões oficiais quase sempre teóricas e caseiras, quando não definitivamente anquilosadas. Mas notem bem. Que uma apresentação honesta tem grandes virtudes ninguém o pode duvidar ou pôr em causa, mormente se funciona como ensejo para a apreciação de outras manifestações culturais de que todos andamos tão carecidos. Têm sido sempre uma pedrada no charco.

Eu quis que este livro fosse Aveiro e a sua laguna, o drama e o sonho dos menos privilegiados que aí mourejam e por aí arrastam as suas quimeras. Eu quis que este livro traduzisse um sentir despido de quaisquer teias de tantos quantos viveram uma meninice mais ou menos anfíbia. Este mapa de palavras não passará, pois, de um roteiro traçado no tempo, no qual a acção purificadora das águas salgadas da ria foi durante muito tempo, para nós, uma muito carinhosa segunda mãe. *Cidade salgada, sim, tereis ocasião de o testemunhar depois de uma leitura, tanto quanto possível, atenta. O livro, como toda a obra, começa por ser uma necessidade interior que volve, muito lentamente, esboço daquilo que se concretizará através do esforço, feito suor, de quem à criação se atreva. Procurei nunca fugir à clave da sinceridade. Mas, como sempre, a ideia fixa de não ter sido grosa--me, de imediato, algumas arestas de entusiasmo perante a obra que, aliás, nunca tenho por inteiramente acabada. Bebi durante anos e anos a luz branca da minha cidade, os seus odores que sugerem mar, cantei, sempre que disponível, a planura azulínea, o fluxo-refluxo das suas águas em constante inquietude. Ao fim e ao cabo, o meu livro é o que é. Um simples pedaço de sonho da minha terra. E nada mais. Nada mais.»*

8. LEVE, LEVE

No intuito de estreitar, cada vez mais, os laços de amizade entre a cidade do Príncipe e Aveiro, a Câmara Municipal editou um novo livro da Dra. Maria Olinda Beja que, tendo nascido em São Tomé e Príncipe, reside hoje em Mangualde, onde exerce as funções de professora do Ensino Básico.

A publicação, com quarenta e sete

composições poéticas, distribuídas ao longo de oitenta páginas, foi enriquecida com ilustrações e capa do artista aveirense Jeremias Bandarra.

São do Dr. José Girão Pereira as palavras de abertura, sob a epígrafe "Geminação":

"Papagaio de papel
na ria
fica só pensando
na ilha
que um dia deixou...
/.../"

O Atlântico as abraça: as ilhas de São Tomé e do Príncipe.

O mesmo Atlântico que nós, aqui em Aveiro, abraçamos, prendendo-o na sua Ria com os nossos canais, cales e esteiros, filigrana de areias esbarrondadas da serra moída pelo Vouga e amassadas de junco e lamas no cadinho do litoral.

Ilhas presas pelo Atlântico; o mesmo Atlântico que aqui se deixa prender nesta nesga da Península Ibérica.

Uma prisão libertária e que une o que está afastado pela distância que as pessoas tornam próxima.

Como acontece com a poetisa Maria Olinda Beja Martins Assunção que, no afastamento geográfico, sabe encontrar os laços de geminação

biblRIA

que fecunda a relação Príncipe-Aveiro.

Sim; como acontece quando, com o seu
/.../

"Papagaio de papel
na ria
já não pensa na ilha remota
que um dia deixou
deu suas asas à gaivota
e ficou
na proa
esperando a canoa
que a ria abraçou" */.../*

Sim e mais uma vez:

/.../ "Geminação
palmeira coqueiro
salina de Aveiro
café sempre em flor"

duma árvore de amizade que tudo faremos para sempre se tornar mais forte, mais robusta.

GEMINAÇÃO

Papagaio de papel
na ria
fica só pensando
na ilha
que um dia deixou...
Vê o moliceiro
e sonha
com a canoa da Praia Gamboa
que ao longe ficou.
Por isso alguém ao ver sua tristeza
e dor
pensou em unir
a ria e a ilha
num laço de amor.

Geminação
palmeira, coqueiro
salina de Aveiro
café sempre em flor.

Papagaio de papel
na ria
já não pensa na ilha remota
que um dia deixou
deu suas asas à gaivota
e ficou
na proa
esperando a canoa
que a ria abraçou.

Geminação
palmeira, coqueiro
salina de Aveiro
café sempre em flor...

Maria Olinda Beja

(«Leve, Leve», pág. 13)

bibRIA

Noticiário

FESTA DA RIA/92

De 17 de Julho a 16 de Agosto de 1992, realizou-se mais uma vez, a "Festa da Ria", obedecendo a um programa bastante diversificado e que abaixo publicamos. A organização, com o patrocínio da Região de Turismo da Rota da Luz, pertenceu à Câmara Municipal de Aveiro.

PROGRAMA:

17 de Julho — Grande Noite do Xaile, com a participação de: Banda Amizade, Coral Vera-Cruz, Grupo Etnográfico e Cénico das Barrocas, Grupo de Mulheres de Xaile, de Aveiro, Confraria de São Gonçalo, Grupo de Fados de Coimbra, Grupo de Fados de Aveiro e Grupo de Danças e Cantares de Vale Domingos.

18 de Julho — Durante a manhã e a tarde, esteve aberta à visita do público a Corveta "Batista de Andrade", atracada no Terminal Sul do Porto de Aveiro.

— Festival Regional de Folclore: – Grupo Folclórico de Eirol; Rancho Regional da Casa do Povo de Ílhavo, Grupo Típico "O Cancioneiro de Águeda; Grupo Folclórico Cultural e Recreativo de Albergaria-a-Velha; Grupo Folclórico do Baixo Vouga.

19 de Julho — Durante a manhã e a tarde esteve aberta à visita do público a Corveta "Baptista de Andrade", atracada no Terminal Sul do Porto de Aveiro.

— Actuação do Projecto Dança de Aveiro e Quarteto de Concertinas de Águeda.

25 de Julho — Actuação da Banda Pátria; Espectáculo de Raios Laser.

26 de Julho — Actuação da Orquestra Típica de Águeda.

31 de Julho — Espectáculo com Rão Kyau e Gilberto Gil Umbelina.

1 de Agosto — Partida para o I Cruzeiro "Aveiro-Costa Nova-Aveiro".
— Actuação do Estúdio CEM.

2 de Agosto — Chegada do I Cruzeiro "Aveiro-Costa Nova-Aveiro".
— Actuação do Grupo de Música Popular Portuguesa "A Par D'Ilhós".

bibRIA

Cartaz da Festa da Ria / 92
(Design: João Portugal)

bibRIA

8 de Agosto — Regata de Barcos Moliceiros "Torreira-Aveiro".

9 de Agosto — Canal das Pirâmides: – Corrida de Barcos Moliceiros e Bateiras; Moliceiros à Vara; Moliceiros à Sirga; Bateira Pá – Mulheres; Bateira Pá – Homens. Concurso de Painéis de Barcos Moliceiros. Desfile. Distribuição de Prémios.

14 de Agosto — Festival Internacional de Folclore: Grupo Folclórico da Casa do Povo de Cacia; Folk Dances Group "Gehem", Çankaya – Ankar (Turquia); Folklore Ensemble Jahodna, Kosice (Checoslováquia); Ensemble Folklorique "Doina Gorjului – Tg. Jiu (Roménia).

Na regata dos barcos moliceiros, verificou-se a seguinte ordem de chegada dos primeiros a Aveiro:

— Fernando Dias da Silva Tavares, das Quintas do Norte; Manuel da Silva Vieira, da Torreira; Reinaldo Tavares Belo, da Bestida; António Rebelo; António Joaquim Pereira Santos e Manuel Maria Gonçalves Lameiro.

No concurso dos painéis, os premiados foram os seguintes:

— Manuel Lameiro; Gonçalo Vieira; Fernando Dias Tavares; António Joaquim dos Santos; António Rodrigues Canas; António Manuel Cirne Almeida; Abílio Henriques Fonseca.

AGROVOUGA/92

A AGROVOUGA/92 — Feira Nacional do Bovino Leiteiro e Mostra Agrícola Industrial e de Artesanato — realizou-se no Parque Municipal de Feiras e Exposições, desde 18 até 26 de Julho de 1992.

Presidiu à abertura oficial o Dr. Arlindo Cunha, Ministro da Agricultura, que, na breve sessão introdutória, se referiu à reforma da Política Agrícola Comum (PAC) e às suas incidências na agricultura portuguesa, evidenciando a filosofia subjacente às alterações introduzidas em relação à anterior política agrícola da Europa Comunitária.

Durante a AGROVOUGA, concretizaram-se diversas iniciativas, como, por exemplo: — 49.° Concurso Regional da Espécie Bovina (Raças Arouquesa e Marinhoa); Concurso de Atrelagens; Leilão de Cavalos; "Ferra" dos poldros de

Cartaz da Agrovouga / 92 (Design: João Portugal)

bibRIA

ano e mamões; Desfiles de Cavalos e Cavaleiros; XII Concurso Nacional de Queijo Flamengo; Colóquio sobre Cunicultura; Cavalhadas; Concursos de Apresentação do Cavalo de Sela; Colóquio sobre o tema "Nova Pac"; Gincana de Máquinas Agrícolas; Colóquio sobre "Alimentação do Cavalo no Desporto"; Concurso Nacional da Espécie Equina "Raças"; 49.° Concurso Regional da Espécie Bovina (Raça Frísia ou Holsten x Frísia; Festivais Hípicos; XII Concurso Nacional da Vaca Leiteira.

Este ano, o certame contou com 172 animais, oriundos dos concelhos de Aveiro, Albergaria-a-Velha, Anadia, Murtosa, Oliveira do Bairro, Vale de Cambra, Viseu, Vila Nova de Famalicão, Montemor-o-Velho e Lisboa. Seis mil metros quadrados de área descoberta acolheram 24 expositores e 26 módulos, enquanto os pavilhões octogonal e rectangular abrigaram 85 stands.

Transcrevemos do respectivo roteiro as palavras do Presidente da Câmara Municipal e do Vereador do Pelouro das Feiras:

— "No coração da Região do Vouga, justamente tida como o "solar" da vaca leiteira, a AGROVOUGA/92 volta a fazer jus ao seu título oficial de Feira Nacional do Bovino Leiteiro.

E fá-lo, exactamente, quando ficaram para trás dezasseis edições sucessivas, de trabalhos e de canseiras, de esforço e de entrega a uma causa, que foi (e é) a do desenvolvimento e da promoção da região.

Com toda a modéstia, terá de reconhecer-se que nem sempre foi um percurso fácil...

A começar pelo objectivo inicial, que era forçar a recuperação do Baixo Vouga... — um objectivo que, ainda hoje, está por realizar.

Pelo contrário, a crescente afirmação da AGROVOUGA como mostruário privilegiado das potencialidades da região, como expressão sui generis *do desenvolvimento que, apesar das contrariedades, temos sabido protagonizar, é sinal de que, afinal, nem tudo foi em vão.*

Por isso, nesta edição da Agrovouga, voltamos a contar convosco — expositores, cooperativas e organizações da lavoura, técnicos e serviços oficiais — para cumprirmos o caminho que nos falta, tendo em vista uma agro-pecuária moderna, eficaz, com capacidade para enfrentar os desafios futuros em ordem ao desenvolvimento económico e ao bem-estar das populações.

Este ano por maioria de razão, dadas as muitas dúvidas e todas as incertezas derivadas da nova formulação da P.A.C. (Política Agrícola Comum)" — **José Girão Pereira,** Presidente da C.M.A.

— "Mais uma vez aí está a AGROVOUGA, e já na sua XVII edição consecutiva. Certame de grande prestígio no contexto nacional, retomou após alguns anos de "defeso" o Concurso Nacional da Vaca Leiteira, acabando-se assim um período menos bom e impeditivo da presença do gado bovino leiteiro no recinto, por motivos sanitários.

Já no ano findo foi possível a participação do gado "ao vivo" e de diversas regiões, situação que se repete este ano, agora com o contributo de um maior número de criadores.

Reconhece-se a luta e o esforço feito pelas várias Comissões Executivas e seus colaboradores que, ultrapassando as dificuldades, conseguiram, sem interrupção, realizar o Concurso Nacional.

Sem os problemas sanitários existentes vamos ter uma presença do gado bovino, em número nunca alcançado e que colocará a AGROVOUGA num lugar cimeiro em termos de concentração de bovinos em exposição.

De igual modo, estará presente uma exposição do gado equino que ultrapassará a centena, presenteando o público com um programa de actividades durante o período da feira, além do Concurso Nacional da Espécie Equina, justificando assim o dinamismo demonstrado pelo criadores de cavalos existentes na região.

Concursos pecuários, leilões, colóquios, exposições de animais diversos, uma importante presença de lacticínios e realização do Concurso Nacional de Queijo Flamengo, a presença dos vinhos com um calendário de provas apropriado, a maquinaria, mostram bem como a AGROVOUGA se afirmou e se apresenta como um verdadeiro mostruário das potencialidades da região.

Mais uma vez registamos com muito apreço o trabalho desenvolvido pela Comissão Executiva e outros colaboradores, bem como pelas entidades ligadas à agricultura que grande carinho vêm dedicando à AGROVOUGA.

Importa referir a acção desenvolvida pela Associação de Criadores de Cavalos de Aveiro, colaboração especializada e já habitual, bem como da nóvel Associação de Apoio à Bovinocultura Leiteira que, de uma forma voluntariosa, assumiu os trabalhos relacionados com a participação do gado bovino.

Aos expositores que nela vêm apostando e também aos trabalhadores que sem desânimo contribuem com o seu esforço para a sua realização, apresento os meus agradecimentos pessoais e em nome dos Vereadores Eng.º Vítor Silva e António Alves, que comigo constituem a Comissão de Gestão do Parque de Exposições." — **Celso dos Santos,** Vereador do Pelouro das Feiras.

biblRIA

Comissão Executiva — Câmara Municipal de Aveiro; Cooperativa Agrícola de Aveiro e Ílhavo; Lacticoop; Proleite; Cooperativa Agrícola Mirense; Cooperativa Agrícola e Leiteira de Vagos; Associação de Criadores de Cavalos de Aveiro.

Colaboradores Especializados — Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral; IROMA; Zona de Intervenção Sanitária; Sub-Região Agrária; Comissão Vitivinícola da Bairrada; Dr. Jaime Machado; Dr. Jaime Machado (Filho); Dr. António José Valente; Dr. Fernando Rendeiro Marques; Eng. Mário Cupido; Eng. Nunes Cardoso; António Pereira de Pinho; Eng. Armindo Sá; Eng. Vieira; Dr. Esteves; Amadeu Morais; e Joaquim Carmona.

Secretariado — Maria Alexandrina Maximino; Irene Bártolo; Arq. José Quintão; João Portugal; Elmano Ramos; Justino Tomás Ribeiro; Gonçalo Lé; Eng. Acílio Vitória; António José Bartolomeu; Isabel Ramos; Nelson Chaves.

Gabinete de Imprensa — José Carlos Maximino.

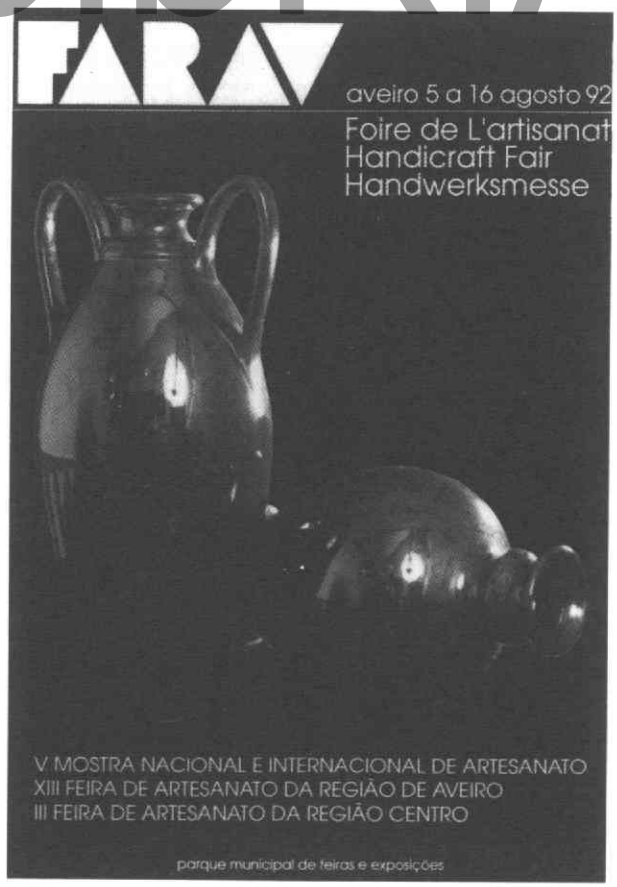
FARAV/92

A Feira de Artesanato da Região de Aveiro — FARAV/92 — que, sendo a XIII edição, foi simultaneamente a V Mostra Nacional e Internacional de Artesanato e a III Feira de Artesanato da Região Centro, decorreu de 5 a 16 de Agosto de 1992, no Parque Municipal de Feiras e Exposições.

Ocupando os três pavilhões, os expositores vieram de diversos países; presentes também treze Câmaras Municipais do Distrito de Aveiro e sete de outros Distritos — Abrantes, Castelo Branco, Gondomar, Montijo, Óbidos, Sardoal e Valongo. Uma vasta área foi ocupada pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, não faltando a Cooperativa dos Artesãos de Aveiro.

A inauguração do certame coube ao Governador Civil do Distrito, estando

BIBRIA



Cartaz da Farav / 92
(Design: João Portugal)

presentes o Sub--Delegado Regional do I.E.F.P., o Presidente da Edilidade Aveirense, representantes de diversos municípios e várias entidades locais.

Participantes: — Inscrições: 183; Artesãos a trabalhar ao vivo: 110; Módulos ocupados: 253.

Câmaras Municipais: 20; Associações de artesanato: 7; Artesãos do Concelho de Aveiro: 50; Artesãos nacionais: 61; Representações estrangeiras: 16 (Irão, Paquistão, Senegal, Grécia, México, Perú, Brasil, Marrocos e Bolívia); Regiões de Turismo: 3 (Rota da Luz, Oeste e Serra da Estrela), Cooperativa de Artesãos de Aveiro "A Barrica": 22 representações.

Instituto do Empregop e Formação Profissional: 40 inscrições, com 59 artesãos, dos quais 55 a trabalhar ao vivo. Centros de Emprego representados e respectivo número de artesãos: — Aveiro (6), Águeda (4); Arganil (1), Castelo Branco (3), Coimbra (6), Covilhã (2), Figueira da Foz (2), Guarda (3), Seia (3), Sertã (2); Tondela (3), Viseu (4), e Marinha Grande (1).

Melhor Peça de Artesanato — No âmbito da FARAV/92, houve um concurso, com atribuição de prémios, para a "Melhor Peça de Artesanato". Dividido em duas classes — uma de artesanato criativo e outra de artesanato tradicional — o mencionado concurso subdividiu-se em áreas distintas, como madeira, cerâmica, têxteis e couro.

Assim, na classe do artesanato criativo, Filipe Garcia ganhou o primeiro prémio em madeira, Milú Sardinha em cerâmica, e Armando Lopes em couro. Na secção do Artesanato Tradicional, foram premiados Manuel Longo e Heliodora Pinho, respectivamente em cerâmica e em têxteis. Houve ainda menções honrosas.

Referimos aqui o que, a propósito da FARAV/92, subscreveu o Prof. Celso dos Santos, Vereador do Pelouro das Feiras:

— "A Câmara Municipal de Aveiro, com a colaboração da Cooperativa dos Artesãos da Região de Aveiro (A Barrica), e com o apoio da Região de Turismo da Rota da Luz e do Instituto do Emprego e Formação Profissional, lançou-se mais uma vez na realização da FARAV/92.

Este ano a Feira de Artesanato da Região de Aveiro — que vai na XIII edição — é simultaneamente a V Mostra Nacional e Internacional de Artesanato e a III Feira de Artesanato da Região Centro. Isto diz-nos claramente que a FARAV vai sendo conhecida e se tem imposto paulatinamente como certame com dignidade, que não deslustra o nome de Aveiro.

Registamos o avultado número de participantes, de tal forma que se tornou necessário aumentar os stands; mesmo assim, ficaram de fora vários artesãos, que muito desejavam estar presentes.

Não podemos deixar de realçar, e fazêmo-lo com agrado, o facto de o I.E.F.P. ter escolhido a FARAV/92 para nela ter lugar a III Feira de Artesanato da Região Centro. Agradecemos a oportunidade que nos foi dada e que muito honra a nossa Cidade.

Os visitantes têm, assim, ocasião para contactar com uma vasta e variada gama de peças de artesanato provenientes das diversas regiões do País e do Estrangeiro. Temos a certeza de que esta Feira contribuirá para a defesa e a promoção do artesanato.

Finalmente, expressamos uma palavra de gratidão às entidades que nos apoiaram e aos expositores que confiaram na nossa iniciativa.

Bem hajam."

Comissão Organizadora: — Prof. Celso dos Santos; Dr. Conde (I.E.F.P., de Aveiro); Dr. Artur Jorge de Almeida (Rota da Luz); Dr. João Branco ("A Barrica"); Arq. José Quintão; Dr. Emanuel Cunha: João Portugal; Alexandrina Maximino; Irene Bártolo; Paula Cardoso; Isabel Ramos; Elmano Ramos; Justino Ribeiro; Nelson Chaves.

biblRIA

III SALÃO DO TRANSPORTE E SERVIÇOS

O Parque Municipal de Feiras e Exposições foi o local preferido para o III Salão do Transporte e Serviços — iniciativa preparada e concretizada por uma equipa da "Euro-Edições", com a colaboração da Câmara Municipal de Aveiro e com os apoios das Revistas "Camião" e "Trânsito e Transportes--Carga".

O certame decorreu de 9 a 13 de Setembro de 1992 e teve, como actividades paralelas, o Fórum Carga, o Show Motor e a Festa do Camião.

As diversas provas desportivas e a exibição demonstrativa de camiões e das suias potencialidades, aliadas à perícia dos camionistas, foram acompanhados por animação musical, por debates, por "fóruns técnicos" e por concursos. Expositores nacionais e estrangeiros das diversas áreas do sector dos transportes marcaram presença no Salão Multimodal de Carga.

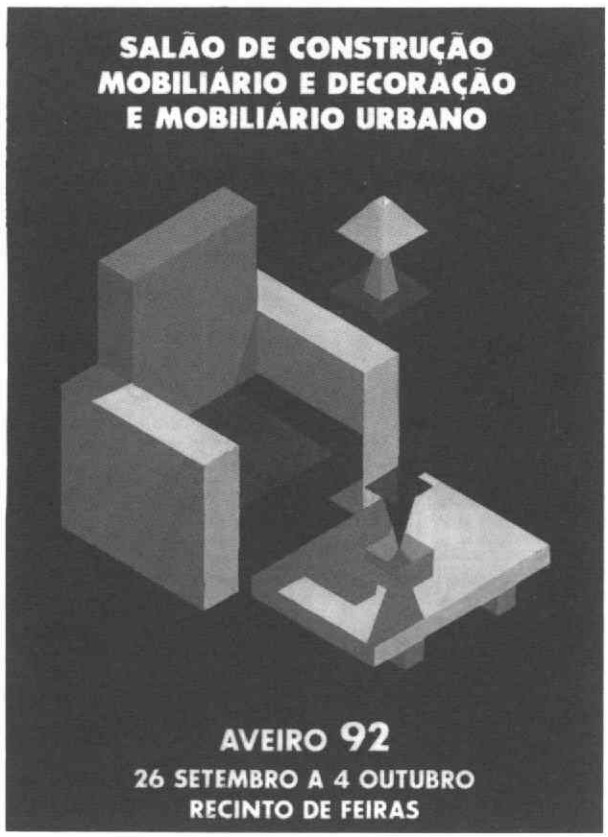
À inauguração deslocaram-se o Ministro do Mar, Comandante Azevedo Soares, e várias entidades locais e líderes das associações sócio-profissionais.

III SALÃO DE CONSTRUÇÃO, MOBILIÁRIO E DECORAÇÃO E MOBILIÁRIO URBANO

Foi de 26 de Setembro a 4 de Outubro de 1992 que, no Parque Municipal de Feiras e Exposições, esteve patente o III Salão de Construção, Mobiliário e Decoração e Mobiliário Urbano. A iniciativa reuniu 25 expositores, provenientes de Aveiro, Ílhavo, Vagos, Coimbra, Oeiras, Porto e Viseu; estiveram também presentes duas cooperativas de habitação.

A inauguração, que decorreu na tarde do primeiro dia, teve a participação de diversas entidades aveirenses, nomeadamente representantes do Governo Civil do Distrito, do Instituto da Juventude, da Diocese de Aveiro, além dos Vereadores Prof. Celso dos Santos e Cor. Martinho Pereira.

biblRIA



Cartaz do Salão de Construção (Design: João Portugal)

Reproduzimos as palavras escritas pelo Vereador do Pelouro das Feiras para o respectivo catálogo:

— *"Novamente o Parque Municipal de Feiras e Exposições vai apresentar à comunidade aveirense mais uma das suas realizações. Desta vez, procurando diversificar o seu calendário de feiras e exposições, teremos o Salão de Construção, Mobiliário Decorativo e Urbano, tema bastante importante para Aveiro e que vai constituir um momento de grande animação e interesse por parte dos visitantes.*

Pese embora não se ter conseguido a participação do mobiliário urbano, o que iremos ver é uma boa mostra que permitirá um verdadeiro contacto entre expositor e visitante.

Esperamos assim que o público corresponda com a sua presença, ao esforço feito por todos, nomeadamente pelos expositores bem como pelo pessoal que, com dificuldades, conseguiu manter o ano de 1992 com uma sucessão de feiras e exposições num ritmo extraordinário.

Para eles o bem-haja da Comissão da Gestão do Parque."

Comissão Organizadora: — Prof. Celso dos Santos; Arq. José Quintão; João Portugal; Alexandrina Maximino; Irene Bártolo; Elmano Lopes; Justino Ribeiro; Nelson Chaves.

EXPOMAR/92

O Parque Municipal de Feiras e Exposições acolheu, de 21 a 25 de Outubro, a EXPOMAR/92 — Feira Internacional das Pescas e do Mar, que, pela primeira vez, se realizou fora de Lisboa. Os responsáveis pela organização foram a Feira Industrial de Lisboa (FIL) e a Associação Industrial Portuguesa (AIP), que tiveram o decidido apoio da Edilidade Aveirense. Nelson de

bibRIA

Capa do Catálogo Oficial da Expomar

Figueiredo, Chefe de Gabinete da Expomar, acentuaria o trabalho dos Serviços Municipais, apontando "o brio profissional e excelente colaboração".

Na abertura, além do Governador Civil e das autoridades locais, esteve o Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Mar, João Prates Bebiano, que, nas palavras que proferiu na respectiva sessão, se congratulou com a descentralização da FIL. Por seu turno, o Dr. José Girão Pereira diria sentir-se satisfeito com o "grande nível estético da exposição" que considerou "importante por valorizar Aveiro sob o ponto de vista económico".

A EXPOMAR, em Aveiro, congregou nos pavilhões octogonal e rectangular 117 expositores nacionais e estrangeiros, distribuídos por sectores especializados, tais como equipamentos de pesca, tratamento do pescado, ensino e investigação.

IV SALÃO DE ANTIGUIDADES

Organizado pelo Lions Clube de Santa Joana Princesa, efectuou-se em Aveiro o IV Salão de Antiguidades, nos dias 25-28 de Fevereiro de 1993; teve o apoio da Câmara Municipal.

"O que parecia ser uma pequena iniciativa, pontual, criou já as suas próprias raízes que se fixam cada vez com mais força no solo, que são as nossas expectativas, a nossa vontade de servir, o nosso empenho no obter condições para apoiar os mais carenciados" — escreveu o Presidente do Lions Clube, Mário Vale Rego, no respectivo catálogo. De facto, cinquenta e cinco expositores, ocupando oitenta e nove módulos do pavilhão ocotogonal do

Capa do Catálogo

bibRIA

Parque de Feiras e Exposições, oriundos dos mais diversos quadrantes do País e de Pontevedra (Espanha), confiaram na organização e deslocaram-se a Aveiro.

São de Maria Adelaide Borges, Presidente da Comissão Organizadora, as seguintes palavras, que transcrevemos:

"— De novo vão juntar-se nesta grande mostra anual em Aveiro — a quarta — muitos milhares de pessoas, unidas por uma paixão comum — as Antiguidades. Mais de meia centena de antiquários vêm mostrar algumas das peças que ao longo dos anos descobriram, juntaram, e recuperaram. Vieram animados pelo seu amor às coisas antigas e com a alegria de saber que vão partilhá-lo com um público entusiasta e conhecedor. Público que vem em espírito de festa, para gostosamente fazer uma viagem no tempo — ao passado.

O objectivo primeiro foi criar uma actividade de carácter cultural em área até então sem tradições, divulgando em simultâneo potencialidades da nossa Região.

Mercê, porém, do apoio dado pela Câmara Municipal de Aveiro, com justo destaque para o Vereador do Pelouro da Cultura, Prof. Celso dos Santos, tornou-se também numa importante forma de angariação de fundos, que o Lions Clube de Santa Joana Princesa criteriosamente atribui, ano após ano, aos mais carenciados.

A cidade de Aveiro não prescinde já deste acontecimento cultural. Todos aqueles — e muitos são — que o Clube ajuda, necessitam dele. O Lions Clube de Santa Joana Princesa torna isso possível.

À Câmara Municipal, ao Secretariado de Feiras, aos Senhores Antiquários, a todos os que vierem visitar-nos, o nosso profundo reconhecimento."

FEIRA DE MARÇO

Como vem sendo habitual, a costumada Feira de Março decorreu de 25 de Março até 25 de Abril. Na cerimónia da inauguração estiveram presentes os representantes da Câmara Municipal de Aveiro, do Governo Civil do Distrito, de várias Juntas de Freguesia, da Associação Industrial do Distrito de Aveiro, do Instituto do Comércio Externo de Portugal, do Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores, bem como entidades religiosas, civis e militares.

biblRIA

Ao todo, foram mais de duzentos e cinquenta expositores e comerciantes, que se dividiram por espaços distintos, por três pavilhões cobertos, por uma área de "barracas" e por um espaço livre de divertimentos.

Apesar de a superfície não ser exígua, mais de meia-centena de interessados ficaram sem lugar. Isto vai obrigando a Câmara Municipal a pensar num espaço mais amplo; tanto o Dr. José Girão Pereira como o Prof. Celso dos Santos referiram, na ocasião da abertura, que se espera encontrar, a curto-prazo, um local mais apropriado, maior e não muito afastado do centro da cidade, para aí se estabelecer o definitivo Parque Municipal de Feiras e Exposições.

Sublinhamos as palavras do Presidente da Edilidade e do Vereador do Pelouro das Feiras, publicadas no catálogo da Feira de Março:

1. — *"A Feira de Março deste ano marca, por assim dizer, o início de uma gestão do Parque de Feiras mais participada pelos agentes económicos, o que vai de encontro a uma velha aspiração da Câmara.*

Não é novidade para ninguém — decorre de um protocolo recentemente firmado entre a Câmara e a AIDA — Associação Industrial do Distrito de Aveiro — as feiras e exposições passaram a ser geridas por uma Comissão de três elementos (dois da Câmara e um da AIDA), dotado de autonomia administrativa e financeira.

O próprio texto do protocolo prevê e salvaguarda outras adesões — de associações e empresas — que, aliás, desejamos e continuaremos a incentivar.

Do nosso ponto de vista, é mais um passo — talvez o primeiro verdadeiramente relevante — no sentido da autonomização definitiva do sector de feiras relativamente à Administração Municipal.

Para lá da gestão integral do Parque de Feiras e do conjunto de certames que aqui realizamos, recai sobre a nova Comissão a difícil tarefa de pensar, projectar e construir o novo Parque de Feiras e Exposições de Aveiro.

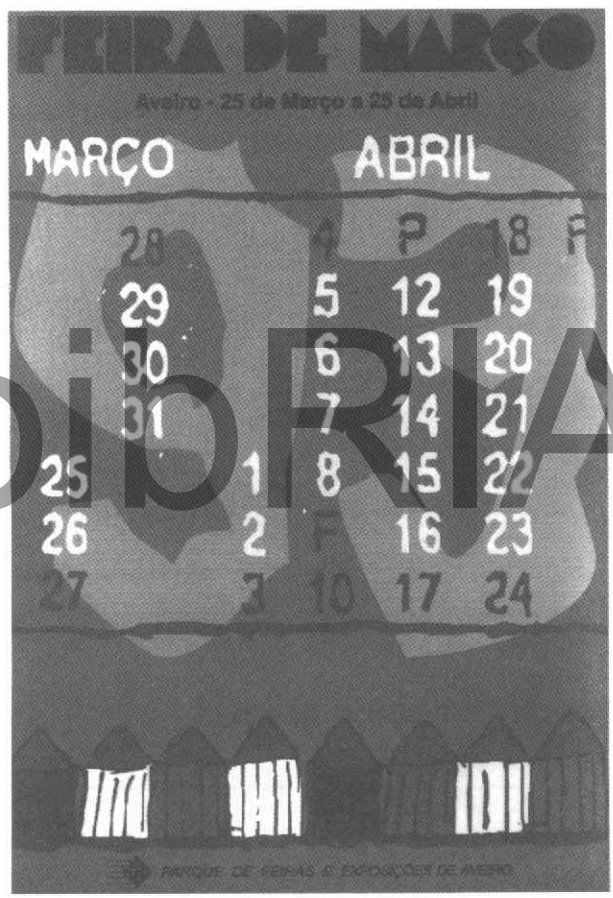
Um empreendimento que nos é imposto pela expansão urbana, pelo próprio crescimento que as feiras têm tido, e que — é nosso entendimento — não é minimamente beliscado pelo facto de estar a ser erguido outro centro de exposições na parte norte do distrito.

Penaliza-nos é não podermos anunciar já o próximo arranque do futuro Parque de Exposições. Mas ele virá a seu tempo! Disso estamos certos!

Tão certos quanto seguro e adquirido é o regresso da Feira de Março, todos os anos por esta altura. Por força da tradição!

Num misto de mostra comercial, feira e festa popular, ela aí está, concorrida e desejada, como sempre!

Em nome de Aveiro e da sua Câmara, as nossas boas-vindas!"



Cartaz da Feira de Março
(Design: Ana Patrícia Garcez)

biblRIA

2. — *"Repete-se há 559 anos. Aí está mais uma Feira de Março, cumprindo-se tradição antiga na nossa Cidade. Um grande certame com características muito próprias mas que a todos satisfaz. São as barraquinhas repletas de quinquilharias e brinquedos, os comes e bebes, a exposição em área coberta, o grande espaço de diversão e festa e ainda a animação cultural dos fins de semana.*

É querida por todos. Aqueles que a visitam pela primeira vez espantam-se pela sua grandeza. Não deixam com certeza de voltar uma e mais vezes, para nela reviverem a tradição de tantos anos e ao mesmo tempo congratularem-se pelo seu rejuvenescimento e crescimento sempre presentes.

De facto, não fora a exiguidade do Parque de Feiras e Exposições e ela seria muito maior. De fora ficam muitos expositores e comerciantes — o que muito se lamenta.

Esperamos que, do esforço que vem sendo desenvolvido para a criação de um novo Parque de Exposições e Feiras, resultem acções positivas e venham a permitir a sua rápida concretização. O crescimento do número de certames e a qualidade dos mesmos, que se realizam, exije que tal suceda.

Estamos certos de que assim vai acontecer.

Apraz-me registar o empenhamento de todos os que deram o seu trabalho e contribuiram para a realização de mais uma feira, técnicos, secretariado e pessoal operário, os quais com a maior dedicação vêm conseguindo concretizar esta e outras feiras, com grande qualidade."

Refira-se finalmente que, mais uma vez, se realizou um Concurso de Desenhos para o Cartaz da Feira de Março, entre os alunos das Escolas Secundárias de Aveiro, com prémios de 50, 30 e 20 contos. Reunido o júri em 29 de Janeiro, foi classificado com o primeiro prémio o trabalho de Ana Patrícia Garcez, da Escola Secundária de José Estêvão, seguindo-se Maria Clara Costa Rocha, da mesma Escola, e Andrea Xará, da Escola Secundária do Dr. Jaime de Magalhães Lima. Se o primeiro desenho foi o que publicitou e anunciou a Feira, os outros dois mereceram ser publicados no respectivo catálogo.

Houve ainda seis menções honrosas: — Nuno Miguel Cardoso, da Escola C + S da Oliveirinha; Mauro Ferreira, Sónia Lima, Margarida Saraiva Ravara e Cláudia Sofia Ferreira da Silva, da Escola Secundária do Dr. Jaime de Magalhães Lima; e Emanuel, da Escola Secundária de José Estêvão.

No Concurso de Stands, os três primeiros classificados foram os stands de Móveis Brasão, Novo Ambiente e Estore-Águeda; as menções honrosas couberam a Serralharia Artística, Catybrinca, Interescape, Ases e Adágio.

Um vasto programa de animação preencheu todos os fins de semana, ao longo do mês.

bibRIA

COMISSÃO DA FEIRA DE MARÇO:

Presidente — Vereador Prof. Celso dos Santos.

Secretariado — Alexandrina Maximino; Irene Bártolo; Nelson Chaves.

Comissão Técnica — António José Bartolomeu (DSU); João Portugal (Gabinete de Design); Gonçalo Lé (GRUA); Joaquim Valente; Dr. Emanuel Cunha (Serviços de Cultura); Elmano Ramos (Armazéns Gerais); Justino Tomás Ribeiro; José Esperanço; Serviços de Higiene e Limpeza; Serviços de Fiscalização; José Carlos Maximino (Gabinete de Imprensa).

Colaboradores — INATEL; AIDA.

DIA DAS CIDADES IRMÃS E AMIGAS

"É com actos destes que se constrói a Europa dos cidadãos e das pequenas comunidades". Estas palavras são do Presidente da Câmara Municipal de Aveiro e foram proferidas no dia 18 de Abril, Dia das Cidades Irmãs e Amigas, no âmbito da secular Feira de Março, que este ano, como sempre acontece, voltou a atrair a Aveiro milhares de forasteiros.

Para além das delegações das Cidades-Irmãs de Viana do Castelo, Viseu, Ciudad Rodrigo, Bourges e Arcachon, associaram-se às comemorações representantes de outras cidades — Fuentes de Oñoro, Salamanca e Tordesilhas — com as quais Aveiro, nos últimos tempos, tem vindo a estreitar relações de amizade e cooperação, fruto da sua participação na Mesa Permanente "Uma Rota para a Europa".

A jornada festiva começou com uma sessão solene no salão nobre dos Paços do Concelho (que a Câmara aproveitou para fazer a entrega dos prémios

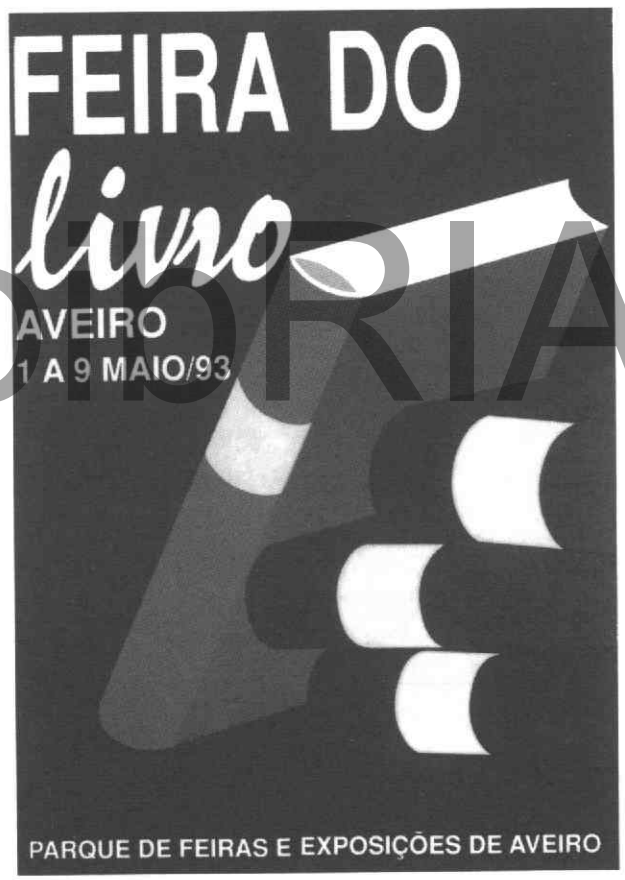
relativos ao concurso do cartaz da Feira de Março), prosseguiu com um almoço de confraternização, em que tomaram parte as delegações convidadas, e culminou com uma visita à Feira de Março.

De permeio ficaram afirmações de vontade e de um maior empenho, por parte das várias delegações, num efectivo conhecimento mútuo e numa cooperação cada vez mais solidária.

Por fim, o Presidente da Câmara Municipal de Aveiro lançou um desafio, que deseja concretizado: "As relações de amizade entre as nossas cidades devem ser feitas pelos poderes instituídos, é verdade, mas também pela sociedade civil — colectividades de cultura, associações recreativas, clubes desportivos e outros grupos de cidadãos".

FEIRA DO LIVRO

Com a participação de onze expositores, incluindo seis livrarias (O Golo, Ibéria, Liceu, Estante, Santa Joana e Contracapa), realizou-se a Feira do Livro, no pavilhão Octogonal do Parque Municipal de Feiras e Exposições, de 1 a 9 de Maio de 1993; fizeram-se representar sessenta e três editoras.



Cartaz da Feira do Livro (Design: João Portugal)

Simultaneamente e no mesmo local, esteve patente uma exposição de artes plásticas, promovida pela ADERAV, em que participaram os seguintes artistas: — Alexandre Baptista, Artur Fino, Cândido Teles, Helder Bandarra, Helder Tércio, Henrique Vaz Duarte, Jeremias Bandarra, Leonor Afonso, Lúcia Seabra, Milú Sardinha, Quintas, Rui Cunha, Rui Silva, Vasco Afonso, Vasco Branco, Waldemar Ribau e Zé Monteiro.

Em diversos dias, também houve números de animação, em que actuaram o Coro Infantil da Vera-Cruz, o Grupo de Música Popular Irlandesa "Icon Vadis", o Grupo de Animação de Teatro de Águeda, o Coro e Tuna Santa Joana, o Grupo de Cavaquinhos e o Grupo de Música Ligeira "Isto Dantes".

bORIA

O Prof. Celso dos Santos, Vereador do Pelouro da Cultura da C.M.A., sob a epígrafe "Em prol da Cultura", escreveu as seguintes palavras para o respectivo catálogo:

— *"Numa época em que se vai construindo a integração europeia dos países que compõem o velho Continente, cabe-nos defender e divulgar a nossa língua e a nossa cultura; é uma responsabilidade que incumbe não apenas ao Estado, às Instâncias Oficiais e ás Autarquias, mas também às escolas, às instituições, aos órgãos de informação e ainda aos escritores, aos editores e aos livreiros. Toda a sociedade e os seus membros não podem alhear-se, de forma nenhuma, da obrigação de preservar a nossa identidade nacional nos diversos aspectos. Portugal e as nações têm que dizer sempre quem são, num intercâmbio de tradições e de maneiras de ser e de viver, próprias das zonas da Europa.*

É outrossim dentro desta perspectiva que se efectua, pela 21.ª vez, a Feira do Livro em Aveiro, a decorrer de 1 a 9 de Maio. Ela será, decerto, uma oportunidade e um incentivo para que a cultura esteja ao dispor dos cidadãos, especialmente dos aveirenses.

Queremos deixar aqui uma palavra de apreço pela disponibilidade e pelo interesse dos nossos livreiros, que ultrapassaram dificuldades e, procurando dar as mãos, trabalharam para tornarem realidade a Feira. A esta palavra, juntamos a expressão do nosso agradecimento pela sua presença, que auguramos seja recompensada com a adesão do público."

FESTAS DO MUNICÍPIO

biblRIA

Organizada pela Câmara Municipal de Aveiro, tendo apoios da Região de Turismo da Rota da Luz e da Germen – Moagem de Cereais, Lda., viveu-se em Aveiro mais uma edição das Festas do Município, que, iniciadas em 1 de Maio, se prolongaram até 23 do mesmo mês. Do programa constou um conjunto diversificado de espectáculos, actos oficiais e cerimónias religiosas, sem esquecer teatro, música, bailado, provas desportivas e exposições.

Assim, pudemos dispor de duas realizações teatrais: — "Três actores, um texto e uma conversa", pelo Teatro Nacional de D. Maria II; e "Por minha rua ninguém passa", pelo Grupo "Pão de Demónio", de Lisboa. Tivemos também a oportunidade de assistir á arte da Companhia Nacional de Bailado e a dois concertos: — concerto coral pelos Corais Vera-Cruz e Polifónico de Aveiro; e pelo Coro do Círculo Cultural Scalabitano; e concerto sinfónico pela Orquestra Filarmónica de Varsóvia.

Quanto a exposições, além da Feira do Livro e da exposição colectiva da ADERAV, realizaram-se duas na Galeria Municipal: — "Rochas Ornamentais", organizada pela Associação dos Estudantes da Universidade de Aveiro, e "Maravilhas do Mundo Desconhecido", da responsabilidade da Escola Preparatória João Afonso de Aveiro.

No que se refere ao desporto, programou-se o seguinte: — 1.ª e 2.ª "Regatas Santa Joana", em vela; 1.ª e 2.ª Jornadas do "XIV Torneio Santa Joana, em basquetebol; 1.ª e 2.ª Jornadas do "Torneio Cidade de Aveiro" em andebol; "Circuito Santa Joana", em canoagem; III Gincana de Bicicletas "Dragões de Aveiro"; III Concurso Nacional de Pesca Desportiva de Mar; IV Rally Fotográfico "Foto Safari" do Lions Clube de Santa Joana Princesa; e XI Corrida de Bandeja de Aveiro.

Todavia, o dia 12 de Maio, feriado municipal, constitui o ponto alto das Festas. Logo às 10 horas principiou a arruada musical, com a participação da Banda Amizade, da Banda Recreativa Eixense, da Banda e Escola de Música da Quinta do Picado, da Fanfarra de São Bernardo, da Fanfarra da Costa do Valado e da Fanfarra de São Jacinto. Entretanto, respectivamente às 10.30 horas e às 17.00 horas, celebrou-se a solenidade religiosa da Padroeira Santa Joana, com a Eucaristia na Sé Catedral e com a procissão pública por algumas artérias da cidade.

Cartaz das Festas do Município (Design: João Portugal)

bibRIA

Como já vai sendo habitual, também foi neste dia festivo que se realizou uma sessão solene no salão nobre dos Paços do Concelho, durante a qual a Autarquia entregou um conjunto de distinções a funcionários municipais que perfizeram 25 anos de serviço camarário e a instituições e a personalidades que se têm destacado na sua actividade em prol de Aveiro. Este ano, estas mercês honoríficas contemplaram o Clube do Povo de Esgueira (desporto), Sociedade Musical Santa Cecília (cultura), Florinhas do Vouga (acção social), Irmandade de Santa Joana (acção religiosa), Dr. Vasco Branco e Mons. João Gonçalves Gaspar.

Às 15 horas do mesmo dia 12, procedeu-se à inauguração da residência oficial do Município, a que nos referimos noutro local.

As celebrações do feriado municipal terminaram com uma recepção e jantar-convívio, participado por autoridades e entidades locais, representantes de associações e outras personalidades convidadas.

FUNDAÇÃO «CIDADE DE AVEIRO»

No próprio Dia da Cidade e da Padroeira, o Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Girão Pereira anunciou a criação, em breve, da Fundação Cidade de Aveiro — uma espécie de "fórum" político, vocacionado para os debates sobre os grandes problemas da nossa região, para a sua apresentação pública e para a reivindicação das atitudes que se impuserem junto dos órgãos de decisão.

A ideia da Fundação nasceu do Executivo Municipal, sem grandes objecções; para a sua instalação pensa-se no edifício da Rua de Manuel Firmino, onde há anos esteve o extinto Clube de Aveiro.

A Fundação "Cidade de Aveiro", que será uma instituição de direito privado, apartidária, sem orientação religiosa nem subordinações económico-financeiras, deverá contar como sócios-fundadores os membros da actual Vereação Municipal e estará aberta a pessoas singulares e colectivas, que aceitem os seus objectivos.

Protegendo e defendendo os interesses de Aveiro, a nova Fundação também visará fins culturais, recreativos, políticos, sem esquecer a solidariedade social, o fomento do trabalho voluntário pela comunidade e os próprios negócios.

O Presidente da Câmara, na apresentação pública durante a sessão solene do dia 12 de Maio, referiu que uma série de empresas já desejaram associar-se à iniciativa. "Neste particular, trata-se de agarrar a indústria e pô-la a contribuir para a resolução de alguns dos problemas graves em que Aveiro se debate; e a pobreza é um deles" — assinalou o Dr. José Girão Pereira.

RESIDÊNCIA OFICIAL

A Câmara procedeu à inauguração da Residência Oficial do Município, no próprio Dia da Cidade, 12 de Maio.

A Residência, instalada na antiga casa dos Morgados da Pedricosa, na Rua de Santa Joana, foi sujeita a cuidadosas, profundas e demoradas obras de recuperação e adaptação, com a finalidade de receber os convidados mais importantes da Autarquia, da cidade e das suas instituições, quando for necessário.

A ideia da Residência Oficial, à semelhança do que acontece noutros Municípios, surgiu da necessidade de proporcionar aos nossos convidados um ambiente recatado e personalizado, e por isso mais acolhedor do que qualquer unidade hoteleira, por boa que ela seja.

Como a Câmara Municipal já tinha adquirido, em 1979, o referido solar setecentista — uma das poucas casas brasonadas de Aveiro — pensou-se que se poderia dar-lhe esse fim, mantendo tudo o que fosse possível preservar.

A adaptação do imóvel às novas funções implicou um mínimo de alterações no andar nobre — aquele que é destinado a residência; fechou-se uma porta, abriu-se outra, e modernizaram-se a cozinha e os sanitários e substituiu-se a caixilharia das janelas por outra com vidro duplo, mas com desenho igual ao anterior.

O sótão foi transformado num apartamento que pode servir de habitação para o pessoal de apoio à Residência.

biblRIA

Casa dos Morgados da Pedricosa - Residência Oficial do Município de Aveiro

No rés-do-chão, que já não correspondia ao original, fizeram-se maiores transformações. Algumas paredes desapareceram e ficou um espaço amplo para exposições e recepções, com uma linguagem mais moderna e consentânea com as novas funções. A própria garagem foi anexada à referida sala e nela se colocaram os artísticos painéis azulejares datados de 1890, que representam nove cenas dos "Lusíadas".

Aquando da inauguração, já aqui se encontrava patente uma exposição colectiva de pintura, denominada "Aveiro — Cidade e Ria", com obras de Artur Fino, Cândido Teles, Helder Bandarra, Jeremias Bandarra, Lúcia Seabra, Mário Silva, Michael Barret, Vasco Afonso, Vasco Branco, Waldemar Ribau, Zé Monteiro e Zé Penicheiro.

SEMANA DAS TELECOMUNICAÇÕES VI INFORAV

No recinto costumado do Parque Municipal de Feiras e Exposições de Aveiro, nos dias 15 a 23 de Maio de 1993, decorreram conjuntamente a Semana das Telecomunicações e a VI INFORAV — Mostra de Material Eléctrico, Electrónico e de Informática. A organização da primeira destas iniciativas pertenceu ao Ramo Estudantil da Universidade de Aveiro do IEEE (Departamento de Electrónica), enquanto a da segunda foi da Comissão do Parque de Feiras e Exposições; todavia, ambos colaboraram mutuamente, contando com diversos apoios.

Estiveram presentes no certame quarenta e cinco empresas e instituições e nos dias 17, 18 e 19, houve um ciclo de palestras e debates em que intervieram: — Dr. Ferrari Carreto, do Instituto das Comunicações de Portugal; Eng. Baghubai, João Barroso e Lídia Pires, do CPRM; Eng. A. Vaz Branco, da Telecel; Eng. Rui Renúgio, da TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais; José Paulo Seruca, da Marconi; Eng. Nina de Andrade, dos TLP – Telefones de Lisboa e Porto; Eng. João Picoito, da EMPTEL; Eng. Moniz da Cunha, da TELEPAC; Eng. Fernando Cozinheiro, da RCCN – Rede de Cálculo Científico de Portugal; Eng. Filipe Miranda, da TELAVÁRIO; Eng. Paulo Nordeste, do CET – Centro de Estudos e Telecomunicações; Manuel de Oliveira Coquim, da CONSULTEX; Prof. Doutor Pedro Guedes, do INESC – Instituto Nacional de Engenharia de Sistemas e Computadores; Prof. Doutor Carlos Sá Furtado, da Universidade de Coimbra; Prof. Doutor Luís M. Vidal, do Instituto Superior Técnico; Dr. Rafael Gomes Filipe, da Secretaria de Estado do Ensino Superior; Prof. Doutor José Silva Matos, da Universidade do Porto.

De entre as mensagens, transcrevemos duas; a do Presidente da Câmara Municipal e a do Vereador do Pelouro da Cultura:

1. — *"Mais do que recursos naturais, hoje em dia é o domínio dos novos processos tecnológicos — em franca evolução — que mais influencia o potencial de desenvolvimento de uma comunidade, seja uma região ou um país.*

Aveiro tem, neste aspecto, beneficiado de algumas vantagens comparativas, decorrentes da existência de um empresariado dinâmico e aberto à mudança, mas, também, da feliz circunstância de, um dia, aqui se ter fixado o Centro de Estudos e Telecomunicações, primeiro, e a Universidade, com o seu Departamento de Electrónica, em data mais recente.

A investigação científica, a formação profissional e a experimentação encontram aqui um campo de aplicação ímpar — o que seria só por si suficiente para justificar a realização, em Aveiro, de um certame orientado para a divulgação dos materiais eléctricos e electrónicos, dos equipamentos de informática, de telecomunicações, etc...

Por tudo isso, a Câmara Municipal de Aveiro não podia, de forma alguma, alhear-se desta realização e muito menos regatear os necessários apoios, para que o certame, por agora embrionário, cresça e se instale em definitivo, como é desejo de todos nós.

ciDRIA

Em nome da Câmara Municipal, aqui ficam os meus votos de boa estadia, para todos os participantes, e de bons negócios, na certeza de que o vosso sucesso será, também, o nosso."

2. — *"Como temos vindo a referir a propósito de certames anteriores, Aveiro é o local onde mais se sente a necessidade de técnicas especializadas e experientes nos sectores da electrónica e informática.*

É uma realidade: — um polo industrial de relevo, a localização do Centro de Estudos e Telecomunicações, a Universidade de Aveiro e o seu Ramo Estudantil, associados ao IEEE, são contributos fortes para o progresso da tecnologia e da electrónica.

Como se sabe, as telecomunicações são hoje factor que muito contribui para o desenvolvimento económico dos povos. Assim vem sendo entendido pelo Parque de Feiras e Exposições que, há seis anos, ininterruptamente vêm realizando a INFORAV.

Capa do Cartaz e do Catálogo Oficial (Design: M. Santos Trindade, Jorge Moura Araújo e Eurico Paulo Alves)

bibRIA

Ao esforço desenvolvido têm aderido desde a primeira hora muitas empresas ligadas ao sector, sendo a maior parte delas sediadas em Aveiro. Contamos este ano e mais uma vez com o apoio agora reforçado do Ramo Estudantil do IEEE que participa com a sua Semana das Telecomunicações.

O seu entusiasmo e dinamismo vêm trazer um novo fôlego à INFORAV.

Registamos com muito agrado a sua colaboração, que além de muito válida é ao mesmo tempo uma boa demonstração de como se pode, em união, realizar um trabalho que vai, de certeza, prestigiar Aveiro.

Saudamos todos os expositores presentes, desejando-lhes a compreensão possível para o esforço que vêm fazendo para participarem na INFORAV.

Certos estamos de que isto vai acontecer e assim a INFORAV não irá nunca parar, mas, bem pelo contrário, ganhará força e pujança para prosseguir."

IV SALÃO AUTOMÓVEL

De 19 a 27 de Junho de 1993, nos pavilhões octogonal e rectangular do Parque Municipal de Feiras e Exposições, esteve patente o IV Salão Automóvel. Nos dois recintos, ocupados totalmente por vinte e nove expositores provenientes não só de Aveiro, de Águeda e de Anadia, mas também de Valongo, do Porto e de Lisboa, pôde ver-se uma gama muito variada de produtos, nomeadamente, automóveis, antigos e modernos, pneus e jantes especiais, aparelhos autogás, acessórios, escapes, catalisadores, vestuário e inúmeras peças.

Ao longo da semana, houve demonstrações de viaturas todo-o-terreno e provas de perícia automóvel e de veículos antigos; no dia 26, decorreu uma palestra, subordinada ao tema "Conduzir – Pilotar", a cargo da Escola de Aperfeiçoamento de Condução de Pilotagem.

Cartaz do Salão Automóvel / 93 (Design: João Portugal)

bibRIA

No respectivo catálogo, escreveu o Vereador Prof. Celso dos Santos:

— "Se dúvidas houvesse quanto à importância da indústria do automóvel, bastaria lembrar que o automóvel é hoje uma das mais importantes actividades económicas da actualidade, fazendo circular milhões de contos em todo o mundo.

Na região de Aveiro constitui importante facto de desenvolvimento económico, não só na montagem de veículos, mas também nos acessórios, estofos, motores e outros elementos.

Refira-se por outro lado que o distrito de Aveiro ocupa lugar de destaque a nível nacional na aquisição de automóveis novos, o mesmo acontecendo no que respeita à distribuição do parque automóvel nacional.

Por tal motivo, vem sendo realizado o Salão Automóvel pelo Parque de Feiras e Exposições.

Pretende-se, assim, dar lugar de destaque ao automóvel proporcionando aos industriais, comerciantes e outras entidades uma oportunidade para apresentarem as mais recentes tecnologias no ramo automóvel, dando lugar à promoção de um dos mais importantes sectores de actividade económica da região aveirense.

Mantendo assim os mesmos objectivos dos anos anteriores além da exposição, o certame será acompanhado de acções várias, nomeadamente provas de perícia, desfiles do automóvel antigo, demonstrações de todo-o-terreno e de um conjunto de palestras sobre o automóvel.

Esperamos ter conseguido o nível das edições anteriores. Para isso nos esforçámos e contámos com a preciosa ajuda de colaboradores, a quem sinceramente agradecemos."

Comissão Executiva: — Prof. Celso dos Santos; António Henriques (Caciauto); Manuel Oliveira (Rangel & Oliveira), Lda.); Dr. José Azevedo (C.A. Automóveis Antigos); Dr. A. Fontes (A. Fontes, Lda.); Carlos Silva (Vouga Sport Clube); Luís Figueiredo (Tecnauto); Carlos Silva (Corvauto).

Secretariado: — Alexandrina Maximino; Irene Bártolo; Elmano Ramos; João Portugal; Justino Ribeiro; Nelson Chaves.

Gabinete de Imprensa: — José Carlos Maximino.

ANIVERSÁRIO DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA

A Força Aérea Portuguesa, tendo a colaboração da Câmara Municipal de Aveiro, comemorou o seu 41.º aniversário com uma exposição denominada "EXPOFA/93", que esteve patente ao público no Parque de Feiras e Exposições, entre 19 e 27 de Junho.

Todavia, não ficaram apenas neste número as cerimónias do aniversário.

A Banda da Força Aérea actuou em Espinho, Estarreja, Águeda e São João da Madeira — onde também houve demonstrações de paraquedismo militar.

Em Aveiro, houve divulgação das actividades, equipamentos e armamentos aeronáuticos e em Maceda — Ovar, no Aeródromo de Manobra n.º 1, foi o encerramento com um festival áereo internacional, que teve a participação de Portugal, Alemanha, Bélgica, Espanha, Estados-Unidos da América, França, Holanda, Itália, Grã-Bretanha e Marrocos.

Sublinhe-se ainda o facto de que estas comemorações lembraram os setenta e cinco anos de presença aeronáutica em Aveiro (São Jacinto). Desde a Aviação Naval Francesa, passando pela sua congénere Portuguesa — a célebre Escola de Aviação Naval do Almirante Gago Coutinho — até à Força Aérea e a Base Operacional de Tropas Paraquedistas, sempre a Cidade e o Distrito de Aveiro mantiveram íntimas relações com a "Causa do Ar".

Foi a primeira vez que tais comemorações se realizaram em Aveiro, constituindo um acontecimento de grande nível local e nacional, pela diversidade, dimensão e invulgaridade das várias alíneas do programa.

Não podemos deixar de anotar que, aproveitando a ocasião, precisamente no dia 26 de Junho, o Chefe do Estado Maior da Força Aérea Portuguesa e o Presidente da Câmara Municipal de Aveiro assinaram um protocolo que vai permitir a utilização civil da pista e zona de estacionamento da Base de São Jacinto; a cerimónia realizou-se no salão nobre dos Paços do Concelho.

biblRIA

«NASCI SOB A ALTA E PODEROSA PROTECÇÃO DA SENHORA DA GUARDA, MINHA MADRINHA, E DA SENHORA DA GLÓRIA, PADROEIRA DA MINHA FREGUESIA.»

Isto vai ser uma narração singela, sem atavios de oratória nem arrebatamentos de temperamento, como é próprio do assunto.

Nasci em Aveiro, a 8 de Março de 1860.

De um livro de notas de meu pai, escritas por ele, consta o seguinte:

«Em quinta-feira 8 de Março de 1860, n'estas casas da Rua de S. Martinho N.° 2, pelas 7 1/2 horas da tarde, nasceu meu filho Francisco, e foi baptizado em 18 de Março, pelas 12 horas do dia, na Parochial de N. S.ª da Glória pelo coadjutor... (o nome ficou em branco).

Foram padrinhos seu irmão Manuel Homem de Carvalho e Christo, e N. S.ª da Guarda, pela qual tocou Rosa Emilia de Jesus Christo, irmã do recém-nascido.»

Vim ao mundo com bom amparo, o de Nossa Senhora da Glória e o de Nossa Senhora da Guarda, e de muito me tem servido, sobretudo o de Nossa Senhora da Guarda, pois tenho corrido tantos perigos que sem a protecção da minha poderosa madrinha já haveria sucumbido.

Meu pai era muito religioso, mas sem beatério. Ia à missa aos domingos e confessava-se uma vez por ano. Nem sal de mais nem sal de menos, como recomendava o bispo de Viseu. As beatas e os beatos eram muito poucos, por esse tempo, na minha freguesia. (...)

Como o dia 8 de Março é o dia de S. João de Deus, meu pai tinha resolvido pôr-me o nome de João de Deus. Nessa altura, porém, foi aberto o túmulo de S. Francisco de Xavier, na Índia, o que deu lugar a novos milagres do santo, relatados pelas gazetas. Meu pai, vencido pelo milagre, mudou de resolução, e pôs-me o nome de Francisco. Era o que me comentava a minha mãe. Creio, porém, que o motivo seria outro. Meu pai, que era inteligente e pairava acima das sugestões do beatério, viu que eu ficaria exposto aos risos do mundo chamando-me João de Deus Homem Christo. Pai, Filho e Espírito Santo ao mesmo tempo. E tão velho o Pai, como o Filho, como o Espírito Santo. Eu sucumbiria ao peso de tanta divindade. E, então, resolveu pôr-me o nome de Francisco, simplesmente, e não o de Francisco Xavier, como seria lógico, se o motivo da mudança fosse o que indicava a minha mãe.

Assim apareci no mundo. Árvore genealógica não tenho. A gente do povo não tem árvore genealógica.

Basílio Teles dizia-me às vezes: «Christo, você é romano. Os romanos andaram lá pelas suas terras. Você é romano.»

Por atavismo, é possível. Meu pai e minha mãe eram de Aveiro, onde foram nascidos e criados. Ela, filha de José Francisco Carvalho e de Angélica Luísa Vieira, também de Aveiro; ele, filho de Manuel Marques de Christo, de Macinhata do Vouga, e de Maria Rita da Conceição. de Ílhavo.

Meu pai era neto de Caetano Marques de Almeida, natural da Lombada, e de Josefa Maria da Conceição, natural de Serém, freguesia de S. Cristóvão de Macinhata do Vouga, bisneto, pelo lado do avô, de Manuel Marques e de Maria Nunes, naturais e moradores na dita Lombada; pelo lado da avó, de Francisco José Henriques, natural de Fermentões, freguesia de Valongo, e de Maria da Conceição, natural de Serém, onde eram moradores.

Tenho sangue de toda esta região e em toda ela houve romanos. Ao longo do Vouga houve, e algumas notáveis, povoações romanas.

Mas Basílio Teles chamava-me romano pela minha virilidade, por eu não ser fútil e froixo como quase todos os homens da sua e minha geração.

Homem Christo

(«Notas da minha vida e do meu tempo» Vol. I, pág. 7-10)

biblRIA

PARQUE DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES DE AVEIRO

CALENDÁRIO DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES

1 9 9 4

• V Salão de Antiguidades	24 a 27 de Fevereiro
• Feira do Ambiente	3 a 6 de Março
• Feira de Março	25 de Março a 25 de Abril
• Bicimota	11 a 15 de Maio
• Feira do Livro	28 de Maio a 5 de Junho
• Agrovouga	16 a 24 de Julho
• Farav	6 a 14 de Agosto
• Festa do Vinho	Setembro
• Expomar	19 a 23 de Outubro

bibRIA